

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
LINGUÍSTICA
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

PATRICIA RICARDO ANDRADE

**ANÁLISE CRÍTICA DO DEBATE SOBRE *CAÇADAS DE PEDRINHO*
NA IMPRENSA: RACISMO, CONTROLE DISCURSIVO E
POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA**

VITÓRIA
2016

PATRICIA RICARDO ANDRADE

**ANÁLISE CRÍTICA DO DEBATE SOBRE CAÇADAS DE PEDRINHO
NA IMPRENSA: RACISMO, CONTROLE DISCURSIVO E
POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na área de concentração Teorias e Análises Linguísticas, linha de pesquisa Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júlia Maria Costa de Almeida

VITÓRIA
2016

PATRICIA RICARDO ANDRADE

**ANÁLISE CRÍTICA DO DEBATE SOBRE CAÇADAS DE PEDRINHO
NA IMPRENSA: RACISMO, CONTROLE DISCURSIVO E
POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na área de concentração Teorias e Análises Linguísticas, linha de pesquisa Estudos sobre Texto e Discurso.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Júlia Maria Costa de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Micheline Mattedi Tomazi
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pela oportunidade de ter sido uma mestranda e de ter finalizado este trabalho.

A minha orientadora querida, sempre muito coerente e verdadeira comigo, por ter acreditado e torcido tanto por mim (“Leia, Patrícia, para você ter *ideias!!!*”).

Às professoras Micheline Mattedi e Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, pelas leituras, sugestões e incentivos.

Aos meus professores do mestrado, Rivaldo Capistrano, Penha Lins, Lilian Yacovenco e Lúcia Helena Peyroton, pelos diálogos e ensinamentos.

A minha mãe, pelo apoio.

Ao meu primo Darlan Ricardo Celino, pela atenção dada às leituras dos textos em inglês.

Ao Jornal Folha de *S. Paulo*, pela liberação das notícias para serem analisadas.

À *Capes*, pela bolsa concedida.

[...] Não julgo como as pessoas
julgam. Elas olham para a
aparência, mas eu vejo o coração.
(1 Sm 16.7)
Bíblia Sagrada

RESUMO

Nesta dissertação é apresentada uma análise crítica sobre o controle sociocognitivo e ideológico no discurso do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a controvérsia ocorrida entre os anos de 2010 e 2012 em torno do livro *Caçadas de Pedrinho* (1933), de Monteiro Lobato. Esta obra foi denunciada pelos movimentos da causa negra como sendo imprópria para distribuição nas escolas, sem uma nota que contextualizasse o momento de sua produção e o teor racista. O *corpus* analisado se constitui de cinco notícias, selecionadas de um grupo de 15 que versaram sobre o caso no período entre outubro de 2010 e setembro de 2012. O referencial teórico deste estudo está ancorado, sobretudo, nas pesquisas sobre racismo, ideologia e discurso do linguista Teun van Dijk (1987; 1991; 1995; 2000; 2002; 2008; 2009; 2012a; 2012b; 2012c; 2015), em diálogo com os sociólogos Kabengele Munanga (1999) e Jacques d'Adesky (2009), entre outros. O método de abordagem utilizado é o qualitativo-interpretativo, sendo as análises orientadas pelas categorias do contexto sociocognitivo e do discurso elencadas por van Dijk. A pesquisa demonstrou que ainda ocorre a manutenção de uma definição preferida para a exposição de questões étnicas como problema, a partir da manipulação do contexto e da ratificação no discurso de estratégias ideológicas de autoapresentação positiva e de outroapresentação negativa, observadas e validadas tanto no nível global, como no nível local da notícia.

Palavras-chave: Notícias. Análise Crítica do Discurso. Racismo. Ideologia. *Caçadas de Pedrinho*.

ABSTRACT

This thesis presents a critical analysis of the social cognitive and ideological control in the discourse of the newspaper Folha de S. Paulo on the controversy that occurred between the years 2010 and 2012 around the book *Hunts Pedrinho* (1933), by Monteiro Lobato. This work was denounced by the movement of black question as unfit for distribution in schools without a note that contextualize the time of its production and the racist content. The analyzed corpus is composed of five stories, selected from a group of 15 that were about the case in the period between October 2010 and September 2012. The theoretical framework of this study is anchored primarily in research on racism, ideology and discourse from the linguist Teun van Dijk (1987, 1991; 1995; 2000; 2002; 2008; 2009; 2012a; 2012b; 2012c; 2015), in dialogue with sociologists Kabengele Munanga (1999) and Jacques d 'Adesky (2009), among others. The method of approach used is a qualitative-interpretive, with analysis targeted the categories of social cognitive context and discourse listed by van Dijk. Research has shown that still occurs to maintain a preferred setting for the display of ethnic issues as a problem, from the manipulation of context and ratification in the discourse of ideological strategies of positive self-presentation and other negative performance, observed and validated in both the global approach, as in the local news.

Keywords: News. Critical Discourse Analysis. Racism. Ideology. Hunts of Pedrinho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Cronologia de uma polêmica	10
1.2 Definição do quadro teórico.....	17
1.3 <i>Corpus</i> do trabalho	17
1.4 Justificativa da dissertação.....	19
1.5 Categorias de análise do discurso	19
1.6 Objetivos e método da pesquisa	20
1.7 Perguntas e hipóteses	21
1.8 Síntese dos capítulos da dissertação	22
2 FUNDAMENTOS DOS DISCURSOS RACISTA E ANTIRRACISTA NO BRASIL....	23
2.1 Ideologias europeias e sua influência no Brasil.....	29
2.2 Mestiçagem no Brasil.....	33
3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: IDEIAS INTRODUTÓRIAS E A PERSPECTIVA DE TEUN VAN DIJK.....	44
3.1 Abordagem de Teun van Dijk: Estudos Críticos do Discurso.....	50
3.2 Controle do poder na sociedade.....	55
3.3 Controle do contexto sociocognitivo	60
3.3.1 Conhecimento	63
3.3.2 Ideologia	64
3.3.3 Atitudes e opiniões	69
3.3.4 Das crenças sociais aos modelos pessoais na memória episódica: modelos mentais e contexto	70
3.3.5 Categorias do modelo de contexto	75
3.3.6 Categorias e estruturas discursivas (globais e locais) de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	80
4 ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO: ASPECTOS TÉCNICOS E MULTIMODAIS DAS NOTÍCIAS	90

5 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>: IMPRENSA, RACISMO E REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO ANTIRRACISTA	102
5.1 Notícia 1: “Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato”	104
5.1.1 Análise do contexto sociocognitivo	106
5.1.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa.....	110
5.1.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa.....	112
5.2 Notícia 2: “Mec quer rever veto a livro de Monteiro Lobato”	120
5.2.1 Análise do contexto sociocognitivo	122
5.2.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	125
5.2.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	126
5.3 Notícia 3: “Conselho de educação revê parecer sobre a obra de Monteiro Lobato”	130
5.3.1 Análise do contexto sociocognitivo	131
5.3.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	134
5.3.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	136
5.4 Notícia 4: “Audiência no STF discute liberação de Livro de Monteiro Lobato acusado de racismo”	142
5.4.1 Análise do contexto sociocognitivo	144
5.4.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	148
5.4.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	149
5.5 Notícia 5: “Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo”	154
5.5.1 Análise do contexto sociocognitivo	155
5.5.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	159
5.5.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa	160

5.6 Discussão dos resultados	163
6 CONCLUSÃO	172
7 REFERÊNCIAS	176

1 INTRODUÇÃO

Conforme os estudos sociológicos sobre questões raciais, o perfil que se estabeleceu como desejável e que representa o modelo de beleza e *status* é o fenótipo branco. Os sujeitos que se distinguiram desse modelo padronizado tiveram, por meio das ideologias eurocêntricas, muitas vezes sua humanidade questionada. Contra esse tipo de pensamento, que entende os outros como inferiores e que hoje é mascarado e ocultado, vêm se constituindo na sociedade brasileira estudos que têm como objetivo entender a questão étnica a partir de um ponto de vista plural, isto é, valorizando o pluralismo étnico e cultural.

Questões relacionadas à valorização da diversidade não passam a constituir apenas objetos de estudos no âmbito acadêmico, mas também envolvem todas as esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário do país em políticas antirracistas para garantir às comunidades étnicas diversas o direito de reconhecimento e a garantia de preservação de sua cultura contra os efeitos desestruturadores das culturas hegemônicas.

Segundo salienta Jacques d' Adesky, em *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: em Racismos e Anti-racismos no Brasil* (2009), a invisibilidade da cultura afro-brasileira não ocorre de modo aleatório, mas há sim uma relação de poder que mantém o negro alienado e desterritorializado de áreas “ligadas ao gosto, à beleza e aos valores estéticos” (D' ADESKY, 2009, p. 126). Para o autor, deve haver um reconhecimento por parte do Estado do pluralismo étnico que existe na sociedade brasileira contra o discurso dominante que visa ao amálgama de diversas identidades, baseando-se na ideia de fusão das raças, a “assimilação por todos da cultura europeia supostamente superior” (D' ADESKY, 2009, p. 192).

É com esse propósito que os movimentos negros defendem hoje as diferenças étnicas e têm o anseio de se libertar das consequências da marginalização social e econômica. Para isso, buscam o direito de serem reconhecidos como seres humanos beneficiários de dignidade como todos os demais, o que corresponderia ao que se entende por autoestima. Segundo d' Adesky, o que os afro-brasileiros

requerem são duas formas de reconhecimento: a primeira seria o reconhecimento da dignidade; e a segunda, o reconhecimento “do *status* do seu grupo étnico e cultural” (D’ ADESKY, 2009, p. 193). Conforme o autor, essas duas formas de reconhecimento que são vinculadas, objetivam a desvinculação da imagem do negro de alusões depreciativas, que produzem “ostensivamente, um não-reconhecimento ou um reconhecimento inadequado da pessoa ou do grupo a que esta pertence” (D’ ADESKY, 2009, p. 193).

Diante disso, entre as medidas que estão sendo tomadas contra o racismo, dentro de uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial, ressalta-se a revisão dos livros e obras educacionais para a eliminação de imagens estereotipadas dos afro-brasileiros e também referências negativas e racistas sobre o ambiente africano. É com o propósito de contribuir para os estudos voltados contra o racismo que nos detivemos, neste trabalho, à controvérsia em torno do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, que foi emblemática no contexto dos embates contra o racismo na atualidade brasileira.

1.1 Cronologia de uma polêmica

O debate envolvendo o livro *Caçadas de Pedrinho* (1933), de Monteiro Lobato, iniciou-se no ano de 2010, quando Antonio Gomes da Costa Neto – técnico em gestão educacional da Secretaria do Estado do Distrito Federal, então mestrando junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa em Educação das Relações Raciais – notou que a Secretaria de Educação do Distrito Federal não estava obedecendo aos critérios de seleção de obras literárias conforme recomendam as legislações antirracistas da atualidade.

Em seus estudos, o mestrando se inquietou com a presença de muitos vocabulários discriminatórios com relação à personagem negra Tia Anastácia e a alguns animais na estória de Lobato e, ao observar a presença do livro *Caçadas de Pedrinho* na lista dos livros da educação Básica e Superior do Distrito Federal remeteu, juntamente com a Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, ao Conselho Nacional de Educação – CNE, uma

solicitação de análise das condições de inserção do livro lobatiano nas bibliotecas escolares, explicitando seu conteúdo e vocabulário racistas, com termos como “macaca de carvão”, “velha preta”, “pretura”.

Como resposta aos questionamentos protocolados no CNE, no dia 30 de junho de 2010, por Antonio Gomes da Costa Neto e pelo SEPPIR, sobre a presença do livro lobatiano nas escolas do Distrito Federal, o CNE aprova, em 01 de setembro de 2010, o Parecer nº 15/2010¹. Nesse documento, o CNE confirma a presença do livro nas escolas particulares do DF e nas escolas públicas brasileiras e ressalta que, embora o MEC tenha critérios contra a presença de obras que apresentem vocábulos estereotipados sobre os diversos seguimentos da população, o livro *Caçadas de Pedrinho* foi adquirido pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola PNBE.

Dessa forma, o CNE, por meio do Parecer nº 15/2010 valida e considera coerentes as exposições e os questionamentos do mestrando da UNB, juntamente com a SEPPIR, a partir de legislações antirracistas. O CNE ainda apresenta, neste primeiro Parecer, algumas atitudes que deveriam ser tomadas para a aplicação em todo o território nacional para a implementação efetiva das políticas públicas para uma educação antirracista.

Todavia, diante da pressão da mídia e de outras instituições políticas, jurídicas e literárias, foi aprovado no dia 01 de junho de 2011 pelo CNE e homologado pelo ministro da Educação no dia 29 de agosto de 2011 o segundo Parecer do CNE, de nº 06/2011², que reexamina o Parecer anterior, apresentando posicionamento incoerente e agora resposta desfavorável às solicitações da SEPPIR e à denúncia

¹ BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB nº 15/2010*. Aprovado em 1 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D6702%26Itemid%3D&ei=Ex2aUZScMYbl0QHARoDAAg&usg=AFQjCNEDRgp hc7gjOMrGoqaU2tW77ikOQQ&bvm=bv.46751780,d.dmQ>. Acesso em: 01 de maio. 2013.

² BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB nº 06/2011*. Aprovado em 01 de junho de 2011 publicado no D.O.U. de 29 de agosto 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D8180&ei=ayGaUcmpDPC50AGO5IG4CA&usg=AFQjCNFUj bPWcV1KHEveji1 EnBTZUq6lag&bvm=bv.46751780,d.dmQ>. Acesso em: 01 de maio. 2013.

de Antônio Gomes e transformando em sugestões³ muitas ações obrigatórias a serem tomadas. O motivo da “revisão” do primeiro parecer pode estar associado às recorrentes publicações na mídia acusando o primeiro documento de aprovar “veto”, “banimento” e “censura” à obra de Lobato, por causa da solicitação de uma nota explicativa que contextualizasse o momento de produção do referido livro, embora tal ato de vetar não estivesse descrito no primeiro parecer como uma ação a ser executada em relação à obra lobatiana.

Com isso, foi protocolado no Supremo Tribunal Federal – STF, em novembro de 2011, por parte do Instituto de Advocacia Racial – IARA⁴ e Antonio Gomes da Costa Neto, o Mandado de Segurança nº 30952⁵ para que a distribuição do livro *Caçadas de Pedrinho* viesse a ser objeto de reanálise e readaptação às novas demandas da sociedade em prol das relações étnico-raciais. Esse documento protocolado no Supremo tem em vista à reobservância do Parecer CNE nº 06/2011 ou a extinção do ato administrativo citado, que transgredir a norma de acréscimo de uma nota explicativa em obras com doutrinações racistas, em especial, no livro *Caçadas de Pedrinho* inserido no Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE, a julgar a existência de legislações brasileiras e estrangeiras que visam à proteção do negro contra doutrinações, subalternizações e estereótipos, em qualquer evento discursivo, principalmente os que são disponibilizados com recursos públicos para as crianças nas escolas.

Essas ações antirracistas se contextualizam no âmbito das tensões raciais que deram origem a muitas leis desde o início do século XX, não só no Brasil, como em outros países, com o intuito de dirimir ações negativas contra a minoria negra. Mas as leis devem ser implementadas com total justiça e legalidade, pois impõem

³ Posicionamento encontrado também na entrevista concedida pelo Frei David Raimundo dos Santos ao programa da Unifesp. Frei David Raimundo dos Santos. Notícias Unifesp – Racismo em Monteiro Lobato. 28 de setembro de 2012. Entrevistador Ederson Granetto. *Unifesp TV*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=muwOuMwkeOI>>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

⁴ O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA é representado pelo advogado Humberto Adami no caso do livro de Monteiro Lobato.

⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Mandado de Segurança* n 30.952, 2012. Disponível em:<<http://stat.correioweb.com.br/arquivos/educacao/arquivos/0004Peticaoinicial-Peticaoinicial18820110.pdf>> Acesso em: 05 de fevereiro. 2013.

a todos os sujeitos, não somente a instituições governamentais, normas e preceitos que devem ser seguidos para a redução das barreiras contra a população negra e para a boa convivência em sociedade. Essas normas antirracistas devem ser públicas e conhecidas por todos. A sociedade necessita ter o conhecimento baseado na lei e não em opiniões e ideologias racistas contra minorias.

Debus, no artigo “Caçadas de Pedrinho, de Monteiro Lobato e o Parecer do CNE: reflexões” (2011) apresenta algumas leis que foram decretadas no Brasil para eliminar conflitos étnicos desde a constituição até o contexto educacional:

[...] a promulgação da Constituição Federal de 1988, que decreta a prática do racismo como crime inafiançável (artigo 5º, inciso XLII); no campo educacional público e privado a Lei nº 9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação (Artigo 26, 26 A), alterada pela Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Lei nº 11.645/08, instituindo História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial das escolas de Ensino Fundamental e Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (julho/2004) (DEBUS, 2011, p. 03).

Vale ressaltar que, além do âmbito da educação, igualmente em outras instâncias políticas da sociedade foram surgindo normas e preceitos para que as instituições se adequassem às novas cláusulas legislativas que destacam a integridade do ser humano. Logo, essas leis também devem alcançar os materiais suplementares que são disponibilizados aos alunos como os livros didáticos, livros de história e outros gêneros que compõem o acervo das bibliotecas escolares.

Espera-se que essas normas relacionadas ao racismo sejam problematizadas e compartilhadas entre os alunos na escola, em especial, para que a discussão se torne enriquecedora e mediada por um professor preparado, dentro do seu nível escolar. Portanto, dialogando com Debus, por que tanta controvérsia ao se exigir uma nota explicativa no livro *Caçadas de Pedrinho* que informe aos alunos as legislações e novos estudos dentro do campo das relações étnico-raciais no país? “Não problematizar essas questões não seria desabonar a legislação vigente e

toda a luta desencadeada [...] pelos movimentos negros, núcleos de estudos negros [...]?” (DEBUS, 2011, p. 03).

Embora o Ministério da Educação e Cultura – MEC tenha tido um protagonismo contraditório em relação a seus próprios critérios de seleção de obras em todo o processo da polêmica envolvendo o caso do livro de Lobato, ele instituiu regras para que, por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola, os alunos tenham acesso a livros que coadunem com as atuais legislações e normas que priorizam a valorização da pluralidade racial e cultural na sociedade brasileira. As normas e critérios da seleção do MEC podem ser advertidos nos trechos presentes no primeiro Parecer nº 15/2010 que explicitam os critérios de adoção: “a ausência de preconceitos, estereótipos ou doutrinações, a qualidade gráfica e o potencial de leitura considerando o público-alvo” (BRASIL, 2010, p. 3).

A posição da mídia, do governo e do estado, representados pelo MEC, sobre esse caso foi analisado por Feres Junior et al., em “Monteiro Lobato e o Politicamente correto” (2013). Nesse estudo de caso, os autores observaram, a partir da avaliação de revistas e jornais de grande repercussão no Brasil, que a mídia “assumiu uma posição normativa e militante” (2013, p. 71) e, além disso, os órgãos midiáticos negaram constantemente o racismo em Lobato, transformando o caso em uma polêmica e definindo a situação dentro da questão do politicamente correto.

Ademais, outros órgãos como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Academia Brasileira de Letras – ABL, entre outros, emitiram posicionamento enfatizando a ideia de censura, veto e banimento a obras de Lobato. Ou seja, será que os órgãos e instituições literárias, midiáticas e jurídicas que emitiram seus posicionamentos contra o Parecer nº 15/2010 leram o primeiro parecer ou somente reproduziram uma determinada definição midiática consensual?!

Enfim, o interessante a ser observado no estudo de Feres Junior et al. foi a relevância dada pela mídia e por outros órgãos em geral às informações positivas sobre Monteiro Lobato, seus trabalhos e engajamento, todavia com pouca ênfase ou total ocultação de dados negativos sobre o autor, como seu lado

preconceituoso e sua vinculação com teorias eugenistas no Brasil, o que os autores explicitam:

ao contrário da opinião de alguns especialistas retratada na mídia, Monteiro Lobato era de fato racista. De passagem, não podemos deixar de mencionar que Lobato foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943), dados que apenas ilustram sua imagem de adepto fervoroso dos ideais eugênicos de melhoramento da raça, refletidos plenamente em seus textos, privados e públicos. Vejamos um trecho de carta endereçada ao médico baiano Arthur Neiva (1880-1943): Deversos amigos me dizem: porque não escreve suas impressões? E eu respondo: porque é inútil e seria cair no ridículo. Escrever é aparecer no tablado de um circo muito mambembe, chamado imprensa, e exhibir-se deante de uma assistência demoleque feeble-minded e despidos da menor noção de seriedade. Mulatada, em summa. Paiz de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é paiz perdido para altos destinos. André Siegfried resume numa phrase as duas attitudes. “Nós defendemos o front da raça branca – diz o Sul – e é graças a nós que os Estados Unidos não se tornaram um segundo Brazil.” Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos ahi uma defeza desta ordem, que mantem o negro no seu lugar, e estariamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do gallego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destróe a capacidade constructiva. É muito improvável que um intellectual com vasta cultura, que havia morado nos Estados Unidos por quase quatro anos, ligado ao consulado brasileiro de Nova York, ignorasse que esse grupo racista norte-americano apologista da pureza racial branca praticasse linchamentos, assassinatos, incêndios criminosos e toda sorte de atrocidades contra negros daquele país. Devemos notar também que a despeito do desprezo pela miscigenação, à pureza defendida por Lobato é a da raça branca e não a da negra, tida por ele como fonte dos males da miscigenação: é a “mestiçagem do negro [que] destróe a capacidade constructiva”. (FERES JR.; NASCIMENTO; EISENBERG, 2013, p. 79).

Com esse ponto de vista, dificilmente se poderia conceber Lobato como não racista, ainda mais quando se tem o conhecimento do teor de suas obras ficcionais. Feres Junior et al (2013) caracterizam decididamente Lobato como racista em seu trabalho. Debus (2011) relembra ainda que essa vinculação de Lobato ao racismo não é uma informação nova, mesmo que se tenha tentado ocultar ao máximo, com o caso sobre a obra *Caçadas de Pedrinho*, já que o nome do autor sempre esteve vinculado a polêmicas, não só no campo da educação. Isto é, embora haja um grupo que insistentemente queira manter uma concepção de Lobato na mídia, há também pessoas que com um ponto de vista menos cético e mais crítico, buscam questionar determinados conhecimentos, teses, opiniões e atitudes que atuam na manutenção de determinadas ideologias negativas.

A maior fonte de crítica dos literatos, da mídia, entre outros grupos, foi à solicitação do Parecer CNE nº 15/2010 que determinava ao Programa Biblioteca na Escola, como resposta a denúncia de Antonio Gomes, que exigissem das editoras o acréscimo de uma nota explicativa no livro Lobatiano, juntamente com as outras notas explicativas já inseridas na obra, e não a retirada do livro. Assim, vê-se que essa requisição estabelecida pelo CNE surgiu a partir do momento que o mestrando verificou que o livro não continha as normas e atualizações sobre a realidade étnica dos negros e que grande parte dos professores não possuem conhecimento para o trato com questões raciais.

Logo, as ideologias do passado, que insistem no presente, requerem contextualização e mediação de profissionais e pesquisadores engajados em novos estudos sobre a realidade étnico-racial do país para que se promova como está descrito na Lei 9.394 de 2006 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB⁶— a valorização da pluralidade étnico-racial e cultural de negros e indígenas e que assim haja o combate de forma localizada e potencializadora ao racismo, haja vista que a escola se caracteriza por ser o melhor lugar para desconstruir/construir conhecimentos e paradigmas, de modo que os alunos possam ter uma visão crítica e conhecimento aprimorado para lidar com tipos de discursos na sociedade com as devidas precauções.

Vê-se que há legislações e normas no campo da justiça e da educação que ratificam a proibição de discursos tendenciosos, estereotipados sobre a população negra. Mas vale destacar ainda que, como explica Debus (2011), os estudos da literatura sobre a questão racial iniciaram-se recentemente e, como se verá mais adiante, os estudos sobre o racismo na academia também foram vistos como relevantes há bem pouco tempo. Dessa forma, diante de novos interesses e necessidades da vida cotidiana, os estudos do discurso têm grande papel a cumprir por explicitarem naturalizações que só servem para perpetuar dogmas

⁶No ano de 2013, foi acrescentado na LDB, pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013., no art 3º, como um dos “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, um inciso que determina que os estabelecimentos educacionais tenham consideração com a diversidade étnico-racial. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 27 de julho de 2015.

ratificados outrora pela “ciência” contra os que eram caracterizados como “animais”, na verdade, por questões raciais, econômicas e sociais⁷.

1.2 Definição do quadro teórico

Diante das solicitações de quebras de velhos paradigmas, a Análise Crítica do Discurso – ACD⁸ se torna uma abordagem que cria, implica e possibilita problematizações das práticas discursivas que ensejam dissimetrias em todos os âmbitos que atingem, influenciando a cultura, a vida e a sociedade. Dentro desse campo de análise, a partir dos Estudos Críticos do Discurso – ECD propostos por Teun van Dijk (1987; 1991; 1995; 2000; 2002; 2008; 2009; 2012a; 2012b; 2012c, entre outros), vê-se que os estudos do discurso afastam-se de um estudo “neutro”, distante, pois se encontram envolvidos com práticas sociais que podem mudar a realidade do ser humano.

1.3 Corpus do trabalho

Neste trabalho focaliza-se o discurso da instituição jornalística *Folha de S. Paulo*⁹. A partir da lista de busca do portal UOL¹⁰, o qual hospeda a versão *on line* do jornal *Folha de S. Paulo*, utilizamos, para buscar as notícias sobre o caso, as

⁷ Segundo Heloisa Toller Gomes (2009, p. 38), para os objetivos coloniais, a escravidão racial era entendida como algo positivo economicamente, e os não europeus já eram, embora sem uma noção muito esclarecida, racialmente entendidos de modo “bastante depreciativo”.

⁸ Um grupo de pesquisadores na UNB liderado, inicialmente, pela professora Maria Izabel Magalhães traduziu Análise Crítica do Discurso (ACD) como Análise do Discurso Crítica (ADC) para se distanciar da nomenclatura da Análise do Discurso Francesa, sendo esses termos utilizados neste trabalho de maneira intercambiável (MELO, 2012, p. 60).

⁹ Segundo Hernandez, em *A mídia e seus truques* (2012), o jornal *Folha* foi fundado em 1921 e alcançou maior proeminência em 1980, quando se tornou o jornal mais vendido do Brasil. A *Folha de S. Paulo* tem circulação nacional e tem como seus maiores concorrentes os jornais *O Globo* e *O Estado*. Hernandez salienta que o jornal *Folha de São Paulo* é voltado para as elites, os denominados “formadores de opinião” (2012, p. 183). Além disso, os dirigentes da *Folha* dizem, conforme Hernandez (2012, p. 184), que “o consumidor da mercadoria jornal é um indivíduo que tem certas expectativas e certas exigências em termos intelectuais, que estão num patamar um pouco acima da sociedade como um todo”. Portanto, percebe-se que tal jornal apresenta um perfil político conservador, embora “a imprensa escrita atualmente passe por um momento de crise de definição, diante da grande concorrência com outros meios [...]” (HERNANDES, 2012, p. 185).

¹⁰ O Universo *on line* - *Uol* é considerado uma *Home page* que oferece, por meio de uma plataforma, produtos e serviços aos internautas. Surgiu em 1996 e têm parcerias com o jornal *Folha de S. Paulo*, *Band*, *J. Pan* etc. Disponível em: < <http://sobreuol.noticias.uol.com.br/central-de-jornalismo.jhtm?local=stg>>. Acesso em: 14 de setembro de 2015.

seguintes palavras-chave: “Caçadas de Pedrinho” e “Monteiro Lobato racismo”. Da lista do *site*, foram selecionadas somente as notícias que têm em seus títulos relação direta com o nome de Lobato, mas observou-se também a presença de outros gêneros que falavam sobre a polêmica, como também de outras notícias que, embora não abordassem diretamente no seu título a relação com Lobato, em seu conteúdo emitiam um posicionamento sobre a questão da polêmica envolvendo a obra de Lobato. Priorizamos as notícias que se apresentaram nos cadernos Cotidiano-Cotidiano, Educação e Cultura-Ilustrada. Assim, foram selecionadas 15 notícias publicadas sobre a polêmica entre 29 de outubro de 2010 e 26 de setembro de 2012, período que coincide com o intervalo entre o primeiro Parecer e a ação no Supremo.

A escolha do *corpus* de notícias, em diferentes cadernos da *Folha*, deveu-se a priorizarmos aquelas que foram publicadas logo após a apresentação dos Pareceres de nº 15/2010, aprovado por unanimidade no dia 01 de setembro 2010, e de nº 06/2011, aprovado no dia 01 de junho de 2011 no CNE, considerando que esses textos expressam uma reação e uma pressão da mídia, assim como aqueles que se produziram após a ação chegar ao Supremo Tribunal Federal, por meio do Mandado de Segurança nº MS 30952, em novembro de 2011. Assim, foram escolhidas as notícias veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo* nos anos de 2010, 2011 e 2012, logo após a aprovação dos Pareceres nº 15/2010, nº 06/2011 e da impetração do Mandado de Segurança.

Todas as notícias, inclusive aquelas que não apresentam explicitamente no seu título relação com o caso, e os outros textos e gêneros encontrados indiciam o posicionamento de um importante órgão de imprensa no país sobre as solicitações dos movimentos da causa negra, pela voz de seus jornalistas e “especialistas” (literatos, juristas etc. convidados a se posicionar), e também revelam um horizonte de apreciação dos leitores da *Folha de S. Paulo* sobre o caso de racismo, que por muito tempo foi apaziguado na obra lobatiana. Apesar de não serem todos objetos de análise, relacionam-se a estratégias de (re) produção de determinado conhecimento, ideologia e atitude e favorecem a criação e atualização de modelos mentais negativos sobre o caso, favorecendo assim, a manipulação da interpretação dos leitores.

Dessa forma, o discurso jornalístico, conforme destaca Michel Kahan Apt, em *Discurso e poder: o modelo mental como instrumento ideológico de manipulação* (2010, p. 18), como um ato, como uma ação, como uma prática guiada ou mediada “por um conjunto de saberes de que dispomos para lidar com o mundo à nossa volta” pode gerar consequências sociais, mudando comportamentos ou atitudes. Para van Dijk, no livro *Discurso e Poder* (2012a), o discurso como um ato envolve também dimensões semióticas amplas, como elementos não verbais, tais como desenhos, fotos, gestos, imagens faciais.

1.4 Justificativa da dissertação

Esse trabalho se justifica a partir do que Teun van Dijk, em *Racismo e Discurso na América Latina* (2008), defende: as pessoas não nascem racistas, mas se tornam racistas na sociedade ao terem contato com práticas discursivas que reverberam estrategicamente conhecimentos, ideologias e estereótipos negativos preferenciais sobre as minorias. Reconhece-se, assim, a necessidade da pesquisa, da explicitação e do desnudamento das diversas formas das ideologias racistas se efetuarem, na produção cultural das elites simbólicas ou de grupos institucionais hegemônicos na sociedade, por meio de livros didáticos, textos jornalísticos, cinema, televisão, legislações, literaturas e em outros meios e gêneros.

1.5 Categorias de análise

Para análise do *corpus* delimitam-se inicialmente, a partir do estudo dos trabalhos de van Dijk, em *Discurso e Contexto* (2012b, p. 113 -114), categorias para análise das notícias quanto ao nível sociocognitivo, tais como ambiente, participantes, Eu-mesmo, com isso considerando os papéis comunicativos, os tipos de papéis sociais, as relações entre participantes, os conhecimentos compartilhados e sociais, as intenções e os objetivos; e quanto às estratégias discursivas no nível global e local (VAN DIJK, 2012a, p. 122-123), elencamos as categorias tema, agente/atores, imprecisão, lexicalização, estrutura sintática, entre outras, que van Dijk apresenta em “Política, Ideologia e Discurso” (2012c) e em outros textos,

para o estudo das estratégias ideológicas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa (VAN DIJK, 2012a, p. 252-253), considerando os diversos níveis e dimensões que o autor aponta para análise do discurso.

1.6 Objetivos e método da pesquisa

A partir dos pressupostos teóricos de Teun van Dijk, entre outros autores, buscase analisar a dimensão macro da instituição *Folha de S. Paulo*, seus conhecimentos, atitudes e ideologias e suas relações com outras instituições e discursos, e o nível micro, isto é, as interações discursivas e ações dos sujeitos integrantes dessa organização.

Logo, levando-se em conta a questão sociocognitiva como mediadora entre as práticas sociais e a sociedade, tencionamos descrever como a mídia protagonizou a polêmica sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*, com quais estratégias discursivas, posicionamentos e possíveis efeitos sobre o pleito judicial, como também verificar as estratégias e os mecanismos discursivos utilizados por esse órgão da imprensa para se posicionar diante das instâncias jurídicas e dos movimentos da causa negra e assim, demonstrar como ecoa a representação dessa minoria, nas notícias do jornal *Folha de S. Paulo*.

Nesta dissertação, utiliza-se o método de abordagem qualitativo-interpretativo para análise dos elementos linguísticos do discurso jornalístico que acarretam a manutenção de opiniões, conhecimentos e atitudes ideologicamente posicionados, ou seja, estruturas e estratégias que provocam conflitos ideológicos sobre o caso envolvendo a obra lobatiana. Portanto, embora seja crucial o estudo pormenorizado também dos sentidos depreciativos explicitados pelos elementos não verbais nos textos, priorizam-se neste trabalho os elementos sociocognitivos e linguísticos estrategicamente utilizados para a representação, por meio da polarização ideológica *Nós x Eles*, do exogrupo ou extragrupo, o outro, o negro.

Vale salientar que a polarização grupal é definida por van Dijk como “tendência global do favoritismo intragrupal ou da autoapresentação positiva, por um lado, e da depreciação extragrupal ou da apresentação negativa do Outro, por outro lado”

(VAN DIJK, 2012a, p.137). Essa polarização se aplica às práticas sociais, discursos e pensamentos, podendo ser percebida nos diversos níveis de análise propostos por van Dijk. É referida também sob a denominação *Nós / Eles*, como também intragrupal – extragrupal (VAN DIJK, 2012a, p.137) ou endogrupo – exogrupo (VAN DIJK, 2012a, p.14).

1.7 Perguntas e hipóteses

Assim, a partir dos Estudos Críticos do Discurso, juntamente com outros trabalhos que corroboram para o esclarecimento das principais formas de discriminação pelo discurso de instâncias simbólicas prestigiadas pela sociedade, busca-se responder os seguintes questionamentos: a) Como o jornal *Folha de S. Paulo* define as solicitações dos movimentos negros e sua situação diante de tal polêmica nas notícias desse evento? b) Quais são os recursos e estratégias linguísticas utilizadas nas notícias que favorece a polarização entre os diferentes posicionamentos no pleito?

As hipóteses desse trabalho seriam de que as instituições midiáticas ainda manifestam ideologias preconceituosas contra o negro, mas dentro de uma retórica menos explícita, o que seria possível demonstrar a partir de uma análise crítica do discurso jornalístico; também presumimos que as notícias não colocam em cheque a obra de Monteiro Lobato, mesmo diante dos vários estudos feitos em relação à vinculação do autor com práticas eugênicas. Logo, os órgãos da imprensa procuram colocar dúvidas, ou seja, mitigam os motivos das solicitações dos movimentos negros, procurando fazer crer que as acusações a Lobato são uma afronta ao país e manipulando, assim, os modelos mentais dos leitores, por não informar dados esclarecedores de ambos os referentes opostos na polêmica.

Assim, acreditamos que o material discursivo do jornal *Folha de S. Paulo*, que noticiou fatos e informações consideradas relevantes sobre essa polêmica em torno de *Caçadas de Pedrinho*, é capaz de revelar estratégias discursivas e ideológicas discriminatórias em pauta na sociedade brasileira, no sentido de manter privilégios, desigualdades e estereótipos de grupos e movimentos sociais.

1.8 Síntese dos capítulos da dissertação

No segundo capítulo, abordam-se a partir de estudos discursivos e sociológicos os fundamentos históricos do discurso racista na sociedade brasileira, que embasaram legalmente as práticas segregatórias pós-escravidão. No terceiro capítulo, vê-se alguns pressupostos introdutórios sobre a ACD e explana-se a abordagem de Teun van Dijk, focalizando a tríade sociedade, cognição e discurso e, além disso, apresentam-se suas categorias discursivas para a análise ideológica no nível global e local do texto. No quarto capítulo, observam-se algumas estratégias do discurso jornalístico e das notícias. No quinto capítulo, faz-se a análise sociocognitiva e discursiva das notícias selecionadas, seguidas das discussões dos resultados. E, por fim, a conclusão.

2 FUNDAMENTOS DOS DISCURSOS RACISTA E ANTIRRACISTA NO BRASIL

Neste capítulo, observam-se como as ideologias racistas europeias se reproduziram nos discursos públicos no Brasil. É relevante somar aos estudos do discurso de Teun van Dijk, que embasaram esta pesquisa, as contribuições de sociólogos especializados no sistema racial brasileiro, como Kabengele Munanga (1999) e Jacques d' Adesky (2009). A partir de suas investigações, têm-se novas perspectivas de apreensão e esclarecimento das teorias raciais e antirracistas no Brasil, suas atuações e resultados em face de ideologias e práticas racializantes na sociedade brasileira, ressaltando as influências eurocêntricas sobre elas.

Contemporaneamente algumas formas de investigação têm sido constituídas com intuito de compreender sofisticadas estratégias de manutenção e naturalização de ideologias que embasam as atitudes e as práticas racistas na sociedade. Com essas novas formas de compreensão das práticas segregatórias, as concepções de racismo, mestiçagem, etc. no Brasil alcançaram novas dimensões de estudos, sendo focalizadas principalmente nas práticas interacionais, por meio das quais ainda se reproduzem ideologias negativas sobre os negros.

Para Teun van Dijk (2012a), as pesquisas dificilmente vinculam as práticas racistas ao estudo do discurso. Questões sobre racismo normalmente são mais associadas as suas próprias consequências do que suas causas, como podem ser observadas ao falar sobre discriminação, segregacionismo, escravidão, dominação étnica, desigualdade, etc. O autor, em suas pesquisas, ressalta a importância da análise do aspecto discursivo para a compreensão da maneira como o racismo se perpetua e se naturaliza na sociedade atualmente mesmo que outrora o racismo fosse evidenciado e repetido de maneira mais explícita, como poderá ser observado nas discussões posteriores sobre as pseudoteorias científicas na Europa e no Brasil.

O racismo, conforme o estudioso, não pode ser reduzido apenas a uma ideologia. O teórico entende o racismo como “um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou ‘racialmente’” (2012a, p. 134). O racismo como um sistema seria composto por dois subsistemas: um seria o social e outro, cognitivo.

O subsistema designado como social seria composto, no (micro) nível local, por práticas sociais discriminatórias “e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um nível (macro) de análise” (2012a, p. 134). Van Dijk destaca que a maioria dos estudos sobre o racismo focaliza questões no macro nível de investigação.

O segundo tipo de subsistema do racismo é o que atua na cognição dos sujeitos, isto é, nas crenças humanas. Van Dijk (2012a) explica que, embora as ações discriminatórias das corporações dominantes e seus membros sejam insinuações explícitas e palpáveis de preconceito, essas ações também têm como ponto de apoio uma base mental, entendidas como “modelos tendenciosos de interações e eventos étnicos, que por sua vez encontram-se enraizados em preconceitos e ideologias racistas” (VAN DIJK, 2012a, p.135).

Van Dijk, em “Discurso das elites e racismo institucional” (2015), apresenta uma explicação bastante esclarecedora quando diz que:

Racismo é essencialmente um sistema de dominação e desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) “branca” domina minorias não europeias. A dominação, por sua vez, se define como o abuso de poder de um grupo sobre o outro e está representada por dois sistemas inter-relacionados de práticas sociais e cognitivas diárias: de um lado, por várias formas de discriminação, marginalização, exclusão ou problematização; do outro, por crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas. Essas últimas podem ser consideradas, de muitas maneiras, como “razões” ou “motivos” para explicar e legitimar as primeiras: as pessoas discriminam os outros porque acreditam que esses outros são de alguma forma, inferiores têm menos direitos [...] (VAN DIJK, 2015, p. 33).

A partir da compreensão do racismo para van Dijk, vê-se as especificidades do racismo na América Latina, sobretudo no Brasil no livro *Racismo e discurso na América Latina* (2008), organizado e introduzido pelo autor com contribuições e capítulos de vários pesquisadores latino-americanos. Teun van Dijk, na introdução de sua obra, relata que após trezentos anos de escravidão, o Brasil foi o último país a libertar os escravos e que aqui os ideais de branquidade e mestiçagem,

assumidos pelos colonizadores sobre os negros, encontraram ambiente propício para suas manifestações. E que, após a abolição o país não adotou práticas segregacionistas como nos EUA e na África do sul, todavia, não elaborou políticas públicas de integração que beneficiassem a população negra e, além disso, favoreceu a vinda de estrangeiros, concedendo vantagens para a sua instalação no país, em conformidade com as políticas eugenistas desenvolvidas no século XIX.

No mesmo texto, Teun van Dijk destaca que os estudos científicos, isto é, as pesquisas acadêmicas no Brasil postergaram para investigar as práticas discriminatórias que reafirmam preconceitos, inferiorização e diversas outras formas de desigualdade sobre os negros, devido ao ponto de vista naturalizado de que há no Brasil uma harmonia nas relações sociais, olhar que enxerga cada grupo satisfeito com o seu modo de vida, não focalizando assim nas dissimetrias das interações cotidianas que fortalecem cada vez mais esse panorama do racismo na sociedade.

Ainda em relação aos estudos sobre o racismo, um fator que favoreceu na preterição dos estudos sobre os negros a outras investigações foi à própria comparação entre o racismo praticado nos EUA e as relações com as minorias no Brasil, já que as práticas interacionais aqui foram vistas como democráticas e benevolentes, diferentemente da segregação dos negros estabelecida naquele país, visto que no Brasil acatou-se a ideia de que as dissimetrias em relação aos negros e as outras raças só teriam como fontes questões econômicas e não questões raciais. Na sociologia, autores como Jacques d' Adesky e Kabengele Munanga tem sido fundamentais para compreender os paradoxos do sistema racial brasileiro. Jacques d' Adesky (2009) descreve a sua concepção de racismo, compreendido a partir da conceituação proposta por Pierre-André Taguieff, valendo-se de estudos na biologia, da genética, da antropologia, bem como da filosofia.

Pierre-André Taguieff (1988, 1995 apud D' ADESKY, 2009) descreve um modo dual para a compreensão das relações sobre racismo:

O racismo, enquanto definido em relação à ideia de identidade coletiva ou a ideia de comunidade como fato e valor, é um termo equívoco, pois tem, no mínimo, dois sujeitos distintos. Primeiramente, o racismo como denegação da identidade. Ele se apresenta então como a negação radical de uma identidade de grupo, negação de sua existência ou negação de seu valor. Nesse contexto, ressalta Taguieff, o racismo apaga, anula ou destrói a diferença entre os grupos: nesse sentido ele é heteróforo. Em segundo lugar, o racismo como denegação de humanidade. Nessa perspectiva, ele implica a negação de uma humanidade comum. Consequentemente, observa Taguieff, o racismo absolutiza a diferença de um grupo em relação a outro, sacralizando a heterogeneidade antropológica: dessa forma, o racismo é heterofilo (ADESKY, 2009, p. 25-26).

Dessa forma, observa-se que quando há a recusa da identidade, isto é, a denegação ao extremo da identidade do grupo “negação de sua existência ou negação de seu valor” (2009, p. 25) tem-se o racismo universalista. Nesse caso, o racismo procura eliminar as diferenças raciais, ou seja, esse racismo visa à eliminação das diferenças em busca de um assimilacionismo racial, muitas vezes, forçado. Já quando ocorre “a negação da humanidade comum” (2009, p. 25), dá-se o racismo diferencialista, que evidencia as oposições raciais e culturais entre os grupos, sacramentando, desse modo, a diferenciação racial. Segundo o autor, o racismo no Brasil, incorpora a tendência universalista, assim como o seu antirracismo hegemônico, expresso na retórica da miscigenação.

Jacques d' Adesky (2009) afirma ainda que, embora o negro tenha sido renegado historicamente em todos os setores da sociedade brasileira, hoje a partir da reafirmação dos movimentos negros, os estudos sobre a constituição da nacionalidade passaram a fazer parte dos programas de pesquisa nas universidades, ressaltando as contribuições proveitosas e benéficas de outras matrizes formadoras do Brasil, não desvinculando tal perspectiva agora do viés econômico, político, histórico, discursivo, cultural e crítico que foi ocultado e dissimulado.

Outro pesquisador das questões raciais no Brasil, Kabengele Munanga, em sua obra *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), entende o racismo a partir da perspectiva do racismo universalista e diferencialista postulado por Jacques d' Adesky (2009) e descreve os momentos e as implicações do estabelecimento dos dois tipos de racismos, universalista e diferencialista, no Brasil.

Consoante Munanga (1999, p. 16), há dificuldade na compreensão da realidade étnica no Brasil, por causa das complicações decorrentes da tentativa de compreensão da composição da sociedade brasileira como uma identidade mestiça. Sobre essa concepção, o sociólogo Munanga (1999) proporciona algumas críticas, pois para ele tal posicionamento apresenta-se como uma nova roupagem para uma ideologia racial universalista que buscava agrupar todos os brasileiros de forma homogeneizante, assimilacionista, eliminando as disparidades e tendo como objetivo a recuperação da ideia de unidade nacional estabelecida pela elite brasileira no início do século XX.

No entanto, tal pensamento que naturaliza a ideia de unidade vai de encontro com os “movimentos negros e outras chamadas minorias, que lutam para a construção de uma sociedade plural e de identidades múltiplas” (1999, p. 16), na qual as diferenças raciais, as pluralidades étnica e cultural de cada povo seriam valorizadas e não subalternizadas. Portanto, essa concepção atual dos movimentos negros destaca a convivência pacífica e respeitosa entre as multiplicidades de raças, cores e culturas, apregoando como positivas as contribuições de identidades múltiplas na formação da nação, isto é, com tendência diferencialista.

Logo, para abarcar essa diversidade, a nomenclatura sugerida por algumas correntes dos movimentos negros seriam “afro-descendentes ou de identidade afro-descendente”, termos recomendados na tentativa de se possibilitar uma solidariedade entre negros e mestiços, já que há conflitos ao se estabelecer vocábulos como identidade negra e ou identidade mestiça para se conseguir abranger inteiramente a realidade dos descendentes de africanos. Sobre a crítica à nomenclatura mestiça, Munanga descreve que:

Abraçar a ideia de uma identidade mestiça não significaria retirar e negar a solidariedade aos poucos negros e índios indisfarçáveis, aos orientais e minorias brancas que têm o direito de se achar diferentes? Não significaria cair numa nova armadilha ideológica? Eduardo de Oliveira e Oliveira, mestiço, ideologicamente militante negro assumido, vítima da ambiguidade nele simbolizada, tinha razão ao intitular um de seus artigos: “O mulato, um obstáculo epistemológico” (MUNANGA, 1999, p. 16).

Sobre a questão da mestiçagem no Brasil, Munanga (1999, p. 20) esclarece ainda que o termo mestiço no Brasil foi elevado estrategicamente a uma categoria positiva para as elites, após a valorização do indígena, por causa do mito do bom selvagem de J. J. Rousseau, como também por causa da “aceitação das civilizações incas e maias”, visto que o termo mestiço que se referia somente às hibridações entre um branco com uma índia ou um índio com uma branca. Contudo, Munanga assevera em seu trabalho o termo mestiçagem para se referir:

à generalidade de todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes, colocando o enfoque principal [...] não sobre o fenômeno biológico enquanto tal, mas sim sobre os fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes deste fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade (MUNANGA, 1999, p. 21).

Assim, para Munanga (1999) houve uma ampliação para o termo mestiço, pois o termo mulato, que designava a mistura entre branco e negro, se vincula etimologicamente à categoria das mulas, sendo, portanto, um termo bastante arduo, pois remete ao “aspecto animal do fenômeno” (MUNANGA, 1999, p. 20) para se referir aos frutos da relação entre brancos e negros.

Percebe-se, então, que a expressão mestiçagem biológica, conforme Munanga (1999) está eivada de pensamentos, crenças, ideologias negativas racionalizantes que implicam reificar outras categorias herdadas desde a época da colonização no Brasil sobre o negro, o amarelo, o vermelho e, infelizmente, ainda nos faz pensar, nos faz repensar como nos consistimos como identidade grupal:

As populações mestiçadas não apresentam diferenças de natureza. Se toda e qualquer mestiçagem é um processo pelo qual um fluxo gênico aproxima duas populações, pode-se constatar que os estudos clássicos só trataram de alguns casos no conjunto dos fluxos que se estabeleceram de uma população à outra, e excluíram implicitamente outros casos. Ou seja, houve uma grande tendência em utilizar o termo apenas quando a visibilidade imediata da diferença fenotípica entre duas populações provocava a percepção de uma distância biológica a atravessar (MUNANGA, 1999, p. 18).

Desse modo, para Munanga (1999), a ideologia eugenista, que visava o embranquecimento da raça negra, ainda está embrenhada na mentalidade dos negros brasileiros, sobretudo na mulher negra. E essa concepção faz com que no contexto atual, embora o ideário dos líderes do branqueamento esteja fracassado desde a metade deste século, tendo em vista a pluralidade de cores e combinações étnicas que constitui a sociedade brasileira, suas implicações ainda se apresentam introjetadas no imaginário de negros, mestiços e brancos, por causa de práticas discursivas, entre outras ações, ideologicamente fundamentadas que ainda são disponibilizadas sem uma preparação ou um conhecimento mais ampliado pelos sujeitos.

A partir de uma perspectiva histórica e crítica, vale a pena observar um percurso das principais concepções que determinaram as teorias raciais do sistema racial brasileiro e as várias estratégias de denegação racial e cultural a qual os negros foram submetidos.

2.1 Ideologias europeias e sua influência no Brasil

Os chamados filósofos dos séculos das luzes e alguns grandes líderes da cultura nórdica, ao falarem sobre a questão da mestiçagem, demonstraram ter pensamentos opostos e muitas vezes complementares para definição de pressupostos teóricos sobre o negro e a miscigenação. Nos estudos empreendidos sobre o mestiço nas investigações de tais teóricos, conforme salienta Munanga (1999, p. 23), o mestiço foi “sempre tratado como um ser ambivalente visto ora como o mesmo, ora como o ‘outro’”. E, além dessa discussão, outra temática que sempre esteve nas especulações de tais “estudiosos” referia-se à unidade ou não da espécie humana.

O filósofo Voltaire (1694-1778), ao falar sobre o mestiço, descreve-o com uma profunda aversão, pois para ele o mestiço seria fruto de uniões entre raças diferentes, sendo assim uma relação escandalosa e anormal. Voltaire, portanto, não aceitou que o negro e o branco fizessem parte de uma mesma raça, já que, segundo ele, o mulato seria uma raça degenerada, bastarda, não tendo sua

composição interior análoga ao branco. Assim, Voltaire não acredita na unicidade da natureza humana e vê a mestiçagem, focalizando a questão da cor, com olhar preconceituoso, entendendo-a como algo anormal e incidental.

Já Buffon (1707-1788) foi um teórico naturalista que não compreendia que as relações de hibridação levariam à esterilidade, haja vista que seria o encontro de raças distintas conforme Voltaire, mas acreditava na fixidez da espécie, isto é, na unidade humana e não focalizou a cor como explicação das variedades entre os homens. Buffon atribui à questão climática e cultural as causas das variedades humanas e não teve um ponto de vista tão negativo em relação à mistura de raças, entendendo que a miscigenação constitui “hierarquias intermediárias” (1999, p. 23) entre o negro e o branco, não havendo nada de escandaloso nestas uniões. Vale salientar, todavia, que considerava a raça branca o padrão ideal e as outras, degenerações. No entanto, no intuito de melhorar a raça, para Buffon, a mestiçagem seria a melhor maneira para alcançar o fenótipo branco:

Em 1766, Buffon acrescenta que a mestiçagem é o meio mais rápido para reconduzir a espécie a seus traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastaria, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos com o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro (MUNANGA, 2009, p. 26).

Além da perspectiva de Buffon, outro teórico naturalista que se empenhou na discussão sobre a temática da miscigenação foi Diderot (1713-1784). Diderot entende que a miscigenação entre negros e brancos é a prova de que correspondem a uma única espécie. Tendo em vista que, através de relações copulativas têm-se frutos que aparentam similitudes humanas, logo o encontro entre negros e brancos, segundo ele, deve ser considerado um encontro comum entre seres e que a miscigenação é uma das melhores manifestações das possibilidades criativas da matéria.

Contudo, na visão de Diderot, era preciso que os europeus ao se deslocarem para as Américas deveriam levar indivíduos “vigorosos, laboriosos e sábios” para

se encontrarem com os “selvagens” (1999, p. 24). E, nesse intercuro cultural e consanguíneo, os habitantes desse novo mundo aprenderiam as ciências ocidentais, como também fecundar-se-iam, revelando o que haveria de mais perfeito em cada raça.

Dessa forma, percebe-se que para Voltaire há a concepção de uma diversidade de raças e que as misturas levariam à degeneração, isto é, a negação da unidade da espécie humana; já para os naturalistas Diderot e Buffon, as hibridações não resultam em esterilidade da raça humana e sim na variabilidade entre o homem negro e o homem branco, portanto, “confirmavam a unidade da espécie humana (1999, p. 50)”.

Eis, em resumo, o cenário das perspectivas filosóficas de alguns dos referenciais filosóficos da humanidade sobre a miscigenação. Para Munanga, (1999) tais pontos de vista refletem total ignorância desses sujeitos sobre as leis da genética até a metade do século XIX, tendo essa questão com o passar do tempo assumindo um viés mais político que biológico, ou filosófico.

Em um contexto que não havia qualquer conhecimento científico sério sobre as leis da genética e hereditariedade, relacionado às diversas etnias, o “saber” ocidental foi (re) produzido a partir de achismos e especulações infundadas, valendo-se de pseudoteorias eivadas de questões políticas, subjetivas, econômicas, sendo propagadas com um caráter incontestável por uma elite. Sobre isso, Munanga (1999, p. 27) diz que “os frutos da mestiçagem, antes objetos da história natural, estavam se transformando em sujeitos da história civil”.

Nos anos de 1853 e 1855, conforme Munanga (1999, p. 42), o conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) apresenta sua perspectiva racista sobre o tema da degeneração da raça humana em seu *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*, publicado em quatro volumes. Gobineau apregoou, a partir de sua filosofia contraditória, que a morte ou o surgimento de uma civilização ocorre não por vontade divina, mas porque o povo desta cultura é degenerado.

Para Munanga (1999, p.42), Gobineau entende a degenerescência como uma perda de importância ou valor próprio de uma determinada civilização por causa das miscigenações ocorridas em seu povo com etnias diversas. Portanto, ao falar sobre a conquista de uma civilização, ele ressalta que há “o povo soberano, com propensão a misturar-se” ao povo inferior. Esse povo soberano seria a raça branca e possuiria o monopólio de força, beleza e sabedoria. Todavia, ele ressalta que devido às sequências de uniões com outras variedades de pessoas, chegaria o momento em que gerar-se-iam “mestiços belos sem ser fortes, fortes sem ser inteligentes, inteligentes com muita feiúra e debilidade” (MUNANGA, 1999, p.43). Na teoria de Gobineau os outros povos eram “objeto de certa paralisia” (MUNANGA, 1999, p.43-44), que os limitavam na constituição de uma civilização.

Desse modo, vê-se que a teoria de Gobineau apresenta equívocos epistemológicos, já que ao mesmo tempo em que dá sequência a toda uma literatura xenófoba, pois a mistura de raças para ele levaria à degradação de um povo, delegado à degenerescência à culpabilidade pela destruição e o declínio de uma nação, sustenta vicissitudes dessa miscigenação, pois “o grande ‘profeta’ da pureza de sangue [...] considera a mistura de raças o fundamento essencial de todas as civilizações” (MUNANGA, 1999, p.44). Gobineau salienta que “a civilização nasce de uma boa dosagem na mistura das raças e que uma mistura excessiva destrói” (MUNANGA, 1999, p.45).

Por fim, pode-se observar a confluência desses autores, entre outros na Europa, e das Américas, nas teorias de Hitler. As suas postulações divulgadas em sua obra de 1922, *Mein Kampf*, só confirmam de forma não menos brutal, o nível de crueldade a que o homem se submete para a manutenção de seu poder. Hitler, segundo Munanga (1999), (re) estabeleceu, a partir de 1933, com o Nazismo, que os alemães deveriam seguir seus preceitos não se envolvendo com categorias raciais diferentes da dos arianos, porque a miscigenação traria a degeneração de seu povo, como também o crime de vergonha racial que condenaria seu grupo.

2. 2 Mestiçagem no Brasil

Nesta seção, valendo-se ainda das investigações de Jacques d' Adesky (2009) e Munanga (1999), será feita uma análise de alguns discursos apresentados por intelectuais brasileiros sobre os negros e sobre a mestiçagem no Brasil.

Para Munanga (1999), as concepções filosóficas da elite intelectual europeia influenciaram muito o pensamento dos intelectuais brasileiros; nos seus postulados alegavam as possíveis implicações que a mestiçagem causaria ao Brasil. Para uns, as hibridações trariam como resultado a degeneração do povo, já para outros seriam o caminho rumo aos traços nórdicos.

No contexto pós-abolição de início da República, os teóricos do Brasil, visando à instituição da unidade nacional, ou seja, a constituição de uma nacionalidade eminentemente brasileira buscaram influências estrangeiras para a instituição de uma nova mentalidade no novo cenário político do país. Todavia, por ser o Brasil um país bastante miscigenado, alguns líderes políticos naquele contexto entendiam que tal condição racial plural, sobretudo pela presença do componente negro, seria um entrave para os novos objetivos do país.

Não sabendo que se encontravam em uma perspicaz estratégia política de renegação de sua própria pertença, diante de políticas de incentivo à imigração estrangeira, muitos negros e mulatos advindos do contexto escravocrata foram viver à própria sorte, já que naquele momento não houve no país uma política de assistência educacional, social para o atendimento dos negros recém “libertos”.

Todavia, vê-se que tal ponto de vista foi bastante cômodo e estratégico para a continuidade da manutenção de uma condição de vida precária para o negro, levado a permanecer na miserabilidade, tendo poucas chances de crescimento através de políticas governamentais, enquanto os imigrantes, que faziam parte das políticas de branqueamento no Brasil, obtiveram rapidamente mais “cidadania” que muitos negros e mestiços brasileiros não puderam alcançar.

Os ideários do determinismo biológico¹¹ foram predominantes no início do século XIX e XX no Brasil. As concepções reverberadas no país afirmaram, por um lado, que o mestiço era um degenerado e, por outro, que as raças não brancas, principalmente a negra, eram inferiores. As propostas pseudocientíficas de teóricos brasileiros embevecidas de postulações sobre o determinismo racial, como também da ideia de degenerescência do mestiço, trouxeram para a realidade racial brasileira algumas consequências e especificidades.

Um teórico que se destacou salientando o ponto de vista de que a mestiçagem levaria ao embranquecimento da nação foi Silvio Romero (1851-1914). Ele acreditava que as relações homogeneizantes entre as raças levaria o Brasil ao encontro de uma raça legitimamente brasileira e que em seis ou sete séculos o indígena, o negro e o mulato desapareceriam e alcançar-se-ia assim a pureza racial. Desse modo a mestiçagem para Silvio Romero, como salientado por Munanga (1999), seria apenas um “mal” passageiro.

Diferentemente do pensamento de Silvio Romero, o médico baiano Nina Rodrigues (1862-1906) não acreditava que a partir dos cruzamentos entre negros, índios, mulatos e brancos chegariam a um tipo étnico fenotipicamente branco, pois, para ele, os descendentes de cruzamentos inter-raciais com os brancos seriam investidos do mal do atavismo que condenaria as gerações futuras intelectualmente.

Rodrigues entendia que a mistura entre raças geraria sujeitos degradados e que o saldo da miscigenação seria o enegrecimento e não o embranquecimento. Nina Rodrigues trouxe a ideia da responsabilidade penal atenuada, que faria com que negros e índios fossem tratados de maneira diferente diante da justiça penal. Assim, não haveria, conforme Munanga (1999), o livre arbítrio, pois os sujeitos negros, miscigenados e indígenas já seriam, desde o berço, incriminados. A partir

¹¹ Reis (2011), em “Origens e significados do termo raça” (2011), entende o determinismo biológico a partir de seus estudos nos trabalhos de DaMatta(1987). Segundo DaMatta e Reis tal expressão mostra que “as diferenciações biológicas são vistas como tipos acabados e que cada tipo está determinado em seu comportamento e mentalidade pelos fatores intrínsecos ao seu componente biológico” (2011, p. 71). Isto é, para DaMatta e Reis, o determinismo biológico se apresenta imutável à ação da sociedade, pois os elementos sanguíneos que foram passados de geração a geração é que estabelecem o que indivíduo será no futuro.

da perspectiva de Nina Rodrigues, o Brasil deveria ser dividido em relação às questões penais. Entretanto, ele via em alguns mestiços capacidades inatas, então estabeleceu categorias de mestiços: superiores, degenerados e instáveis que seriam semelhantes ao negro e ao indígena. Dessa forma, percebe-se que não há por parte desse teórico a possibilidade de uma unidade nacional a partir do encontro das três raças.

Outro intelectual que demonstrou seu ponto de vista foi Euclides da Cunha (1866-1909), o criador de *Os sertões* (1902). Para ele, por o Brasil não possuir uma tradição racial constante e por ser constituído de diversos tipos nacionais nunca poderia ser considerado como uma nação. Em seu entendimento, Euclides da Cunha retoma o tema do atavismo e considera o mestiço como um sujeito instável, passível de conflitos e, além disso, afirma que a miscigenação era um dos maiores problemas do Brasil. Portanto, no plano racial, a solução dada por Euclides se resumiria à vinda de imigrantes europeus para o Brasil, já que o negro seria o elemento negativo em relação às outras raças, como também as relações entre o branco e o índio eram superiores ao encontro de brancos com negros, pois aqueles teriam como resultado prole mais rígida e sólida (MUNANGA, 1999, p. 68).

Ao dialogar com o ponto de vista defendido por Munanga (1999), vê-se que Silvio Romero acredita que a junção do componente negro e índio à raça branca possibilitaria alcançar a unidade étnica, em torno do branco, enquanto Nina Rodrigues e Euclides da Cunha acreditam no atavismo que denega os descendentes de negros, tendendo a demonstrar em suas existências traços ou caracteres negativos de sua ascendência.

No ano de 1930, conforme Munanga (1999) houve uma revolução nas concepções sobre a questão racial no Brasil, já que as teses pseudocientíficas arcaicas que vinham sendo erigidas sobre o atavismo e a degenerescência do negro já não encontravam espaço diante das novas orientações políticas e sociais que visavam ao desenvolvimento de todos. Entra, nesse contexto, o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) trazendo novas visões e perspectivas para o atendimento das novas demandas sociais no Brasil. Gilberto Freyre,

diferentemente dos seus predecessores, deslocou a perspectiva da constituição da nacionalidade brasileira de um conceito racista para o conceito culturalista. Nesse sentido, procurou afastar do imaginário das relações raciais no Brasil a ideia negativa do negro, do indígena e do mestiço como membros da sociedade que não contribuíam com o Brasil através da mistura de raças e da mistura cultural.

Em sua obra *Casa-grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre relata a dinâmica da relação entre senhores, escravos e indígenas no contexto agrário do Nordeste do século XVI e XVII. Condicionados dentro de uma realidade em que havia escassez de mulheres brancas para envolvimento sexual, muitos dos homens do Brasil colônia se deitaram com escravas. Diante dessa realidade, Gilberto Freyre difundiu em sua obra que tais intercursos sexuais possibilitaram, além de uma aproximação corporal, também uma aproximação sociocultural entre os portugueses com outras raças, estreitando assim os laços entre brancos e negros. Dessa forma, vê-se que Gilberto Freyre estabelece com sua obra gênese da sociedade brasileira por meio do intercruzamento da raça branca, indígena e, sobretudo, a negra.

O sociólogo trouxe novas discussões sobre a questão da formação da nacionalidade brasileira, concepções positivas das misturas de raças, mas, por outro lado, conforme Munanga (1999), através da perspectiva do mito da democracia racial camuflou um insidioso racismo antinegro e anti-indígena que simula e oculta relações que nem sempre foram tão harmônicas entre grupos étnicos na época colonial. Para Munanga (1999), a ideologia do sincretismo racial e cultural promovida por Gilberto Freyre faz apologia à concepção de uma convivência pacífica, na constituição da nossa brasilidade colonial.

Logo, com esse ponto de vista, Freyre não apresenta as dissimetrias que estariam nas estruturas da formação do Brasil, como também advoga um assimilacionismo “ambíguo”, trazendo a ideia de “meia raça” (1999, p. 80) e acobertou dissimuladamente um futuro branqueamento que eliminaria a diferença, vendo nesse pressuposto a filiação do Brasil ao padrão ocidental.

Para explicar essa realidade racial singularmente brasileira, d' Adesky retoma também Gilberto Freyre e acrescenta que esse estudioso ultrapassando as teses racistas, valorizava “a dissolução da diferença por meio da síntese” (2009, p. 68). Ou seja, a miscigenação se traduziria em um momento transitório que iria distinguir mais perfeitamente o sujeito de nacionalidade brasileira, como também o caminho de se atingir a “democracia racial” (2009, p. 68).

Nessa perspectiva, d' Adesky (2009) valendo-se dos estudos de Luiz Felipe Alencastro (1985) explica ainda que:

O pensamento de Gilberto Freire, avançado para a época, não mostrava que a dinâmica desse processo de miscigenação se encontrava menos na “lubricidade” dos portugueses e seus descendentes, e na real ou suposta “indiferença” dos brasileiros em relação aos critérios raciais habituais, mas na exploração sexual exercida sobre mulheres negras (D' ADESKY, 2009, p. 68).

Assim, a relação entre homens brancos e mulheres negras não era vista como uma prática de integração distorcida de um racismo ambíguo¹², mas sim uma dinâmica que fazia com que as próprias mulheres negras tivessem o interesse em adentrar a categoria superior, haja vista que esse ato permitia a seus descendentes assumir uma indiferenciação e o despertencimento à raça negra subalternizada. A partir da aceitação da miscigenação como um sistema ideológico, que dissimula seu objetivo que seria o branqueamento da população negra de geração a geração, tal visão foi entendida como uma assimilação benigna até pelos próprios negros.

Entre os estudiosos brasileiros que analisaram as relações entre o racismo no Brasil, diferenciando-o dos Estados Unidos, destaca-se Oracy Nogueira (1917-

¹² Gomes, em “Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão” (2005, p. 46) declara que “o racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição”. Além disso, a estudiosa ratifica o entendimento sobre as constantes negações de atitudes racistas e sua existência na sociedade brasileira. Contudo, para comprovar essas contradições a estudiosa mostra dados que contradizem tal discurso: “no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.”

1996), que postulou para as investigações das questões raciais no Brasil a diferença entre duas categorias que chamou de racismo de marca e racismo de origem. Tais categorizações servem para diferenciar o mecanismo de segregação instituído no Brasil e nos EUA.

O racismo de marca ou de cor instituído no Brasil refere-se ao mecanismo que leva em conta os traços fisionômicos dos sujeitos negros ou mulatos, como também seu nível socioeconômico para as relações interacionais entre os indivíduos na sociedade. Já o racismo de origem, estabelecido nos EUA, refere-se, independentemente se os sujeitos apresentem traços negroides ou não, à preponderância da consanguinidade dos sujeitos com um ascendente negro.

Munanga (1999), analisando as relações familiares inter-raciais nos EUA *versus* a realidade brasileira a partir do estudioso Carl Degler, autor de *Nem preto nem branco* (1971), diz que os casamentos ou concubinatos que ocorriam no Brasil e nos EUA no século XIX apresentavam diferenças, pois o homem branco americano não demonstrava tanta responsabilidade com seus filhos, frutos de relações com negras como no Brasil. Munanga (1999) destaca que, por causa da mestiçagem ampliada no Brasil, atitudes de aproximação eram expressas com mais recorrência.

Carlos Degler, como relata Munanga (1999), observa que a diferença entre as relações raciais no Brasil e nos EUA se resume também ao papel assumido pelo mulato. No Brasil houve e há a possibilidade da mobilidade do mulato para ultrapassar a linha de cor e ser reconhecido como branco. Tal oportunidade faz com que, diante do descontentamento racial, os filhos de negros com brancos possam passar para uma nova categoria racial caso casem-se também com pessoas mais claras, e essa possibilidade faz com que negros e brancos se separem. Por isso “os negros no Brasil não foram levados a formar organizações de protestos, como nos Estados Unidos” (MUNANGA, 1999, p. 86).

Já nos Estados Unidos, a pessoa é negra ou branca, não há posição intermediária. A polarização acarretou o fortalecimento e uma acirrada oposição dos dois grupos, pois com a regra da hipodescendência ou racismo de origem, os

mulatos nascidos de relações inter-raciais se caracterizavam como negros, visto que uma gota do sangue africano já caracterizaria o sujeito como negro, não havendo ambiguidades como no Brasil.

Os filhos mestiços dos grandes donos de terra no Brasil, como relatado por Gilberto Freyre em sua obra, possuíam alguns benefícios, embora estivessem abaixo dos filhos do senhor com mulheres brancas. Dessa forma, por alguns mestiços serem filhos de grandes proprietários de terra e por terem alcançado o *status* de liberdade e algumas regalias, isso implicou ainda mais na denegação do mulato a sua ascendência africana, pois o “privilégio” de serem filhos de pais brancos acarretou a diminuição da coesão entre os mulatos e os negros, como também enfraqueceu o sentimento de afeto entre eles. Em contrapartida, vale acentuar que os mulatos livres, em sua maioria, não tinham assistência social ou educativa no âmbito de sua adequação ao contexto do trabalho, pois a maioria ficava ociosa e desocupada em sua “liberdade”.

No Brasil, além da miscigenação do mulato, o negro com *status*, isto é, com uma posição social privilegiada tem também a possibilidade de ser elevado à categoria de branco. Questão que traz à tona a ambiguidade apresentada por Munanga (1999) entre raça/classe na sociedade brasileira e que maquia as reais necessidades da população negra, caracterizando o problema como social e não racial no país.

Ao explicar a ambiguidade das questões relacionadas à raça e à classe social no Brasil, Munanga (1999) revela que:

essa classificação racial brasileira baseada na cor ou na marca é ambígua na medida em que expressa pouco a importância da identidade racial em contraste com a importância assumida pela classe. Daí a ideia comum entre os estudiosos norte-americanos de que o brasileiro pode mudar de raça, ou melhor, de identificação racial no decorrer de sua vida. Esta interpretação se aproxima dos ditados populares “o dinheiro branqueia” e “o preto rico é branco” ou “branco pobre é preto”. Por isso, Oracy Nogueira pede cuidado na interpretação desses ditos que são sempre empregados com certa ironia cujo sentido mais exato seria: “o dinheiro compra tudo, até status para o negro”, o que, segundo ele, está

longe de ser uma negação do preconceito ou da discriminação (MUNANGA, 1999, p. 88-89).

Jacques d' Adesky (2009), para complementar tal pensamento, revela um capcioso mecanismo antinegro que apresenta somente as disparidades sociais e não raciais mitigado com as desvantagens econômicas dos negros. Desse modo, a forma como o ideal do branqueamento atua faz com que o negro denegue a sua raça, tradições e cultura e queira ultrapassar a linha de cor.

Esse ideal de branqueamento é introjetado em diversas histórias, jornais, revistas que explicitam o modelo desejável de ascender socialmente, fazendo, assim, com que não haja tanta coesão no grupo negro, tendo em vista que ninguém deseja manter-se em situação inferior.

Assim, diante de imagens negativas que são forjadas sobre os negros e da possibilidade de desvinculação de tal pertencimento étnico por meio do relacionamento com sujeitos brancos ou com o alcance de novo *status* por meio da ascensão social, a ambição de se assimilar aos brancos adentrando o grupo dominante, inibe o sentimento de solidariedade com causas que são reivindicadas pelos negros e seus movimentos.

A partir de diversos discursos, nota-se que a imagem do negro é sempre reificada em determinados locais, valendo-se de determinados estereótipos de miserabilidade populacional, com poucas exceções. E diante da desvalorização da imagem do negro, muitos sujeitos começam a desvalorizar a sua raça, ou seja, recusam sua identidade africana, para em um segundo momento rejeitar sua cultura e tradição e se juntar o modelo de dominação branco.

Vê-se erigir, portanto, a dupla negação do negro, o qual promove, conforme d' Adesky (2009), a prática misófila' ou seja, o racismo brasileiro tem uma especificidade que ao mesmo tempo em que induz as misturas para o alcance ao tipo-ideal branco, também apregoa a homogeneização que teria como resultado o tipo moreno. Tem-se nesse projeto um racismo e um antirracismo imbricado que retrataria duas faces do racismo brasileiro.

Portanto, a concepção da mestiçagem que se iniciou no final do século XIX e teve existência mais proeminente até a metade do século XX: tinha como perspectiva o alcance global da miscigenação, em suas duas frentes, a cultural, por meio do sincretismo cultural, e a biológica, por meio da miscigenação, para o alcance do padrão branco. Com isso, observa-se que as tentativas do estado para o estabelecimento de uma sociedade unicultural e homogênea visava à assimilação de todas as raças e culturas para que essas se espelhassem no modelo branco.

Ao fazer uma análise da realidade do negro no Brasil, a partir de um discurso de resistência às ideologias naturalizadas do embranquecimento, Abdias do Nascimento (1914-2011) considerou que as ações do estado sobre o negro e a negra legitimaram o genocídio ou o etnocídio das raças minoritárias com o objetivo de se alcançar a raça reificada como a melhor na nova nação. Sobre tal posicionamento, d' Adesky (2009) adverte que:

a mestiçagem, quando não é produto da “ordem natural”, deve ser compreendida como uma prática e uma configuração ideológica tanto anti-racista quanto racista, devido à sua indução enquanto norma valorizada, quase imperativa, e enquanto prática discriminatória sutil (2009, p. 73).

Assim, as ações iniciais de resistência do Movimento Negro a partir de 1931, com a Frente Negra Brasileira e em 1945 com a primeira Convenção Nacional do Negro, ressaltam as contradições do sistema racial brasileiro, pois ao mesmo tempo em que solicitavam um assimilacionismo que garantia o crescimento e a valorização do negro e de seu papel na sociedade, assumiam as regras e normas do opressor branco de modo alienante, como algo a ser exaltado, prestigiado, como um meio que possibilitaria uma ascensão social. Ou seja, por não compreender, naquele momento, as nuances de um ardiloso esquema racial imposto pela elite, negros e negras foram manipulados, controlados, dominados por uma vasta literatura filosófica, cultural e educacional eurocêntrica e racista abonada por escritores brasileiros como Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, os quais viveram praticamente em defesa de suas teses contra o

negro, retratando-o em suas obras como ruins, subalternos, preguiçosos, degradados, insignificantes, descendentes das mulas, entre outras categorias inferiorizantes.

Já os Movimentos Negros surgidos a partir de 1970, diferentemente do pensamento dos seus predecessores, exigem a reparação da imagem do negro e de sua cultura que por tanto tempo foi depreciada. Todavia, para isso há o conhecimento dos entraves naturalizados pela ideologia da harmonia racial no país. Dentro de uma perspectiva de resistência ao consenso dominante surge a seguinte reflexão de d' Adesky (2009, p.73):

De fato, a evidência consensual que integra o negro, mesmo rejeitando-o, apresenta um dilema: como colocá-lo em discussão se já se sabe, [...], que o critério de uma evidência consensual é que ninguém pode colocá-la em questão, em uma dada conjuntura, sem sair da normalidade do campo de debates legítimos, do espaço secretamente normatizado da opinião, isto é, do conjunto de opiniões aceitáveis e convencionais. Evidentemente, a resposta dos ativistas radicais deveria ser a que prega a manutenção de uma posição fora das normas que viesse a quebrar, pela crítica, o consenso. Sem isso, é necessário salientar, a evidência consensual permanece intocável devido a sua grande aceitação na sociedade, aí incluídos até mesmo alguns militantes, adeptos da ascensão social por meio da mestiçagem inter-racial e cultural.

Ademais para d' Adesky (2009), os movimentos da causa negra contemporaneamente se posicionam, embora haja alguns debates internos, dentro do panorama diferencialista, em oposição a construções simbólicas inferiorizantes universalista ou assimilacionista ao mundo branco como anteriormente. Defende-se hoje o cuidado com a identidade afro-brasileira, frisando o direito de diferença dos grupos, como também reclama a preservação da cultura e solicita reparação, no âmbito judicial, de primazias e benefícios, temporariamente, para que se minimizem os prejuízos acarretados em anos de desprezo a comunidade negra do Brasil. Luta-se igualmente contra a ideologia de democracia racial que apregoa a denegação da matriz cultura e negra capilarmente em todos os âmbitos sociais, ressaltando a monoculturalização, uniformização, dominação e ocidentalização.

Tais solicitações não podem ser vistas, como destaca d' Adesky (2009), como um racismo às avessas, mas como uma possibilidade de revisar, subverter, reinterpretar, desalienar a sociedade sobre a história dos negros, a partir de um olhar crítico sobre a sua identidade, sua ancestralidade, os momentos de exploração pelo sistema de dominação racial, destacando e reconhecendo sua identidade de grupo e, assim, desnaturalizando discursivamente ideologias que propagam a invisibilidade ou a inferioridade dos negros envolvidos muitas vezes em “arrastões rebeliões, penitenciárias, bailes funk” (2009, p. 108) nos discursos dos grupos dominantes, que eram e são oferecidos a partir dos jornais, publicidade, TV e literatura a toda sociedade.

Desse modo, no campo de um estudo linguístico crítico que considera os aspectos sociocognitivo, discursivo interativo, levando em conta as múltiplas possibilidades de dizer legitimadas em diversos campos institucionais de poder na sociedade, pode-se analisar os diversos modos de os discursos públicos das elites controlarem a mente das pessoas, por meio da escolha e do uso de estruturas discursivas, de aspectos multimodais etc., procurando revelar os mecanismos de poder que se instauram nos atos linguísticos que (re) configuram e legitimam as crenças negativas que as elites simbólicas de uma sociedade, (re) produzem sobre as minorias historicamente.

Essa abordagem crítica vai ao encontro da análise de aspectos racializados no texto, pois além de mostrar como são usadas estruturas discursivas, também explicita a função de tal discurso nas relações de poder e o resultado de sua manutenção no sistema de dominação racializado.

No próximo capítulo, será feita inicialmente uma contextualização sobre os gestos fundadores da ACD, tendo, a seguir, como foco a perspectiva sociocognitiva de T. van Dijk com as categorias de análise.

3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: IDEIAS INTRODUTÓRIAS E A PERSPECTIVA DE TEUN VAN DIJK

Neste capítulo, ressaltam-se brevemente alguns momentos históricos importantes na constituição da ACD. Além disso, observa-se a origem do termo “crítico” e sua importância para a compreensão de discurso, como também as fontes e objetivos desse novo campo de estudos, critérios, suas principais investigações, entre outros fundamentos e concepções para o entendimento da proposta sociocognitiva de van Dijk, no âmbito da “heterogeneidade de abordagens teóricas e metodológicas representada nesse campo da linguística”, conforme Wodak, em “Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos” (WODAK, 2004, p. 224).

Para Wodak (2004), as expressões Linguística Crítica LC e Análise Crítica do Discurso ACD são empregadas recorrentemente de maneira alternativa ou intercambiável para se referir aos estudos que propõem investigar “a linguagem como uma prática social” (2004, p. 224), o contexto de uso como fator crucial para investigações discursivas e as vinculações entre o poder e a linguagem dentro de grandes domínios discursivos.

No entanto, nos estudos atuais, o termo ACD tem sido preferido a LC, pois segundo Wodak os termos foram erigidos em momentos diversos e possuem pontos de divergência em relação a algumas questões específicas, contudo a autora entende que tais terminologias poderiam preencher o mesmo ambiente paradigmático (WODAK, 2004, p. 224). A concepção de crítica adotada pela ACD se vincula a diferentes fontes de compreensão, para esta autora:

a noção de ‘crítica’ significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a auto-reflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa. Para todos os que estão envolvidos com a ACD, a aplicação dos resultados é extremamente importante, seja em seminários práticos para professores, médicos ou funcionários públicos, ou na produção de pareceres técnicos, ou no desenvolvimento de livros didáticos (WODAK, 2004, p. 234).

Assim, a perspectiva crítica para Wodak (2004) ressalta o engajamento prático do analista crítico com vistas a dar visibilidade a seus trabalhos para os que estão fora das instâncias acadêmicas, além do seu posicionamento em favor da justiça.

Vieira et al, em *Olhares em Análise Crítica do Discurso* (2009), descrevem que o termo crítico é entendido como derivado da escola de Frankfurt, que teria como ponto de partida que o sujeito não teria consciência do poder do discurso de moldar, controlar, gerenciar a vida em sociedade. Portanto, investigar o discurso de maneira crítica é desvelar nas práticas sociais aquilo que o sujeito em situação lesiva não teria consciência e, assim, explicitar as estratégias e os modos como eles são cognitivamente controlados.

A ACD para Wodak (2004), tem se referido à abordagem que desde a Linguística Crítica fazem os analistas que veem de modo mais amplo as questões do texto, levando em conta os discursos das instituições midiáticas, políticas, grandes corporações e questões de gênero social que revelam algum tipo de divergência nas relações interacionais. Desse modo, tais discursos, nesses contextos de investigação, em sentido ampliado, seriam suportes para a materialização de relações de embates sociais mais ou menos visíveis.

A fonte da ACD advém de várias áreas de estudos, segundo Wodak (2004, p. 226): para alguns, a ACD estabelece continuidade com a LC que “desenvolvida nos anos 1970 e 1980, principalmente na University of East Anglia com Roger Fowler, Tony Trew e Gunther Kress”. E essa vinculação é apresentada por causa do entendimento do discurso como ideológico e pela continuidade aos estudos da Linguística sistêmico funcional. Já outros estudiosos entendem que a ACD teria como raízes a retórica clássica, a linguística textual, a sociolinguística, a linguística aplicada e a pragmática.

Vieira et al (2009, p. 8) afirmam que a ACD é um desdobramento do marxismo ocidental. Todavia, nem todos os participantes da ACD corroboram com tal ideia.

De forma geral, o marxismo Ocidental deu ênfase maior do que as outras formas do marxismo à dimensão cultural e deu relevância ao fato de que as relações sociais capitalistas se estabelecem e se mantêm (reproduzem-se) em boa parte no seio da cultura (por enfraquecimento da ideologia) e não somente, nem primordialmente, na “base” econômica. Embora os analistas críticos do discurso nem sempre se integrem explicitamente dentro dessa herança, principalmente no que se refere à cultura e ideologia, ela, ainda assim, constitui o marco de seu trabalho (VIEIRA ET AL, 2009, p. 8).

A ACD é entendida como uma abordagem teórico-metodológica, um modo, uma maneira de se investigar analiticamente o discurso que é utilizado por grupos sociais que possuem poder simbólico e social e reverberam ilegitimamente atos discursivos que ocasionam abusos de poder, dissimetrias sociais que se naturalizam, tornam-se hegemônicas e, assim, são (re) produzidos na sociedade de forma opaca, para a manutenção da estrutura social (VAN DIJK, 2012a).

Conforme Teun van Dijk (2012a), a ACD tem por objetivo apresentar maneiras, formas de poder, através de uma perspectiva acadêmica crítica e, assim, motivar uma reflexão social e acadêmica sobre as influências negativas que os discursos dos poderosos ocasionam na sociedade a partir da manipulação ideológica que causa o abuso de poder.

Wodak (2004) descreve os objetivos da ACD do seguinte modo:

Dessa forma, a LC e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso) (WODAK, 2004, p. 225).

Vieira et al (2009, p. 07) postulam que há varias vertentes de estudos na ACD e diversos modos de compreender e interpretar a mediação entre texto e a sociedade. Têm-se postulações, como a perspectiva de van Dijk, que veem tal relação a partir do aspecto sociocognitivo como mediador, isto é, monitorando os discursos, como também outras vertentes da ACD que consideram os gêneros discursivos específicos como mediadores entre o social e as práticas discursivas, privilegiando tantos aspectos discursivos como aspectos multimodais. Em todas

essas vertentes, o que une os pesquisadores da ACD é seu envolvimento com questões relacionadas com o social, a partir de uma visão crítica, observando os elementos linguísticos e semióticos como estruturadores de dissimetrias sociais, políticas, econômicas e raciais.

Segundo Teun van Dijk (2012a) para uma investigação ser concretamente entendida como crítica, ela deve preencher alguns critérios, pois a ACD recebe o olhar hostil, por parte de alguns teóricos, que a veem como marginal. Assim, os estudos críticos devem focalizar questões sociais, problemas políticos, dialogar com outras áreas de conhecimento, esclarecendo as propriedades das estruturas discursivas, relacionando-as com o social, percebendo como as estruturas podem discursivamente (re) produzir, legitimar, naturalizar ou opor-se aos discursos dominantes.

Os pressupostos que fundamentam globalmente as investigações na área do discurso, conforme Fairclough e Wodak (1997, p. 271-80 apud VAN DIJK, 2012a, p. 115) são:

- 1) A ACD aborda problemas sociais;
- 2) O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- 3) O discurso realiza um trabalho ideológico;
- 4) O discurso é histórico;
- 5) A relação entre texto e sociedade é mediada;
- 6) A análise do discurso é interpretativa e exploratória;
- 7) O discurso é uma forma de ação social (1997, p.115).

Vale acrescentar aqui o entendimento de que, para a produção e compreensão do discurso, há a necessidade da mobilização de diversos conhecimentos no âmbito social no qual o sujeito se insere. Desse modo, observa-se a relevância de uma análise situada que leve em conta o aspecto interativo de determinado evento discursivo, pois o ato linguístico é uma atividade que não é exercida de modo individual, pois os atores sociais se engajam na construção e reconstrução de significações.

Nas pesquisas em ACD vale destacar as investigações, conforme destaca van Dijk (2012a, p.235-236), no âmbito do discurso midiático e os modos que eles representam as minorias. O teórico sociocognitivista destaca que é comum encontrarmos imagens caricatas, estereotipadas e preconceituosas sobre as minorias em textos, imagens, em todos os aspectos semióticos dos textos falados e escritos. Além do estudo da mídia, investigam-se também os discursos políticos e como eles reproduzem e legitimam a dominação e o seu poder na sociedade, como também pesquisa-se sobre o etnocentrismo, o nacionalismo e o racismo.

Vieira et al (2009, p. 07) afirmam que a ACD busca analisar as ideologias que se materializam em expressões linguísticas, já que o ato de linguagem não se desvincula de uma ideologia, pois as expressões linguísticas são “terreno de conflitos sociais”. Além disso, outro objetivo da ACD seria avaliar os discursos nas interações sociais, tendo como fundamento as possibilidades da linguagem de intervir na mudança social.

Wodak sintetiza, em geral, os principais temas, os principais conceitos e metodologias da ACD da seguinte maneira:

Os conceitos de ideologia, poder, hierarquia e gênero social, assim como variáveis sociológicas estáticas, foram considerados relevantes para a interpretação ou explicação do texto. Os temas investigados variam de acordo com os vários departamentos e estudiosos que aplicam a ACD. Questões de gênero social, de racismo, os discursos da mídia, ou as dimensões da identidade, tornaram-se proeminentes. [...] As metodologias também diferem consideravelmente: podemos encontrar pequenos estudos de caso qualitativos, assim como grandes corpora de dados, provenientes de trabalhos de campo e pesquisas etnográficas. (2004, p. 226-227).

Teun van Dijk (2012a, 116) destaca que os analistas críticos privilegiam alguns termos especiais, palavras como: “‘poder’, ‘dominação’, ‘hegemonia’, ‘ideologia’, ‘classe’, ‘gênero’, ‘raça’, ‘discriminação’, ‘interesses’, ‘reprodução’, ‘instituições’, ‘estrutura social’ e ‘ordem social’”. Além disso, eles possuem alguns questionamentos a serem feitos diante de um evento social interacional concreto como:

A maioria dos tipos de ACD fará perguntas sobre o modo como as estruturas específicas do discurso são organizadas para reproduzir a dominação social, quer façam parte de uma conversação, quer façam parte de uma reportagem jornalística ou de outros gêneros e contextos (2012a, p. 116).

Resende e Ramalho, em *Análise do Discurso Crítica* (2014), declaram que o discurso no âmbito da ADC é entendido como uma prática social, ou seja, entendem a linguagem como uma forma de ação sobre a sociedade que acarreta consequências. O discurso, entendido como um ato que é específico em um momento histórico é constituidor de identidades sociais, relações interacionais, conhecimentos e crenças, como também são constituídos por eles. Por meio dessa relação imbricada entre o discurso e o social, Resende e Ramalho destacam que essa relação dialética entre estrutura social e estrutura discursiva revela que o discurso molda a estrutura social, e a estrutura social, analogamente, molda os discursos. Logo, conforme destacam as teóricas, “nesse sentido a inovação da ADC para a análise do Discurso é um foco também nas mudanças discursivas e sociais, e não apenas nos mecanismos de reprodução” (2014, p. 28).

O sujeito da ACD para Melo, em “Por uma análise crítica do discurso” (2012, p. 61) é compreendido diversamente do sujeito, da Análise do Discurso Francesa, como um ser situado que “ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las” (2012, p. 61). Assim, o sujeito para ACD é entendido como um sujeito/ator social que atua criando, modificando, caso queira, suas próprias práticas discursivas em processos sociais e históricos, contradizendo os discursos dominantes e até resignificando as hegemonias do poder. Portanto, vê-se que as estruturas sociais, como também o sujeito/ator social estariam continuamente sofrendo algum tipo de interpelação de resistência, mas, ao mesmo tempo investindo de um contrapoder.

Wodak (2004, p. 236) apresenta o ponto de vista da ACD de modo bastante elucidativo, apesar de algumas divergências intrínsecas do projeto, a sua posição e alguns dos seus focos principais.

As teorias críticas, portanto também a LC e a ACD, possuem uma posição especial como guias para a ação humana. Elas objetivam a produção de conscientização e da emancipação. Tais teorias buscam não apenas descrever e explicar, mas também expor um tipo particular de engano. Ainda que adotem conceitos diferentes de ideologia, as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses. Esse tema, é claro, também foi explorado pelos conceitos de Pierre Bourdieu de “violência simbólica” e “*meconnaissance*”. Um dos objetivos da ACD é ‘desmistificar’ os discursos decifrando as ideologias (WODAK, 2004, p. 236).

Desse modo, os teóricos da ACD, como atores sociais, posicionam-se manifestando claramente o seu ponto de vista e tentam elucidar, a partir da análise de eventos discursivos, as causas de desigualdades sociais, desnaturalizando as ações ilegítimas e suas possíveis implicações para assim ter evidências concretas para contestar as disparidades sociais. Portanto, o estudioso da ACD deve se comprometer em estudos sociopoliticamente situados e fundamentados a partir de pressupostos investigativos que interfiram positivamente nas condições sociais de grupos em situação de dominação, tendo em vista que essa análise desvincula-se de uma suposta neutralidade acadêmica.

Na próxima seção, observa-se com mais detalhes a vertente sociocognitiva de Teun van Dijk. Inicialmente, ressalta-se como van Dijk caracteriza sua abordagem de estudo e logo, em seguida, os níveis de análise propostos pelo autor: social, cognitivo e o discursivo.

3.1 Abordagem de Teun van Dijk: Estudos Críticos do Discurso

Teun van Dijk (2012a) se caracteriza como sendo um analista crítico sociocognitivista que leva em conta algumas questões que não são utilizadas por seus companheiros. Na sua perspectiva assuntos relacionados a modelos mentais, contexto, conceitos cognitivos, além de poder, acesso, hegemonia dominância, manipulação social, etc., adquirem bastante relevância para a análise dos eventos comunicativos polarizados envolvendo alguma “questão” social.

Para van Dijk (2012a), a expressão Estudos Críticos do Discurso - ECD se define como uma nomenclatura mais abrangente para designar uma abordagem ou um

“movimento científico” (2012a, p. 9) que além de englobar uma análise crítica de uma questão social, inclui também uma execução. A designação ECD pode evitar ainda o mal-entendido generalizado de que uma abordagem crítica se caracteriza como uma subdisciplina da Análise do Discurso.

Na verdade, os EDC se definem mais por sua posição, por sua ação crítica, por sua atitude e por sua perspectiva, do que por seu método. Logo, os ECD se caracterizam por ser uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar (VAN DIJK, 2012a, p. 9) que envolve e aplica o que for relevante, entre uma diversidade de metodologias das ciências sociais, psicologia social, etc.

Apesar de certa liberdade metodológica, a pesquisa em ECD deve ter como fonte investigações que dialoguem com o viés crítico contra o abuso de poder institucional, governamental, educacional, organizacional etc., como também com as implicações dos discursos ideologicamente negativos sobre grupos sociais na sociedade. Assim, a teoria não deve transgredir os direitos humanos, já que os métodos de estudos escolhidos pelos ECD lutam contra a dominação de discursos discriminatórios sobre minorias dentro do domínio discursivo.

Os critérios deliberados por van Dijk (2009), para o entendimento de qualquer discurso como abusivo ou ilegítimo são determinados pelo momento em que se vê a violação dos direitos humanos reconhecidos legalmente, como também quando se observa que a continuidade da aplicação desse discurso provocaria consequências sociais que iriam de encontro com os direitos humanos. Exemplos desse tipo de discurso ilegítimo, normalmente, ocorrem quando se fala sobre racismo, gênero ou classe social.

Para a análise do evento comunicativo, Teun van Dijk (2012a) destaca que as estruturas do discurso, isto é, as propriedades estruturais de um texto tendenciosamente negativo sobre minorias se relacionam com representações socialmente partilhadas ou crenças sociais de determinadas instituições. Logo, para a investigação do evento como um todo, o teórico descreve que tal investigação deve levar em conta tanto as interações locais no micronível social com o uso da fala, da escrita e da interação verbal e a análise das instituições e

governos no nível macro. Embora, tais níveis, por muitas vezes, não sejam distintos.

O autor descreve categorias importantes para relacionar o nível macro, ou seja, “tal como o poder de grupos, organizações e instituições” e o micro, isto é, “mais situado e local das estruturas sociais, o da interação” (VAN DIJK 2012a, p. 240) nos estudos sobre os eventos comunicativos que envolvam a reprodução e o abuso de poder. Van Dijk adverte que para que seja feita uma análise unívoca é interessante destacar os integrantes de instituições e suas práticas no âmbito desses grupos e como as instituições operam, por meio desses atores sociais; as ações e os processos, isto é, os documentos, as notícias e o contexto-estrutura social.

Segundo o estudioso, além dessas questões deve-se dar destaque à cognição pessoal e social, ou seja, às representações sociais comuns e às experiências individuais, subjetivas, sobre determinado assunto, que interferem tanto na produção como na compreensão do discurso dos sujeitos no processamento interativo do texto.

O teórico van Dijk (2012a, p. 8) se interessa, então, em analisar “a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social”. Nesse sentido, ele se preocupa, como os demais estudiosos críticos do discurso, com as questões de dominância e hegemonia das elites na sociedade, haja vista que são práticas que favorecem a manutenção de estereótipos preconceituosos sobre as minorias. O autor resume sua proposta investigativa de estudo do seguinte modo em *Discurso e Poder*.

Interessa-nos investigar, por exemplo, de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e tão geral como as relações de poder na sociedade. Isto é, de alguma forma, precisamos relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos típicos do macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação (2012 p. 09-10).

Um aspecto crucial abordado pelo linguista sociocognitivo Van Dijk (2012a) se refere às possibilidades de variação da própria língua. O autor descreve que independente da posição política do escritor, seja ele de esquerda ou direita, o sistema gramatical será sempre o mesmo, logo, o uso ilegítimo do poder somente poderá atuar e se manifestar no sistema onde existir a oportunidade de um uso alternativo ou variável.

O autor apresenta, como exemplo, ao falar sobre a variação na língua, a posição fixa dos artigos antes dos substantivos em títulos jornalísticos, que podem desempenhar ou não um papel na (re) produção do racismo contra minorias. Além disso, o teórico aborda que essa variação também abrange os sistemas semióticos, ou seja, não se restringe às possibilidades de variação do sistema linguístico, mas ao modo semiótico como em geral.

O autor adverte ainda sobre a necessidade de não ignorar o processo sociocognitivo, já que a relação entre a estrutura social e a estrutura discursiva não se apresenta de forma direta, ou seja, “não é uma simples relação causal ou de correlação” (2012a, p. 14). Van Dijk afirma que a ênfase no processo sociocognitivo demanda um olhar sobre as complexidades advindas da relação entre os estudos dos modelos mentais, das ideologias, dos conhecimentos, das crenças (representações sociais) e os estudos do discurso.

Teun van Dijk, em “Semantics of a press panic: The Tamil ‘invasion’ ” (1987) apresenta outro detalhe que deve ser observado, valendo-se da perspectiva sociocognitiva. O leitor dos textos, ao se deparar e ao tentar compreender o discurso que foi produzido a partir de uma gestão ou monitoramento sociocognitivo do produtor, não faz a leitura de maneira objetiva, pois também não compreende ou produz o discurso valendo-se da objetividade dos elementos linguísticos em si, mas a partir dos seus modelos mentais sobre aquele evento. Isso ocorre porque os elementos linguísticos são instáveis, como também somente são pistas por meio das quais o sentido do texto é atribuído pelos próprios participantes em uma interação concretamente situada.

Então, evocando a metáfora do *iceberg* (2012a), observa-se que o texto somente apresenta rastros, detalhes que são inferidos pelos agentes sociais a partir de suas experiências individuais, seus conhecimentos, ideologias e atitudes. Portanto, a partir desses elementos que se apresentam à memória, o indivíduo atribui coerência, ou seja, sentido ao que lê, revelando a sua contribuição na manifestação de representações sociais, na leitura ou produção, por exemplo, de uma notícia, fato que será observado com mais proeminência na apresentação das categorias discursivas para a análise da ideologia nos textos.

Desse modo, percebe-se que há variações no individual, no social, como também na (re) produção, memorização, interpretação de textos. Portanto, em uma análise sofisticada dos significados das representações sociais ideológicas e contextos sociocognitivos pessoais dos falantes, a partir de uma perspectiva crítica, deve-se levar em conta as situações sociais dos participantes de determinado grupo, seu gerenciamento na produção e compreensão de textos, sua definição sobre acontecimentos envolvendo grupos subalternos, bem como sua classe, objetivos, relações de grupo, poderes institucionais, leituras alternativas, estruturas discursivas etc., antes de se estabelecer um discurso como abusivo.

Van Dijk (2009), assim, tem interesse nas representações sociais, nas representações mentais e nos processos de produção e compreensão dos atores sociais usuários do sistema linguístico que (re) produzem, compreendem, legitimam discursos em determinados contextos institucionais e que também se envolvem em interações verbais em outros contextos, nos quais compartilham conhecimentos e crenças de vários grupos sociais ideológicos.

A concepção de van Dijk pode ser baseada na triangulação proposta pelo autor que ressalta a relação entre a sociedade, à cognição e o discurso. Sobre a sociedade, o teórico ressalta que deve se levar em conta para análise dessa parte o aspecto histórico, cultural, legislativo entre outras questões. Quanto ao aspecto sociocognitivo, conforme o teórico é importante observar a interpretação mental dos atores sociais participantes da interação, isto é, a definição única,

individual mediadora entre a sociedade e o discurso. E por fim, o próprio discurso como uma prática social multimodal¹³ (2012a, p. 234-235).

É importante descrever também que o social é analisado por van Dijk (2009) há bastante tempo. O teórico afirma que inicialmente dedicou-se aos estudos do racismo, logo em seguida se interessou pela ideologia e, por fim, engajou-se na investigação dos contextos subjetivos. Logo, com essas abordagens temáticas, o autor tem demonstrado a relevância da triangulação proposta que destaca a vinculação necessária entre as relações do poder na sociedade, o aspecto mental e os fenômenos linguísticos.

A partir dessas considerações iniciais, observadas nessa seção, nota-se que o teórico van Dijk (2009), além de trazer uma orientação de estudo multidisciplinar, também assume uma perspectiva sociocognitiva para seus estudos discursivos e, embora não seja favorável a rotulações, caracteriza-se como sociocognitivista. E, assim, destaca o valor fundamental do estudo da cognição nas suas investigações em Estudos Críticos do Discurso, visto que não leva em conta somente a estrutura linguística e o social.

Na próxima seção, observa-se a conceituação de Poder para Teun van Dijk, além disso, o foco de análise para os ECD e outras conceituações relevantes para análise do modo como o poder realiza o controle da mente e, conseqüentemente, dos discursos dos sujeitos.

3.2 Controle do poder na sociedade

Um conceito caro para os estudos do teórico sociocognitivista van Dijk (2012a) é o conceito de poder. A conceituação de o termo poder é relevante, contudo tal noção, por ser demasiadamente complexa, necessita de uma especificação, pois o poder para os ECD tem maior importância nos pontos que são relevantes para o estudo do “uso linguístico, do discurso e da comunicação” (2012a, p. 9). O poder

¹³ A concepção de discurso, poder, controle e acesso, para van Dijk, podem ser esclarecidas também em uma das palestras do autor disponibilizadas no you tube, sob o seguinte título: Discurso y poder. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=185JAFPTVcU>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

para van Dijk é definido “em termos de acesso preferencial a — ou controle sobre — recursos materiais específicos, tais como o capital ou a terra, recursos simbólicos, tais como o conhecimento, educação” (2012a, p. 23).

Todavia, Teun van Dijk (2012a, p. 17) salienta que, embora haja distintas maneiras de se constituir a definição de poder nas ciências em geral, nas cercanias dos ECD, ele prefere definir essencialmente tal categoria como “poder social em termos de *controle* sobre a mente e, conseqüentemente, as ações dos outros grupos e seus membros”. Além disso, o poder social para van Dijk (2012a, p. 41) é uma “relação entre grupo, classes ou outras formações sociais, ou entre pessoas na qualidade de membros sociais”.

Logo, vale destacar que tal poder pode ser usado ilegitimamente e assim implicar desigualdades, tornando-se um abuso de poder que pressupõe a transgressão a direitos e normas que ocorre por parte das elites simbólicas. Segundo Teun van Dijk (2012a, p. 14) a estratégia mais geral recorrente na reprodução discursiva do abuso de poder ou de dominação é “a polarização endogrupo-exogrupo (exaltação do endogrupo *versus* derrogação do exogrupo) e pode ser realizada de várias formas e em muitos níveis do discurso”.

O poder dentro do histórico das ideias racistas revela-se pelo protagonismo notável das elites na manutenção de teses abusivas e racistas que favoreceram e corroboraram com a dominação étnica e racial no mundo, pois se os discursos das elites fossem sistematicamente antirracistas e não racistas, o racismo não teria alcançado o poder que alcançou e provavelmente o “colonialismo, eugenia, segregação, holocausto, Apartheid, limpeza étnica” (2015, p. 32) não teriam alcançado a oportunidade de serem empregados. Além disso, a própria concepção de raça e racismo, conforme van Dijk, foi cunhada e desenvolvida, em uma extensa literatura, pela própria elite discursivamente.

Mas como se caracteriza a elite simbólica? Teun van Dijk (2015) descreve as elites como o grupo na sociedade que teria mais informações, conhecimentos, histórias, ideologias a transmitir à população devido à sua vantagem social. Dessa forma, quem faz parte do grupo da elite tem mais acesso às mentes dos outros, já

que tem acesso ao discurso público. E ter acesso ao discurso público significa possuir um recurso simbólico, isto é, um capital ou poder simbólico de transmitir ideologias racistas a partir de práticas discursivas, por exemplo. Assim, é importante esclarecer e frisar que o poder das elites simbólicas pode adquirir diversas dimensões, não somente relacionados a recursos financeiros, mas também a conhecimentos, fama, discurso e *status* na sociedade.

O poder não se reduz a um sujeito, somente, mas sim a todo o grupo ao qual ele pertence. O abuso de poder de um grupo sobre outros, ou melhor, o uso ilegítimo do poder por uma instituição ou grupo social pode ser empregado com maior ou menor veemência, em determinadas situações e em algumas esferas sociais. Além disso, o abuso de poder contra minorias pode ser mais fácil de ser aplicado se tal ideologia negativa sobre as minorias tiver alcançado hegemonia (2012a), pois caso ela se encontre naturalizada em legislações, normas, estatutos, pareceres e hábitos ruins, dificilmente será notada por quem não possui acesso a outros discursos alternativos contra a manutenção da dominação e assim torna-se base comum.

Sendo assim, o poder para Teun van Dijk (2012a, p. 17-20) pode ser investigado a partir de dois recursos simbólicos, por meio do acesso e por meio do controle. É primeiramente por meio do acesso ao discurso público que os grupos ou instituições de poder possuem o privilégio das melhores imagens, dos mais proeminentes sujeitos, das mais difíceis informações, de diversos recursos sociais. Isso ocorre devido a sua primazia no acesso a outras fontes específicas de poder que também fazem parte da própria elite, considerando que o poder não se encontra concentrado em um único local, mas ele se distribui pela sociedade, não sendo, por isso absoluto.

Além disso, para a compreensão do acesso é importante saber que ele é um recurso do poder, isto é, é por meio do acesso ativo preferencial ao discurso que o poder pode controlar, por exemplo, em uma instituição jornalística, a escolha dos sujeitos que serão mobilizados para ter voz no discurso de uma notícia ou reportagem, o tema que será desenvolvido, o jornalista que será escolhido para redigir a notícia, o como será iniciado o texto, em que caderno, em que parte da

página, em que tamanho, em que cor, em que linguagem, entre outros aspectos que influenciam demasiadamente na construção de significados positivos ou negativos sobre os atores sociais, instituições, ações abordados.

A segunda maneira de se analisar o poder é observando outro recurso simbólico, o controle. O controle, assim como o acesso, depende do poder social do grupo, ou seja, pode-se ter maior ou menor controle sobre a mente ou as ações dos sujeitos, dependendo do seu poder na sociedade. E se esse controle, a partir dos discursos, alcançar as mentes dos sujeitos, estes reproduzirão ou praticarão atos e ações discursivas conforme as elites, caso estes leitores não tenham leituras alternativas que confrontem com o discurso dominante.

É importante destacar que esse controle não ocorre somente no nível contextual e discursivo de produção. A proposta de Teun van Dijk contempla também as estratégias de ativação, produção e naturalização de modelos mentais tendenciosos nos receptores, isto é, estruturas e estratégias que exerceram influência nos “conhecimentos, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais” (2012a, p. 18) dos leitores. Dessa forma, conforme especifica Teun van Dijk, o controle da mente e das ações dos indivíduos ocorre indiretamente e, como consequência, tal dominação pode implicar (re) produção e difusão de discursos e ações compatibilizadas com os anseios ruins daqueles que detêm o poder.

No estudo do controle discursivo, vale acrescentar, conforme salientado por van Dijk (2012 a, p. 234) uma categoria típica de estudo para o analista crítico do discurso, a manipulação, concebendo que o foco de investigação dos estudiosos críticos é a “dominação e o abuso de poder”. A manipulação, por ser “uma forma de influencia deslegitimada” (VAN DIJK, 2012a, p. 234), é um modo de o manipulador desempenhar a vontade de seu grupo sobre os outros, acarretando prejuízos, pois faz com que os outros creiam que o que faz é justo.

Assim, sobre a manipulação van Dijk (2012a, p. 234-236) a entende como uma prática ilegítima, isto é, abusiva, que tem como intuito o controle da mente dos envolvidos em práticas interacionais de grupos. Com essa definição, o autor

entende a manipulação como um “fenômeno social” [...] por estar vinculada a um grupo, “um fenômeno cognitivo” por querer controlar a mente dos participantes de um evento e um [...] “fenômeno discursivo semiótico” por atuar nas diversas dimensões linguísticas, visuais e orais do discurso.

Sobre o processo de manipulação discursiva, Van Dijk (2012a, p. 239) ainda destaca.

*A manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re) produz ou pode (re) produzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos dos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos. Isso significa que a definição não está baseada nas intenções dos manipuladores, nem na maior ou menor consciência dos receptores acerca da manipulação, mas em termos de suas consequências sociais. [...] Para cada evento comunicativo, então, é preciso ser explicitado como esses respectivos interesses são operados no discurso manipulador. Por exemplo, se os meios de comunicação de massa fornecem informações incompletas ou, por outro lado, tendenciosas sobre um político específico. [...] a manipulação é uma forma de dominação ou abuso de poder ela precisa ser definida em termos de *grupos sociais, instituições ou organizações*, e não no nível individual ou da interação pessoal [...] (VAN DIJK, 2012a, p. 239, grifos do autor).*

Mas, vale lembrar, que caso os leitores possuam um repertório de leituras e experiências alternativas que confrontem os discursos naturalizados, isto é, ideologias negativas que se tornaram naturais ou consensuais em determinada sociedade, ele pode assumir o protagonismo de seus atos rejeitando tais influências negativas reproduzidas por discursos tendenciosos e manipulativos de grupos da elite.

Logo, para se analisar as relações entre o poder das elites simbólicas e o discurso e suas consequências para as mentes dos sujeitos na sociedade é importante observar o controle que é exercido pela elite sobre o discurso, todavia não somente no próprio discurso, mas também em todo o contexto de sua constituição. Portanto, ao controlar a produção, o próprio discurso e suas consequências, o poder alcança o seu objetivo maior que é o gerenciamento das mentes do público em geral.

Desse modo, Teun van Dijk (2012a, p. 20) afirma que para cada etapa da análise social, cognitiva e discursiva necessita-se de um estudo sofisticado e minucioso. Portanto, para aprofundar a análise das complexidades do discurso é válida também a compreensão de como os vários modos do discurso levam “[...] às várias formas de “mudança de mentalidade”: aprendizagem, persuasão, manipulação ou doutrinação”.

Para isso, na próxima seção, serão observados alguns conceitos importantes para o estudo da interface sociocognitiva proposta por van Dijk que possibilitam ao analista observar o processamento e a compreensão do discurso.

3.3 Controle do contexto-sociocognitivo

Ao representar as relações sociocognitivo-discursivas deve-se ter como base que tal olhar sociocognitivo tem por intuito relacionar ao discurso as crenças pessoais e socialmente compartilhadas. Assim, o analista sociocognitivo em seus estudos deve buscar incluir os níveis social e individual, isto é, macro (ideológico) e micro (psicológico) de análise, às práticas discursivas, como conceitua Koch, em “Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk” (2011), para avaliar e diferenciar o controle do poder legítimo do ilegítimo.

Van Dijk (2012a, p. 202) sintetiza sua proposta sobre a questão sociocognitiva, dizendo que o elemento crucial presente na sua teoria e que falta a seus companheiros são os estudos dos modelos mentais. Para o teórico, os modelos mentais servem como uma interface entre as cognições sociais que são compartilhadas, por um lado, e crenças individuais, por outro. E, além disso, os modelos mentais são “as bases cognitivas do discurso [...] e da ação [...]” dos sujeitos nas interações que eles se envolvem. Por fim, que os modelos mentais “relacionam as macroestruturas [...] das representações partilhadas de grupos e instituições com as microestruturas [...] das atividades dos atores” em seus contextos.

Teun van Dijk (2012a, p. 202) apresenta a conceituação envolvendo as questões dos processos cognitivos pessoais e das representações sociais, que ocorrem nos seres humanos, para relacioná-las ao discurso, dizendo que tais “processos cognitivos” se constituem “em relação a uma estrutura mental chamada memória” subdividindo entre *short term memory*, STM (memória de curto prazo), e *long term memory*, LTM (memória de longo prazo).

A memória de curto prazo é responsável pela “percepção, compreensão e produção discursiva, monitoramento da interação” *on line* (2012a, p. 202). Van Dijk (2012a, p. 241) ressalta que o processamento da memória de curto prazo ocorre estrategicamente, a partir do conteúdo ou conhecimentos estabilizados que se encontram na memória de longo prazo. Desse modo, a memória de curto prazo tem como característica atuar em várias dimensões das estruturas do discurso, fazendo hipóteses, suposições e atalhos rápidos e objetivos sobre o evento. A memória de curto prazo pode ser influenciada pelo discurso das seguintes maneiras, entre outras, para van Dijk (2012a, p. 242):

A manipulação nesse caso pode residir no fato de que, ao chamar a atenção para a informação A em vez da informação B, o resultado da compreensão pode ser parcial ou tendencioso, como por exemplo, quando as manchetes enfatizam detalhes irrelevantes, não expressando os tópicos mais importantes de um discurso – prejudicando assim a compreensão dos detalhes através da influência do posicionamento superior/inferior do tópico. A outra condição social que deveria ser acrescentada nesse caso, como nós fizemos inicialmente, é que essa compreensão parcial ou incompleta serve aos interesses de um poderoso grupo ou instituição, e é contrário aos interesses dos grupos dominados.

Já a memória de longo prazo apresenta uma diferenciação que é feita entre a memória episódica e a memória semântica. A memória episódica, ou crença pessoal, é vista como um depósito de modelos mentais, ou seja, na memória episódica ocorre o armazenamento das experiências subjetivas específicas que foram processadas, ou melhor, entendidas pela memória de curto prazo. Já a memória semântica é constituída pelos fatos e informações mais generalizadas, abstratas, estabilizadas e socialmente conhecidas, tais como “nosso

conhecimento de língua ou nosso conhecimento de mundo” (2012a, p. 202). A memória semântica também é chamada de “memória social”, cognição social, crenças sociais, em oposição à memória episódica, em virtude da essência socialmente compartilhada da informação que se armazena nela.

Os dados que se encontram na memória de longo termo ou longo prazo se estruturam em diversos tipos de representações mentais, e cada representação mental apresenta sua própria configuração estrutural. O autor dá, como exemplo, “os conhecimentos sociais gerais sobre episódios convencionais que [...] podem ser organizados por ‘*scripts*’, consistindo de um número de categorias fixas” (2012a, p. 203).

Assim, conforme Michel Apt (2010, p. 37-38), o sujeito faz uma avaliação do que deve ser retido ou descartado na memória de curto prazo, a partir dos seus conhecimentos prévios, ou seja, os conhecimentos e experiências já conhecidos da pessoa são recuperados e comparados com as novas informações, que são validadas como pertinente ou não, na memória de curto prazo, e a partir dos critérios de relevância e contextualização a informação é direcionada ou não da memória de curto prazo para a memória de longo prazo.

O autor salienta também que se não houver conhecimento prévio sobre um determinado objeto do discurso ou tema na memória de longo prazo MLP o sujeito pode descartar ou não o novo conhecimento, caracterizando-o como verdadeiro ou não. O autor destaca a importância das estratégias discursivas na manipulação, principalmente da memória de curto prazo MCP, pois os discursos podem se apresentar a partir de recursos gráficos, imagens que chamam atenção do leitor, direcionando-o para detalhes que se transformam em influentes estratégias de manipulação. E sobre a memória de longo prazo, é importante descrever ainda que a “maior parte da manipulação é direcionada para resultados mais estáveis e, portanto, focada nela, isto é, em conhecimento, atitudes e ideologias” (VAN DIJK, 2012a, p. 243).

Por isso, é importante observar e explicar como as estruturas dos discursos são reverberados pela elite que direcionam e controlam o entendimento dos textos e,

como consequência, a (re) produção de ideologias, conhecimentos e atitudes. Van Dijk, para elucidar uma parte da constituição da MLP, (2012a; 2012b) descreve as seguintes formas de cognições sociais presentes na memória semântica: Conhecimentos, Ideologias, Atitudes e Opiniões.

3.3.1 Conhecimento¹⁴

Van Dijk (2012a, p. 214) faz a distinção entre o conhecimento partilhado por todos os grupos no âmbito de determinada sociedade e o conhecimento partilhado por diferentes grupos de uma cultura. O autor relata que o conhecimento que é pressuposto nos discursos de toda uma cultura denomina-se base comum ou senso comum. A base comum se caracteriza por ser a informação tomada como dada, o já conhecido de todas as pessoas não sendo esse conhecimento disputado por nenhum grupo específico. E esse conhecimento, também, configura-se como o fundamento da memória semântica social e é obtido nas relações interativas nas escolas, por meio da mídia, nas relações sociais em geral.

Já o conhecimento que é compartilhado por um grupo específico é entendido como legítimo apenas para o próprio grupo e é propagado por religiosos, acadêmicos, especialistas, membros de partidos etc. Todavia, vale salientar que o conhecimento de grupo, por ter um viés ideológico subjacente, pode não ser validado por outros, sendo tais saberes classificados meramente como uma crença ou uma opinião qualquer.

É interessante retomar a ideia de que os discursos são caracterizados como a ponta do *iceberg*, assim, seriam a expressão a partir de uma linguagem multimodal do conhecimento relevante estrategicamente produzido em determinado contexto comunicativo por determinado grupo. Sobre essa adaptação do conhecimento à situação de comunicação, van Dijk (2012a) declara que muitos mecanismos discursivos como metáforas, estruturas sintáticas devem

¹⁴ Estudos mais aprofundados sobre a noção de Conhecimento para Teun van Dijk podem ser encontrados no livro: *Discourse and Knowledge: A Sociocognitive Approach*, escrito pelo autor e publicado pela editora London: Cambridge University no ano de 2014.

ser definidas e explicadas, levando-se em conta os conhecimentos socialmente compartilhados, os conhecimentos de grupo e o conhecimento pessoal.

3.3.2 Ideologia

Quanto ao conceito de ideologia, vale destacar que este não se caracteriza como um conceito unívoco. Há diversas perspectivas que tentam dar conta desse conceito na literatura. Brandão, em *Introdução a Análise do discurso* (2004), apresenta os pressupostos da ideologia historicamente a partir da perspectiva de teóricos importantes, como Marx, Althusser e Paul Ricoeur. Esses autores, diferentemente de Teun van Dijk, não formulam sua concepção de ideologia “em termos da teoria da cognição social” (VAN DIJK, 2012a, p. 39) ou também como “uma forma de cognição social” (VAN DIJK, 2012a, p. 48). Para van Dijk (2012a, p.47) sua teoria incorpora um ponto de vista diferenciado da noção, por exemplo, de “falsa consciência” ou falso discurso que é propagado pelos marxistas. A ideologia para Teun van Dijk, em “Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues” (2000) pode ser entendida como um sistema de crenças que possui propriedades analisáveis em termos cognitivos e pode ser entendida ainda como “base das representações sociais compartilhadas por um grupo social” (2012c, p. 17). Ou seja, a ideologia não pode ser reduzida a práticas sociais, estruturas sociais ou a discursos, pois ela somente é expressa ou encenada, por meio dos discursos, ações ou atitudes dos membros de grupos.

Van Dijk (2012c, p. 17) esclarece que as ideologias possuem ao mesmo tempo propriedades cognitivas e sociais. As propriedades cognitivas podem ser observadas como princípios generalizados e partilhados em uma comunidade ou instituição e que são encontrados na memória de longo prazo. Já as propriedades sociais das ideologias podem ser observadas também como um sistema que é “compartilhado pelos membros de grupos sociais específicos ou ‘comunidades ideológicas’” (2012c, p. 17).

Van Dijk (2012c, p. 21) desenvolve a definição de ideologia dentro de uma perspectiva multidisciplinar e sociocognitiva. Logo, conforme esse ponto de vista,

a ideologia precisa ser entendida como um fundamento axiomático das representações sociais das ações específicas de grupos e dos modelos mentais subjetivos que gerenciam os discursos pessoais e outras práticas discursivas dos componentes de determinado grupo.

Assim, a ideologia definida por van Dijk (2012c, p. 22), dentro de um aspecto sociocognitivo e multidisciplinar é abordada da seguinte maneira:

Compreendemos que as práticas sociais ideológicas são por definição *baseadas* em ideologias definidas como representações mentais compartilhadas, de uma forma que podem ser comparadas como o modo em que o uso da língua é “baseado” numa gramática compartilhada ou em regras do discurso e da conversação. É neste sentido que as ideologias, como recursos cognitivos compartilhados socialmente, são fundamentais para as práticas sociais, interação e relação intra e intergrupais. Por outro lado, as funções sociais gerais das práticas ideológicas devem ser representadas, além de tudo, como parte das ideologias “em destaque”. Este é um dos motivos pelos quais as abordagens sociais e cognitivas sobre ideologia precisam ser integradas. A proposta aqui representa tanto os aspectos relativamente estáveis quanto os aspectos flexíveis, dinâmicos, variáveis, contextualizados e subjetivos das ideologias. A primeira dimensão pode ser explicada em termos de representações mentais relativamente estáveis e socialmente compartilhadas de *grupos*. A segunda dimensão é responsável pelos modelos mentais ideologicamente baseados, específicos e subjetivos de membros do grupo que controlam o discurso e outras práticas sociais em determinadas situações (2012c, p. 22).

Observa-se que a ideologia não se caracteriza individualmente, mas é compartilhada por um grupo social que possui opiniões fundamentadas ideologicamente. Esse compartilhamento da ideologia se expressa na identidade intergrupais ou percepção do grupo ou instituição através de uma imagem coerente da representação social do grupo.

No entanto, van Dijk (2012c, p. 20) afirma que os indivíduos podem fazer parte de diversos grupos e também ser influenciados por diversas ideologias. Logo, o autor exemplifica que o sujeito pode se entender como nacionalista, socialista, repórter “feminista e assim compartilhar desses diferentes tipos de ideologias profissionais

e sociais. Obviamente, quando ativadas (usadas) ao mesmo tempo, no discurso ou outras práticas sociais, podem levar a conflitos”.

Logo, a ideologia deve ser geral, adaptável e não específica, pois exerce funções em vários domínios. Elas organizam, por exemplo, os conhecimentos que são entendidos como verdade, a partir dos critérios de veracidade do próprio grupo ou instituição, como também as atitudes e as opiniões que são fundamentadas socialmente em ideologias classificadas socialmente como boas ou ruins.

Para van Dijk (2012c), as ideologias juntamente com outras representações sociais, como os conhecimentos, atitudes e opiniões, controlam os grupos ou instituições e suas ações gerais, isto é, as ideologias influenciam indiretamente as práticas sociais e os discursos, pois vale lembrar que há restrições mais específicas em níveis grupais, como também há gestão individual feita pelos modelos mentais pessoais que ficam na memória episódica dos membros individuais dos grupos que monitoram estrategicamente a produção do discurso, como se verá mais adiante.

Mas a ideologia também não é privilégio ou exclusividade das classes da elite. Segundo Van Dijk (2000), os movimentos sociais, por exemplo, também podem ter ideologias, mas é claro, ideologia de resistência. Assim, outra questão se torna relevante no estudo das ideologias é o seu uso negativo, já que nenhum grupo se autodeclara, por exemplo, como racista, devendo, então o analista, por meio das práticas discursivas, através das quais as práticas ideológicas são exercidas pelas pessoas que são participantes de grupos, avaliar o que determinado grupo fala, por que o faz e qual o objetivo de reproduzir uma determinada ideologia.

A partir da análise da ação real, o estudioso crítico pode observar como as ideologias são manifestadas no discurso. Para van Dijk (2012c) as ideologias tendem a se manifestar a partir de estruturas polarizadas Nós X Eles. Essa polarização tende a ocorrer porque as ideologias implicam conflitos, competição, dominação entre grupos, que através de práticas ideologicamente diferentes se autodefinem, provocando, assim, diferenças no auto-esquema singularizado “estável” entre os grupos.

Sobre o aspecto polarizado das ideologias, van Dijk (2008) ao falar sobre a reprodução da ideologia racista, relata que apesar da sutileza e da complexidade dos discursos reprodutores de ideologias racistas, os princípios organizadores globais dessas representações mentais compartilhadas são muito simples e similares em qualquer tipo de discurso de base ideológica:

*ênfatizam os aspectos positivos do Nós, do grupo de dentro;

*ênfatizam os aspectos negativos do Eles, do grupo de fora;

*não ênfatizam os aspectos positivos do Eles;

*não ênfatizam os aspectos negativos do Nós.

Aplicadas a todos os níveis de discurso (sonoro, visuais, significados e ação), essas estratégias globais tendem a resumir as propriedades discursivas locais e globais da forma como os membros de dentro falam e escrevem sobre Eles (VAN DIJK, 2008, p.18).

Além desse aspecto polarizado, que é observado a partir da autoapresentação positiva e outroapresentação negativa do outro, Teun van Dijk (2012c, p. 31) relata que somente algumas propriedades da fala e da escrita que se alteram contextualmente podem ser percebidas como ideológicas, isto é, podem ser influenciadas por ideologias, “assim a escolha de pronomes mais ou menos polidos é contextualmente variável”, por exemplo. Com isso, o teórico argumenta que as pessoas com pontos de vista ideologicamente diferentes não possuem diferentes gramáticas, mas representações, saberes e definições diferentes. Então, pode-se concluir, dessa forma, que o crítico deve analisar os diferentes posicionamentos ideológicos, sobretudo, no que os atores sociais, participantes de instituições pronunciam e não, somente, como esses sujeitos se pronunciam em determinado contexto.

Portanto, as vinculações entre ideologia e discurso podem ser vistas através dos mecanismos discursivos escolhidos pelos sujeitos para manifestação de sua fala ou texto, a partir de um elemento lexical, pronomes, estruturas sintáticas passivas, metáforas, manchetes, entre outros recursos discursivos. Contudo, van Dijk (2012c, p.28) salienta que se deve analisar a ideologia não apenas nos seus aspectos estruturais mais vincular as estruturas ao seu contexto sociocognitivo,

ou seja, “o discurso [...], portanto, não é apenas definido em termos da sua estrutura, mas também por seu contexto”.

Para isso, van Dijk (2012c, p.28) descreve a importância da análise cognitiva dos atores sociais, tanto na produção como na compreensão, para a análise da ideologia da seguinte maneira:

Os atores [...] obviamente não participam inocentemente das situações [...], mas têm conhecimentos [...], compartilham normas e valores [...], assim como ideologias. De fato, é através dessa forma de contextualização que nós somos capazes de vincular as ideologias dos participantes aos seus discursos [...]. Textos ou discursos “mostram” ideologias discursivamente, mas são as pessoas, políticos ou manifestantes que “têm” ideologias, não apenas nesta prática social ou discurso, mas também em outros (VAN DIJK, 2012c, p. 28).

Sendo assim, o teórico esclarece que “da mesma forma que discursos podem ser ideológicos quando baseados em ideologias, as estruturas e práticas dos contextos [...] também podem ter uma base ideológica” (VAN DIJK, 2012c, p. 29).

Outro aspecto verificado por van Dijk (2012c, p.20) sobre as ideologias, refere-se ao fato de elas serem adquiridas, individualmente, mas serem reproduzidas na sociedade a partir de práticas sociais de grupos ou instituições. Dessa forma, é por meio dos discursos que as ideologias são propagadas, ensinadas e desenvolvidas no âmbito das relações entre o grupo, ou por meio de organizações que “através de formas especiais de educação, doutrinação, treinamento [...] em instituições especiais” capacitam os sujeitos para (re) produzir em determinada crença, por exemplo, ideologias racistas.

Van Dijk (2012c, p. 24) relata ainda que uma das formas de se classificar normalmente ideologias como também as práticas discursivas é por meio do âmbito social em que elas atuam ou são produzidas. Dessa forma, van Dijk (2012c, p. 24) explica, a partir da esfera da política para exemplificar, como as ideologias podem estar presentes em outros campos da sociedade.

Assim como as ideologias não só têm funções sociais gerais, mas mais especificamente (também) funções políticas no campo da política, vamos chamá-las de *ideologias políticas*. Portanto, o Socialismo é uma ideologia obviamente mais “política” do que a ideologia profissional de dentistas, [...] Desse modo, uma maneira de classificar as ideologias, bem como os discursos, é pelo campo social em que eles funcionam. Ou seja, ideologias de campos políticos, educacionais, legais, religiosos e cuidados da saúde, entre outros (2012c, p. 24).

Para complementar a compreensão sobre ideologia Apt (2010, p. 28) relata que a concepção de ideologia de van Dijk se aproxima da concepção de ideologia de Antônio Gramsci, que compreende a ideologia não como uma falsa consciência, mas como “algo que transcende a luta de classes e se estabelece como qualquer conjunto de ideias e conceitos de um grupo de indivíduos”. O teórico acrescenta sua explanação dizendo que o filósofo Gramsci relata a possibilidade de existência de diversas ideologias que interagem e se interconectam dentro da mesma cultura. Com essa explanação, Apt (2010, p.29) afirma que há uma neutralidade entre as ideologias e que “serão as relações de poder social entre grupos (e seus interesses) que definirão ideologias como verdades absolutas, e possivelmente preconceituosas”.

Para este trabalho cabe à distinção, apresentada por van Dijk (2000), entre o racismo, a ideologia e as práticas discursivas ideologicamente baseadas. A concepção de racismo, como já foi relatada, se diferencia de ideologia. Logo, o racismo se reproduz por meio dos discursos que são produzidos por atores sociais, a partir de seus conhecimentos, opiniões, atitudes e base comum, participantes da estrutura social de poder, que em situação social única (re) produzem suas crenças por meio de práticas sociais.

3.3.3 Atitudes e Opiniões

Além dos conhecimentos e ideologias as pessoas também possuem outras informações e ações que são denominadas de atitudes. Van Dijk (2012a, p.203) destaca a similaridade entre as atitudes e a ideologia, pois conforme ressalta o teórico teriam estruturas organizacionais esquemáticas parecidas, sendo verificadas em nível grupal. As atitudes também são vistas, diferentemente do

conhecimento que é entendido como “crenças verdadeiras” de um grupo (2012a, p. 203), como “avaliativas e (inter) subjetivas”. É complexo o entendimento das atitudes, haja vista que elas podem ser compreendidas como avaliações boas ou ruins sobre um ponto de vista particularizado específico sobre debates sociais relacionados ao aborto, separação, eutanásia, preconceito etc., como também opiniões contestáveis sobre algumas controvérsias da sociedade. Assim, vale destacar que, por sua natureza conflituosa, não se identificam com a base comum, já que são baseadas em “normas e valores da sociedade” como também implicam diferentes opiniões até mesmo dentro de um grupo (2009; 2012a).

Já as opiniões podem se diversificar no âmbito de um grupo, diferentemente das ideologias e atitudes. Sobre as opiniões, van Dijk (2012a, p. 217) ressalta que podem ser anunciadas “diretamente na sua forma geral e abstrata, como premissas em argumentos, ou indiretamente, através de suas instanciações em modelos específicos, isto é, aplicadas a um caso especial por um falante individual”. Ou seja, já que os indivíduos podem ser participantes de diversos grupos, podem também possuir diversas ideologias, atitudes e conhecimentos (variações ideológicas) e, assim, ter diferentes opiniões pessoais que são “corporificadas pelos modelos de evento (experiências pessoais)” (2012a, p. 219).

3.3.4 Das crenças sociais aos modelos pessoais na memória episódica: modelos mentais e contexto

Na memória episódica, que se encontra na memória de longo prazo, estão alocados os modelos mentais. Van Dijk (2012a; 2012b), para falar sobre as crenças pessoais dos sujeitos, elenca nomenclaturas como modelos de evento e modelos de contexto para explicar a interface cognitiva pessoal do discurso, diferenciando-a das crenças sociais ou representações sociais como vistas na seção anterior.

Van Dijk (2012a) afirma que, além dos conhecimentos de grupos compartilhados socialmente, os atores sociais possuem também o conhecimento advindo de suas experiências individuais. E esse conhecimento, essa interpretação pessoal de situações passadas, estabelece-se na memória episódica. Para van Dijk (2012a),

esses modelos experienciais se apresentam na memória episódica como modelos mentais e correspondem às definições ou interpretações individuais específicas representadas mentalmente sobre o conhecimento pessoal de eventos, discursos, sujeitos e seus papéis.

Teun van Dijk (2012b) destaca que a psicologia contribuiu com os estudos do contexto, ao trazer à baila a definição de modelo mental. O modelo mental é entendido como a interpretação individual, o conhecimento e a opinião de determinado tipo de evento social que o sujeito participa, ouve o lê (VAN DIJK, 2012a, p. 204).

Ao analisar a função dos modelos mentais no âmbito do discurso político, van Dijk (2012a) apresenta em resumo algumas das propriedades dessa categoria.

11. Modelos formam a base cognitiva de todo discurso e interação individual. Isto é, tanto na produção quanto na compreensão, pessoas constroem um modelo de um evento ou ação como, por exemplo, o evento de que fala o presente texto, ou a ação que as pessoas percebem e de que participam. Modelos também servem como base referencial de discurso e, dessa forma, ajudam a definir a coerência local e global. 12. Modelos integram novas informações (por exemplo, a compreensão de textos ou a observação de eventos) fragmentos de experiências prévias (modelos velhos), instanciações de informações pessoais mais gerais (conhecimento pessoal, personalidade, *self*), como também instanciações de informações socialmente partilhadas (por exemplo, crenças de grupo ou *scripts* de conhecimento cultural). Em outras palavras, modelos corporificam tanto informações pessoais como sociais e, dessa forma, servem como o centro da interface entre o social e o individual. 13. Pela mesma razão, quando modelos são compartilhados, generalizados e socialmente normalizados, eles podem constituir a base da aprendizagem pessoal e política experimentada. Isto é, as representações sociais gerais e abstratas da memória social são em primeiro lugar derivadas de nossas experiências pessoais e representadas em nossos modelos episódicos (VAN DIJK, 2012a, p. 205).

Segundo Teun van Dijk (2000) os modelos mentais apresentam além das representações subjetivas de experiências individuais, as instâncias da sociedade, opiniões, ideologias e as representações sociais partilhadas, já que precisamos nos comunicar com outros grupos também.

Ao falar sobre os modelos mentais, van Dijk esclarece que os modelos de evento podem ser entendidos como a base de conteúdo interpretado subjetivamente sobre determinada situação. Ademais, van Dijk relata também que os modelos de evento podem ser ideologicamente fundamentados, ocasionando assim significados negativos sobre as minorias.

Já os modelos de contexto são entendidos por van Dijk como contexto, por ser a definição de contexto compreendida também como uma elaboração mental individual de uma determinada situação social. Van Dijk esclarece ainda que os “modelos de contexto” atuam dinamicamente na formulação de planos e estratégias para a apresentação do discurso. Sobre os modelos de evento e contexto, van Dijk (2012a, p. 224) explica que:

Muitas das estruturas de discurso são uma função dos modelos de contexto. Contudo, o discurso não é somente restrito pelos modelos de contexto, mas também pelos modelos de evento, isto é, pela maneira como o falante interpreta os eventos que são falados, como também pelas representações sociais mais gerais compartilhadas pelos membros do grupo [...].

Como foi dito, van Dijk afirma que os discursos não se fundamentam apenas em modelos de evento e em modelos de contexto, mas também por crenças sociais. Sobre as influências que podem sobrevir aos modelos de contexto do falante e conseqüentemente no seu discurso, van Dijk (2012a, p. 228) assevera ao analista:

Uma análise [...] cognitivamente fundada de significados [...] tentará relacionar a seleção de proposições expressas na fala e na escrita com os modelos de contexto e evento subjacente e com as representações (grupo) compartilhadas socialmente, tais como: conhecimento, atitudes e ideologias. Assim, se o significado [...] está explícito ou implícito, asseverado ou pressuposto, detalhado ou global, se é geral ou específico, direto ou indireto, espalhafatoso ou reprimido, será tipicamente uma função dos modelos de evento ideologicamente embasados. [...] isso em geral denota que significados negativos sobre os Outros tenderão a ser selecionados, enfatizados, explícitos, detalhados, específicos, diretos, espalhafatosos; enquanto mitigações, atenuantes ou negações têm, antes, a função da autoapresentação positiva (ou de evitar uma má impressão), como regulada pelos modelos de contexto (VAN DIJK, 2012a, p. 228).

Logo, uma teoria que leve em conta a perspectiva sociocognitiva deve relacionar, por um lado, as questões da situação social onde ocorre o evento, e, por outro lado, os mecanismos discursivos variáveis que foram estrategicamente adaptados para a manutenção, legitimação, hegemonia e confirmação da estrutura social que naturalizam o consenso ou uma determinada representação social sobre as minorias étnicas, por exemplo.

Sendo assim, o estudo do contexto postulado por Teun van Dijk (2012b) apresenta um ponto de vista diferenciado da concepção tradicional de contexto. As concepções clássicas tratam o contexto como o entorno “objetivo” do discurso. Todavia, van Dijk entende tal categoria a partir de uma concepção sociocognitiva. O contexto, desse modo, é estrategicamente constituído pelo que é relevante para os participantes de um determinado evento, ou seja, o contexto é construído, valendo-se do que é proeminente no mundo aos olhos do sujeito, a partir de suas experiências e vivências. Ou melhor, o contexto se configura a partir da definição pessoal do escritor ou locutor sobre os seus interlocutores, seus conhecimentos, seus papéis, intenções e objetivos como também de seu conhecimento textual prototípico e das categorias contextuais que são preenchidas estrategicamente, por exemplo, onde, quando, por que etc.

Dessa forma, o contexto tem uma base no conhecimento de mundo, valendo-se também da base comum da sociedade, mas tendo em vista a definição da situação social selecionada e elaborada pelo produtor e leitor no desenvolvimento do discurso.

Não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação. Portanto, os contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtos (inter) subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades. Se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas todas as pessoas que estão na mesma situação social fariam do mesmo modo (VAN DIJK, 2012b, p. 11, grifos do autor).

Teun van Dijk (2012b) salienta ainda que os modelos de contextos possuem algumas funções, assim é importante atentar-se para o que os modelos de contextos exercem ou precisam exercer. Conforme o estudioso, os modelos de contexto monitoram a maneira como os participantes de uma interação falam ou escrevem e compreendem o evento discursivo, como também capacitam os integrantes do discurso a adaptar o texto, a fala e o entendimento do evento à situação comunicativa, conforme o que for relevante para os interactantes no momento da situação interativa e, além disso, conectam o desenvolvimento do discurso em todo seu aspecto multimodal com a teoria cognitiva do processamento do texto.

Van Dijk (2012b, p. 12) ressalta também as seguintes funções dos modelos de contexto: estabelecem os aspectos ou as condições de ajustamento ou adequação, restrição discursiva, logo, torna-se o fundamento para os estudos da pragmática e são também os princípios para os estudos do estilo linguístico, do gênero discursivo, do registro e da variação em qualquer dimensão do discurso, isto é, “são o elo faltante entre o discurso e a sociedade, entre o pessoal e o social e entre a organização em níveis e a estrutura” (2012b, p. 12).

Os modelos de contexto podem ainda ressaltar a influência, não direta, das estruturas sociais sobre as estruturas do discurso, contrapondo-se a outras disciplinas como, por exemplo, a sociolinguística, como também explicitam como o contexto pode restringir ou monitorar aspectos do discurso que são relevantes para os interactantes conforme seus conhecimentos de mundo experienciados individualmente, portanto não observáveis e, além disso, estão entre as bases dos ECD e outros estudos de questões sociopolíticas.

Sobre os modelos de contexto, esses intermedeiam a relação entre os modelos de evento e o discurso, conforme ressalta van Dijk (2012a p. 211-212). Sobre isso o autor relata que:

enquanto modelos mentais de eventos podem ser vistos como a base do “conteúdo” ou do significado do discurso, modelos de contexto

tipicamente controlam não apenas o que está sendo dito, mas especialmente como é dito (VAN DIJK, 2012a, p. 211-212).

Por fim, vale destacar ainda duas questões sobre os modelos de contexto: eles anunciam somente parte do modelo de evento e o seu uso, a ativação e mudança ocorrem por meio de estratégias.

3.3.5 Categorias do Modelo de Contexto

Van Dijk (2012b, p. 111) afirma que os modelos de contexto se igualam a todas as nossas outras experiências individuais, mas se caracterizam por se relacionarem com a interação comunicativa. Os modelos de contexto apresentam categorias distintas como “participantes que falam, escrevem, ouvem e leem (em diferentes papéis comunicativos), e atos sociais locais e globais que consistem em textos e falas, atos de fala ou outros atos verbais”. Todavia, van Dijk considera tais propriedades muito abrangentes e estabelece algumas categorias simples, devido à dinamicidade da comunicação controlada pelos modelos de contexto.

Desse modo, o autor sociocognitivista estabelece as seguintes categorias para análise do contexto em suas dimensões “mais ou menos micro ou macro” (2012b, p. 19):

- Ambiente: tempo/período, Espaço/Lugar/Entorno
- Participantes
- O Eu-mesmo
 - papéis comunicativos (estrutura da participação)
 - tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades
 - relações entre participantes (por exemplo, poder, amizade)
 - crenças e conhecimentos compartilhados e sociais
 - intenções e objetivos [...] (VAN DIJK, 2012b, p. 114).

Conforme van Dijk (2012b, p.114), necessita-se considerar o modo como os atores sociais “analisam e representam os entornos e as situações sociais em geral”, pois é relevante que, na construção dos seus próprios modelos mentais pessoais, os agentes sociais utilizem maior número de capacidades gerais para a compreensão do texto, que são imperativos para a vida em sociedade. Ou seja, apesar da complexidade das situações sociais que os sujeitos se envolvem, os

atores sociais necessitam traduzir a informação, ou seja, alterar, atualizar e formar *on line* os modelos de contexto, para isso utilizam-se de um número pequeno de categorias que são constituídas organicamente por van Dijk (2012b, p. 94).

Isso significa, conforme o estudioso, que os participantes usarão um número mínimo de “esquemas de modelos abstratos” relevantes que se repetem para o entendimento do discurso, mas alterável dependendo da cultura ou por causa da percepção dos sujeitos. Assim, vê-se que as categorias dos modelos de contexto são preenchidas *on line* na dinamicidade da situação única “por causa de circunstância e contingências da situação presente” (2012b, p. 94).

Van Dijk (2012b) destaca a categoria de Eu-mesmo citada como guia das produções discursivas. Nesse sentido, sendo os modelos de contexto um tipo de modelo mental subjetivo, como todos os demais modelos da memória episódica, independente de qualquer papel ou função social que o sujeito exerça, deve-se dar destaque à representação do próprio Eu do sujeito em suas práticas sociais. Percebe-se, então, que essa categoria além de constituir a relação entre os sujeitos e seus interactantes, também se apresenta como egocêntrica, sendo entendida como a categoria central dos modelos de contexto. Sobre o Eu-mesmo, van Dijk ressalta que “eles representam o modo como *EU* represento o que é meu entorno no momento, a situação em que *EU* estou pensando, agindo, falando, escrevendo, ouvindo ou lendo neste momento” (2012b, p. 114).

Sobre a representação dos participantes no discurso ou sobre a dimensão intertextual na elaboração da notícia, é crucial notar que van Dijk (2012b, p. 115) os apresenta de forma simples: ou seja, conforme tais sujeitos são conhecidos na sociedade “a partir de esquemas de percepção de pessoas”, podem aparecer no discurso como membros de determinada posição social relevante, sendo dessa forma um representante social vinculado a uma estrutura social de poder, *status*, crença ou conhecimento.

Van Dijk (2012b, p. 116) ainda apresenta a “representação dos entornos” como um detalhe relevante na caracterização do contexto sociocognitivo para ser

traduzido pelo interlocutor: ressalta que o ambiente, as ações em andamento, os conhecimentos dos envolvidos na interação e suas atitudes também são categorias relevantes para que os participantes tenham condições de fazer abstrações e possam tanto organizar no nível micro como no macro um contexto sociocognitivo compreensivo.

Entre as categorias elencadas por van Dijk (2012b, p. 118-119), vê-se em destaque também a necessidade de se descrever os objetivos e intenções dos atores sociais. O autor ressalta que para o estudo das situações comunicativas, além de questões como dados sobre o ambiente, os atores sociais e suas práticas, deve-se atentar também para as representações de elementos como as intenções, objetivos, entre outras propriedades mentais dos sujeitos.

No estudo da sociocognição, a intenção é vista como uma parte dos modelos mentais. A concepção de intenção para van Dijk (2012b, p.119-121) é definida “no sentido de intenções-de-ações” (plano) e também como uma das propriedades mentais dos indivíduos. Para o teórico, para que haja interação a partir da fala e do discurso é crucial que os sujeitos representem mentalmente as intenções uns dos outros. Ou seja, a partir de intuições os interactantes necessitam “reconstruir a intenção comunicativa do falante e, para isso, precisam empenhar-se em várias estratégias”, ou seja, “os modelos de contextos têm as intenções como seus constituintes, a saber, as propriedades ‘mentais’ dos participantes” (2012b, p.119-121).

No entanto, van Dijk (2012a, p. 161) descreve que as intenções podem ser negadas. E as estratégias para a negação desse tipo de ação são bastante persuasivas. Ele exemplifica tal ação dizendo que um jornal pode publicar recorrentemente e com destaques notícias, divulgando recorrentemente crimes e ações ruins cometidos pelos afro-descendentes e outras minorias, mas ao mesmo tempo defender essas ações jornalísticas, alegando que estão informando a veracidade dos fatos. A negação da intenção, conforme van Dijk, aparece com as seguintes estruturas oracionais: “Eu não quis dizer isso”; “Você entendeu errado” (VAN DIJK 2012a, p. 161).

Em relação aos objetivos, van Dijk (2012b) apresenta ainda o seguinte esclarecimento:

Note-se que as intenções são diferentes de objetivos, que de acordo com minha definição são a mesma coisa que *propósitos*, a saber, modelos mentais de ações com suas consequências esperadas. Por exemplo, posso ter a intenção de ler o jornal enquanto meu objetivo é recolher informações ou opiniões sobre acontecimentos recentes. (VAN DIJK, 2012b, p. 120).

Portanto, van Dijk (2012b) descreve que a relevância do estudo das intenções na análise dos contextos se estabelece a partir do momento em que os interlocutores necessitam construir a si mesmos como engajados intencionalmente em uma ação discursiva interativa. Um exemplo pode ser visto quando um jornalista ou um falante qualquer direciona a conversação ou escreve uma reportagem para uma revista, jornal ou ao ler um livro. Já os objetivos estão vinculados mais a uma ideia de futuro, ou seja, ao empreendimento de uma ação que dará resultados positivos ou negativos em um momento posterior.

Sobre a gestão do controle do conhecimento pessoal, social específico e sociocultural geral no processamento para uma compreensão eficiente do discurso, Teun van Dijk (2012b) destaca que o conhecimento sociocultural geral compartilhado em determinada comunidade exerce um papel imprescindível como condição para a compreensão e produção dos discursos na sociedade. O teórico ainda aborda em sua obra que o conhecimento desempenha papéis de grande importância nos modelos de contexto, já que ao se expressarem os sujeitos precisam intuir os conhecimentos e as crenças dos seus interlocutores para que sua fala seja adequada à situação comunicativa.

Van Dijk afirma que uma das teses cruciais de ter desenvolvido o seu estudo sobre o contexto se baseia no entendimento de que o discurso é produzido e compreendido “sob o controle dos modelos mentais de contextos”. Um dos elementos que constitui esses modelos mentais é o mecanismo de gestão de conhecimento que estabelece “os modos como o conhecimento pessoal ou

socialmente compartilhado dos falantes é administrado para produzir discursos ou interpretações apropriados” (2012b, p. 133).

Assim, van Dijk (2012b, p. 122) resume tal processo de gestão do conhecimento, dizendo que os modelos de contexto apresentam em sua constituição como um dos seus componentes um elemento que o autor denomina de mecanismo K. Esse elemento regula aquilo que deve e aquilo que não deve ser expresso no discurso. Van Dijk (2012b, p. 150) relata em síntese o seguinte processamento do texto e atuação do mecanismo K no universo de uma instituição jornalística.

O ‘conhecimento do evento’ que será objeto da reportagem também é um modelo mental da memória episódica, construído com a informação de um ou mais textos-fonte, juntamente com conhecimentos socioculturais políticos mais gerais, a respeito desses eventos. Portanto, quando começa a escrever, o jornalista tem um modelo (semântico) do evento bem como um modelo de contexto parcial (um ‘plano para a redação de notícias) que controlarão a escrita efetiva e serão adaptados localmente e à medida; por exemplo, quando para cada aspecto do evento que está sendo descrito é preciso calcular o tanto que os leitores já conhecem – a saber, mediante as estratégias do dispositivo K. Ao mesmo tempo, o jornalista precisa aplicar um certo número de normas e valores profissionais, avaliando, por exemplo, valores de notícia, que calcularão quais aspectos do evento são mais ou menos dignos de ser noticiados, uma condição que vai controlar muitos aspectos da redação da notícia, desde a seleção dos assuntos e a formulação das manchetes até as estruturas e a colocação em primeiro e segundo plano, estilo, retórica e semântica local (por exemplo, dar muitos ou poucos detalhes sobre aspectos particulares do evento). (VAN DIJK, 2012b, p. 150).

Diante da importância do mecanismo K, van Dijk (2012b) relata ainda que não há um estudo empírico e teórico sobre a atuação do mecanismo no momento do processamento do discurso, mas adverte que, como os modelos mentais se constituírem por categorias simples, o analista não deve supor que os sujeitos ao produzirem ou ao compreenderem determinado discurso mobilizem uma grande quantidade de conhecimento. Desse modo, o sujeito produtor de notícias, por exemplo, na realidade, pressupõe os possíveis conhecimentos dos receptores.

Portanto, no âmbito dos estudos críticos do discurso é importante situar a dimensão de investigação dos contextos nas cercanias da instituição midiática ou jornalística, empresa, órgão governamental, política da elite e analisar, a partir do

acesso preferencial, como a instituição controla a interpretação de eventos envolvendo questões sobre as minorias.

Van Dijk (2012a, p. 244) salienta também que devido à importância dos modelos mentais para a produção e compreensão do discurso, pode-se inferir que o discurso manipulativo objetivo, sobretudo, “formação, a ativação e os usos de modelos mentais na memória episódica”. Assim, se os atores sociais produzem o texto, pretendendo que o leitor ou ouvinte interprete a definição do discurso conforme eles representam, é necessário que o receptor forme em sua memória episódica modelos mentais que os manipuladores almejam, ao menos, não tenham a liberdade de se entender às falas ou os escritos desfavoravelmente aos intentos dos manipuladores.

Nesta seção, foi vista a importância do aspecto contextual sociocognitivo para o analista crítico do discurso em seus estudos, tendo em vista que uma análise do contexto mostra o porquê dos discursos serem como são em determinada situação. Entretanto, para melhor compreensão da teoria do contexto, é importante também o estudo de outro nível de análise que, conforme o autor afetam as mentes dos receptores, identificado por Teun van Dijk (2012a, p. 145), como estruturas ou estratégias que se apresentam tipicamente para retratar os outros no discurso midiático. É o assunto que será visto na próxima parte.

3.3.6 Categorias e estruturas discursivas (globais e locais) de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

Nesta parte da dissertação serão elencadas as categorias para análise das notícias do jornal *Folha de S. Paulo*. As categorias selecionadas são validadas para a interpretação de qualquer discurso polarizado que verse sobre uma questão social que acarrete desigualdade e danos para grupos minoritários. Logo, nos próximos parágrafos observaremos que a coerência do texto não se encontra nos elementos linguísticos em si, mas é atribuído pelos leitores do jornal que já são presumidos pelo periodista. Além disso, veremos que as notícias podem adotar um esquema argumentativo que ratifica ideologias e crenças negativas

sobre as minorias. E por fim, são apresentadas algumas categorias para o estudo da ideologia no discurso do jornal *Folha de S. Paulo* no nível global e local das notícias.

Segundo van Dijk, as estruturas dos textos não são por si mesmas negativas ou manipuladoras, mas essas estruturas só podem ser compreendidas no âmbito de uma situação interativa específica definida e interpretada negativamente sobre determinado evento. Ou seja, as estruturas do discurso só “possuem tais funções ou efeitos em situações comunicativas específicas e na maneira pela qual estas são interpretadas pelos participantes em seus modelos de contexto”, já previstos antecipadamente pelo jornalista, por exemplo (2012a, p. 251). Van Dijk ainda esclarece que a “[...] avaliação crítica) do texto e da fala depende dos modelos de contexto dos receptores – incluindo seus modelos de falantes ou escritores e os objetivos e intenções a eles atribuídos” (2012a, p. 251). Assim, vê-se que os sentidos do texto não é uma atividade baseada nas estruturas objetivas em si, mas, são atribuídos pelos usuários da língua em um contexto situacional interativamente (VAN DIJK, 1987).

Van Dijk (1991) ressalta que os jornalistas na produção estratégica de seus discursos determinam um enquadramento ideológico do que consideram ser relevante sobre determinada temática envolvendo determinada minoria. Isto é, notícias seguem um esquema ideológico interpretativo argumentativo definido que legitima preconceitos étnicos, por exemplo. E tal manipulação é tão influente, sutil e indireta que faz com que os próprios leitores dificilmente duvidem do discurso noticioso, pois o consideram crível ao ponto de dizerem: “li ou vi na notícia que estava em tal jornal ou na internet” ou “você vê ou lê determinado fato todos os dias no jornal ou nas páginas dos jornais na internet.”

Segundo Apt, para influenciar a memória do receptor (2010, p. 40-43), na escrita o elaborador do texto evidencia alguns dados informativos sobre o tema ou objeto de discurso, salientando ou relembrando informações referenciais positivos sobre o grupo da elite e mitigando os dados negativos para não serem entendidos como relevantes na memória de curto prazo para a retenção do dado pelo leitor na memória de longo prazo. E assim, não sendo a informação negativa sobre o

endogrupo ou o nós alocada ou acrescentada na memória de longo prazo dos leitores e participantes de determinado evento sociodiscursivo, eles ignorarão tal conhecimento, por não considerá-lo relevante. Logo, para chamar atenção para seu ponto de vista, a partir de sua interpretação da realidade e de seu grupo, o jornalista explora os diversos níveis do discurso para que determinado posicionamento ideológico seja ratificado, com base na interpretação das situações comunicativas ou práticas discursivas do jornal e, conseqüentemente, influenciar as interpretações futuras do leitor.

Para complementar, esse entendimento, van Dijk relata que tal olhar sobre as estruturas discursivas baseadas no consenso étnico dominante expõe as ideologias que se encontram subjacentes ao discurso e que acarretam determinada representação social negativa do negro. Logo, a análise aponta as estratégias de polarização ideológicas de “autoapresentação positiva e apresentação negativa do outro” utilizadas em nível global e local do discurso (2012a, p. 224).

Neste trabalho serão utilizadas, conforme van Dijk (2012c, p. 34), algumas categorias de investigação da ideologia inclusas no domínio do discurso, relacionadas ao significado, à argumentação, à retórica, ao estilo, etc. que serão objeto de investigação tanto no nível global, bem como no nível local, de análise do texto. Essas categorias servem para a explicitação da forma como várias ideologias, sobretudo, as que se referem ao racismo e o antirracismo, apresentam-se em diversas estruturas nos discursos. Apresentamos algumas das categorias já definidas por van Dijk, em seus diversos estudos sobre racismo e ideologia:

Comparação: ocorre quando os discursos apresentam a comparação entre os membros do intragrupos ou endogrupo e os extragrupos ou exogrupo. Van Dijk (2012c, p. 36) diz que “no discurso racista, extragrupos são comparados negativamente e intragrupos positivamente. No discurso antirracista, por exemplo, pode-se comparar negativamente nosso país ou governo com repugnantes regimes antidemocráticos”.

Isenções ou ressalvas: engloba as estratégias de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa, mas agora se vê tal polarização através de estratégias sintáticas que se apresentam da seguinte maneira em van Dijk (2012a):

Negação aparente: Nós não temos nada contra negros, mas...
 Concessão aparente: Alguns deles são inteligentes, mas em geral...
 Empatia aparente: É claro que os refugiados tiveram problemas, mas...
 Ignorância aparente: Desculpe-me, mas...
 Inversão (culpar a vítima): Não eles, mas nós e que somos as reais vítimas...
 Transferência: Eu não me importo, mas meus clientes... (2012a, p. 142).

Eufemismo: conforme van Dijk (2012c, p. 38), o eufemismo seria “um ato semântico de suavização”, isto é, o eufemismo é utilizado como uma estratégia de atenuação do sentido negativo de um termo. Ele atua como protetor da imagem ou da face do interlocutor, como estratégia de polidez em determinados contextos que traz alguma opinião negativa sobre os outros. A mesma estratégia também pode ser aplicada às ações ruins do endogrupo. Desse modo, as ações preconceituosas e discriminatórias do grupo de dentro serão mitigadas como “ressentimento ou tratamento desigual” e não como racismo (2012c, 38).

Evidencialidade: caracteriza-se por ser uma amostra, um exemplo que comprova a veracidade da informação, conhecimento ou a opinião que se argumenta. Isso ocorre através de líderes de instituições, figuras de autoridade ou por diversos outros meios de se tornar evidente o fato, a partir de dados que digam “como ou onde eles conseguiram as informações” (2012c, p. 39). Essas evidências mostram “objetividade, confiança e credibilidade” já que, por meio de narrativas descritas pelas próprias vítimas pode-se obter a empatia do público. O fenômeno linguístico da intertextualidade que possibilita a relação entre diferentes vozes no discurso pode também ser encontrado a partir dessa categoria.

Generalização: é percebida quando, ao invés de evidenciar os fatos com histórias concretas de sujeitos ou instituições participantes do caso, o escritor ou o falante em seu discurso generaliza o acontecimento sobre toda uma minoria, por exemplo. Assim também, como relata van Dijk (2012c, p. 40), em muitos

momentos ocorre à generalização de um suposto ressentimento ou desgosto de uma nação sobre determinado fato, sendo essa estratégia vista como um argumento populista, como se pode ver na utilização dos termos ‘as pessoas’, ‘todos’, em discursos.

Implicação: van Dijk (2012c) relata que os falantes, porta-vozes de determinada ideologia, não necessitam esgotar seus posicionamentos sobre tudo que sabem sobre determinado evento, pois eles implicam os conhecimentos implícitos na mente dos leitores e ouvintes. Isto é, a maior parte do discurso se encontra velado, mas tais conhecimentos, dados, informações podem ser inferidos, pois são partilhados na sociedade (crenças sociais) como componentes dos modelos de evento ou atitudes explicitadas no discurso.

Imprecisão: essa categoria ocorre quando o interlocutor em debates sobre questões envolvendo racismo, imigração etc. faz uso de expressões vagas ou expressões sem um referente direto para insinuar determinado posicionamento impreciso e generalizado sobre alguma minoria ou referente não definido. Van Dijk (2012c, p. 47) descreve que entre as estratégias mais comuns temos “quantificadores vazios (‘pouco’, ‘muito’), advérbios (‘muito’), substantivos (‘coisa’) ou adjetivos (‘baixo’, ‘alto’), entre outras expressões que podem ser comuns em tais discursos”.

Vimitização, juntamente com a dramatização e a polarização: conforme expressado por van Dijk (2012c, p. 47) essa categoria atua em conjunto na organização de histórias sobre dados envolvendo relações étnicas e histórias sobre imigrantes. Assim, ao lado da polarização entre Nós e Eles e da diferenciação entre o intragrupo e o extragrupo, há a escolha de histórias negativas e comoventes sobre as minorias, com a utilização de personagens como os cidadãos pobres e crianças para enfatizar o lado negativo dos outros.

Hipérbole: entendida como uma figura retórica, as hipérboles “são instrumentos semânticos para a intensificação do significado”. Para van Dijk (2012c, p. 40-41), a hipérbole também atua na manutenção da polarização do endogrupo *versus* o exogrupo. Van Dijk diz que a hipérbole é utilizada para enfatizar as propriedades

negativas dos outros, assim, tais características são expressas de modo hiperbólico, todavia as nossas atitudes ruins são descritas de modo minimizado. Essa estratégia pode ser vista também com expressões do tipo “terrível” como também com o uso de “extremamente opressores”.

Ironia: a estratégia do uso da ironia, para depreciar os outros, não se mostra diretamente, conforme o teórico sociocognitivista (2012c, p. 41-42). A ironia apresenta-se sutilmente como uma categoria que serve também aos usos da ideologia para expressão mais leve, mas nem por isso menos persuasiva de favorecimento do endogrupo: assim, ao se falar sobre imigrantes, a ironia também pode servir para depreciar requerentes de asilo, com a utilização das expressões “Descobrem de repente” [...] para indicar que os imigrantes, quando estão em um novo país, tem uma “descoberta súbita” de que não estão lá somente a passeio, mas que eles vieram ao país para se estabelecer.

Lexicalização: por meio da escolha de itens lexicais específicos a nível local e global de investigação, van Dijk (2012c, p. 42) assevera que conceitos e crenças negativos são propagados sobre outros grupos. Segundo o teórico, ainda, significados parecidos podem ser emitidos de diversas maneiras com o uso variado de expressões, dependendo do posicionamento, intenção, papel e ponto de vista de quem fala, ou seja, “como uma função das características do contexto” (2012c, p. 42). No trabalho desenvolvido por van Dijk (2012c, p. 42), ele observou diferenças nos vocábulos utilizados pelos racistas e antirracistas na propagação de seus discursos. O autor percebeu “expressões como “imigrantes econômicos”, “falsos requerentes de asilo” ou “aproveitadores de benefício”, mas também que “a lexicalização em favor dos refugiados pode focar nos aspectos negativos dos regimes totalitários e seus atos, como em “opressão”, ‘esmagamento’, ‘tortura’, ‘abuso’ ou ‘injustiça’” (2012c, p. 42) .

Estrutura sintática: por meio das estruturas sintáticas van Dijk (2012a, p.228) (2012a, p.79) percebeu que os integrantes da elite em seus diferentes níveis de autoridade, a serem inferidas, quando envolvidos em situações negativas são, no discurso, alocados em posições posteriores ou simplesmente retirados da oração, e quando se apresentam em notícias favoráveis ao endogrupo são topicalizados.

Já os integrantes do exogrupo ou minorias aparecem na maior parte das vezes em posições posteriores, dentro de uma estrutura sintática como pacientes de alguma ação, somente se tornando agentes e topicalizados no texto, quando envolvidos em ações negativas. Assim, vale destacar que essa estratégia pode ser utilizada tanto nas manchetes, como no corpo do texto, ou seja, tal estratégia se apresenta em vários níveis de análise do texto.

Autoridade: esta categoria está relacionada às outras vozes de poder evocadas por algum elaborador de uma prática social para basear sua fala. Normalmente, conforme van Dijk (2012c, p. 35), pessoas com autoridade utilizam fontes que estariam “acima da discussão”. Van Dijk ressalta que ao se recorrer a diversas autoridades tem-se também a junção de diversas ideologias que ratificariam uma determinada causa, sobre isso van Dijk explica ainda que “pessoas com diferentes ideologias geralmente citam várias autoridades” (2012c, p. 35).

Tema (macroestrutura semântica): é caracterizada por ser o tópico noticioso coberto pelos jornalistas ou o assunto que é estabelecido pelo professor ou a matéria que é decidida para ser discorrida, conforme van Dijk (2012a, p. 120).

Descrição de atores/agentes: segundo van Dijk (2012c; 1987), a maneira como descrevemos os atores sociais no discurso pode revelar as ideologias que fazemos parte. Normalmente os participantes do endogrupo, nos discursos da elite, são descritos de forma neutra ou positiva. Já os integrantes do exogrupo, são descritos de modo desfavorável.

Sobre as polarizações ideológicas no discurso, van Dijk ressalta ainda que a representação negativa do outro consiste na classificação tendenciosa negativamente das pessoas do extragrupo e até mesmo a cisão entre o intragrupo como “bom” e o extragrupos como “mau”, fundamentados assim em normas e valores. A autoapresentação positiva destacaria o lado positivo de seu grupo, como também de sua própria ação, em que ocorre o controle da imagem positiva individual ao dizer “(Eu não sou racista, mas...) ou uma forma mais coletiva, na qual o orador enfatiza as características positivas do seu próprio grupo, assim como o próprio partido ou país” (2012c, p. 45-46). Sobre tal estratégia global, van

Dijk ainda relata que ocorre o destaque da própria empatia do endogrupo, como apoiadores dos direitos humanos e atores sociais que agem dentro da legalidade. Portanto, percebe-se que são essas ações é que gerenciam as cognições sociais, pois ela é fundamentada “no esquema positivo do “eu” que define a ideologia de um grupo” (2012c, p. 45-46).

Selecionamos, para a análise global das estratégias discursivas (VAN DIJK, p. 120), seis categorias a partir, principalmente, das propostas estabelecidas por Van Dijk (1987, 2012a, 2012c), a saber: temas mais comuns (macroestruturas semânticas) (VAN DIJK, 2012a, p.120), atores sociais, lexicalização, estruturas sintáticas, imprecisões e implicações.

Assim, essas categorias discursivas globais podem ser observadas por Teun van Dijk (2012a) nos tópicos mais comuns quando se refere à minoria étnica na notícia, em abordagens como crimes, violências, motins, desvios, violações, badernas, sujeiras, diferenças, hábitos, religiões, ameaças, agressão, roubos etc: são as definições negativas mais recorrentes. E, deste modo, ao invés de ver as diferenças, por exemplo, em relação aos hábitos, roupa, alimentação, pensamento e língua como componentes enriquecedores para a construção de uma pluralidade cultural e racial, ocorre a denegação de tais singularidades, sendo estas categorizadas como coisas excêntricas e divergentes e muitas vezes usadas como justificativas para se compreender os insucessos de negros na educação e no trabalho na sociedade.

Antes de explicitar as categorias discursivas escolhidas no nível local é importante destacar que a escolha de grande parte das categorias no plano local do texto valeu-se das obras de van Dijk (2012a, 2012c) como também das especificidades do gênero escolhido. Além disso, vale destacar que a opção por algumas categorias do artigo “Política, Ideologia e Discurso de Van Dijk” (2012c) ocorreu em virtude de o ambiente político ser, assim como o jornalístico, um domínio que processa suas práticas discursivas baseando-se fortemente em ideologias.

O nível local das notícias também serve aos usos e funções do poder ilegítimo nas notícias (VAN DIJK, 2012, p. 136), no qual se percebe a fundamentação dos

tópicos negativos sobre os negros, valendo-se de estruturas oracionais específicas. Esses elementos, expressões, estruturas linguísticas e esquemas linguísticos são utilizados ideologicamente para justificar, apoiar e sustentar estrategicamente o tema global. Pode-se considerar, como exemplo, as concessões aparentes, que são elogios seguidos de ressalvas que servem de pano de fundo para apresentar a definição sociocognitiva da elite sobre as minorias no texto, ou seja, o argumento a ser defendido sobre eventos envolvendo minoria em notícias que também “influenciam na formação e mudança de modelos mentais” (VAN DIJK, 2012a, p. 123). Portanto, vê-se também no nível local que, além do enfoque negativo sobre os outros, há ainda, ao mesmo tempo, a proteção da face positiva do jornal.

Dessa forma, a partir dos estudos de van Dijk, elencamos um conjunto de categorias advindas de domínios do discurso para a análise da polarização ideológica no nível local de textos a partir de uma perspectiva crítica: comparação, isenções ou ressalvas, eufemismo, evidencialidade, generalização, implicação, imprecisão, vitimização, hipérbole, ironia, lexicalização, estrutura sintática e autoridade.

Todas essas estratégias listadas, conforme van Dijk (VAN DIJK, 2012a, p. 136), podem ser aplicadas nos diversos níveis do discurso. Além disso, elas constituem a polarização “de um grupo discursivo (des/enfatizar ou não as coisas boas/más Nossas/Deles) encontrada em todos os discursos ideológicos” (2012a, p. 253) e possibilitam, ainda, ao estudioso observar e explicitar as ideologias que são reverberadas de distintas maneiras (VAN DIJK, 2012c, p. 34). Logo, com essas categorias, van Dijk ressalta que a investigação das estruturas e estratégias do discurso não se restringe somente à análise global e local de um discurso preconceituoso ou discriminatório, mas também se busca alcançar uma compreensão pormenorizada do modo como os textos escritos e falados gerenciam a mente dos atores sociais. O teórico destaca, assim, além da relevância da análise sociológica e política sobre as ideologias na sociedade, a análise da vinculação entre contexto social, discurso e cognição, pois é ela que esclarece a forma como “as ideologias e os preconceitos étnicos são expressos, transmitidos, compartilhados e reproduzidos na sociedade” (2012a, p. 138).

As investigações sobre a perpetuação do racismo pelas práticas discursivas da imprensa jornalística devem agregar questões sociais, políticas, econômicas e culturais para ser feita em detalhe uma análise pormenorizada da reprodução do discurso que perpetua o racismo. Embora a imprensa explicita uma imagem de isenção e tolerância, ela está incluída no mecanismo de dominação ideológica racista, mas ela não pode ser a única culpada, pois outros grupos estão envolvidos direta ou indiretamente.

Dessa forma, a análise discursiva global e local (VAN DIJK, 2012a, p. 122-123), neste trabalho, permite o exame das estratégias que a imprensa utiliza para legitimar determinado consenso ideológico sobre as minorias étnicas envolvidas na polêmica sobre o livro de Lobato. Portanto, a análise discursiva global e local baseada nos diversos estudos de van Dijk sobre racismo, ideologia e discurso, entre outras questões, busca detectar as estruturas linguísticas utilizadas estrategicamente em contextos únicos para ratificar um enquadramento sobre questões envolvendo a temática étnica.

Assim, vimos que no exame dos mecanismos estruturais e estratégicos do domínio da imprensa vale analisar o seu contexto sociocognitivo com vistas a descobrir por que e como os sujeitos dessas instituições se engajam na produção de práticas sociais que condicionam sociocognitivamente o leitor. Como também, vimos como os discursos e suas estruturas linguísticas podem favorecer a sustentação e (re) produção de atitudes, ações, representações sociais negativas sobre os negros.

No próximo capítulo, analisa-se a partir de alguns estudos de Teun van Dijk e de outros estudiosos do discurso jornalístico as principais características dos gêneros discursivos jornalísticos, além de outras estratégias em um nível multimodal, que corroboram para a análise das estruturas e estratégias ideológicas das notícias.

4 ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS DO DISCURSO JORNALÍSTICO: ASPECTOS TÉCNICOS E MULTIMODAIS DAS NOTÍCIAS

Neste capítulo, inicialmente abordam-se alguns estudos de van Dijk sobre o discurso jornalístico racista na Europa, com reflexão sobre a abertura do discurso jornalístico para o discurso antirracista. Logo após, tem-se uma reflexão sobre os discursos jornalísticos no Brasil. Por fim, observam-se algumas estratégias do discurso jornalístico para captar seus leitores, a partir dos estudos de alguns teóricos que analisaram a estrutura da notícia, além da proposta de Teun van Dijk.

Para a explicitação do consenso social sobre questões de racismo, Teun van Dijk (2012a, p.134) destaca que a definição de racismo dificilmente é vinculada a discurso. O autor esclarece que há sim uma associação entre eles, já que o discurso para van Dijk (2012a) ocupa um lugar especial no coração do racismo. Logo, o discurso pode ser entendido como “uma forma de discriminação verbal”, como também um tipo ardiloso de influência discriminatória. Mas van Dijk (2012a) informa que nem todas as práticas racistas são sempre planejadas, pois muitas vezes encontram-se naturalizadas, todavia elas são advindas de ideologias racistas e preconceitos dos quais se infere representações sociais mentais que são partilhadas na sociedade, sendo tendenciosamente orientadas sobre a maneira do *Nós* se referir a *Eles*.

Para análise dos discursos ideologicamente baseados, é importante a compreensão de discurso para van Dijk. O discurso, para o teórico (2012a, p. 135), é compreendido como um “evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular.” O autor apresenta também a compreensão do discurso em um sentido semiótico mais abrangente, quando relata o aspecto multimodal do discurso, englobando “desenhos, imagens, gestos, expressões faciais” (2012a, p. 135).

Em “Discurso das elites e racismo institucional”, Teun van Dijk (2015) apresenta a concepção de discurso como um ato, isto é, como uma prática social que se sobrepõe a outros atos dos sujeitos, tendo em vista que é por meio dos textos que

as crenças e ideologias racistas, sexistas, etc. são reproduzidas, adquiridas, legitimadas e naturalizadas. O autor descreve (2012, p.12) que o discurso no âmbito dos ECD é analisado não somente como um artefato linguístico autônomo, mas sim como “uma interação situada, como prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”.

Van Dijk (1987) apresenta uma investigação feita na Holanda sobre o pânico da imprensa holandesa diante da chegada de imigrantes em seu território, considerando que a Holanda tinha um mito de ser hospitaleira. Então, para justificar o termo pânico, para se referir ao estado da mídia sobre aquele caso, o autor analisou, a frequência, temas, estilo, entre outras estratégias reproduzidas por alguns jornais europeus que falavam sobre tal evento. Van Dijk percebeu que a maioria dos periódicos realçava as políticas e posições oficiais, como também as decisões governamentais, e, ao mesmo tempo, enfatizavam as propriedades negativas da presença dos imigrantes naquele território. Desse modo, valendo-se desse trabalho van Dijk (1987) pôde observar como a mídia jornalística, utilizando de suas estratégias institucionais e ideológicas, (re) produziu e legitimou determinada definição, enquadramento ou representação sobre um grupo de imigrantes que ainda não era conhecido pelos holandeses.

Outro fator relevante percebido por van Dijk (2008) refere-se à abertura que atualmente é possibilitada pelos jornais, no Brasil, aos seus leitores para a manifestação de seu posicionamento sobre determinado assunto envolvendo questão racial. No trabalho dirigido por van Dijk (2008), vê-se que o discurso antirracista se apresenta em maior número hoje nos jornais, mas também que se apresentam as resistências dos racistas a essas denúncias:

[...] em cartas publicadas de leitores negros, foi recorrente a queixa sobre o uso de palavras raciais de cor (tais como negro, preto ou escuro) com sentido pejorativo ou negativo. Por outro lado, a leitura atenta dos jornais também apontou para a sistemática negação ou desdém de brasileiros brancos e letrados por essas queixas: podemos ver que o maior obstáculo à luta antirracista no Brasil continua sendo a invisibilidade do próprio racismo para os brasileiros brancos (2008, p. 94).

Em “Power and the News Media” (1995), van Dijk descreveu, analisando os jornais europeus, que o ressentimento popular é muitas vezes aproveitado para confirmar, legitimar e (re) produzir estereótipos sobre os negros no discurso jornalístico, quando há a possibilidade dos leitores enviarem seus posicionamentos nas seções de cartas de os leitores. O teórico descreveu nesta pesquisa que embora exista uma legislação e normas que proíbem o racismo, em tais partes do jornal vê-se que há uma total abertura para textos explicitamente preconceituosos.

O autor explica que o acesso disponibilizado ao público em geral, em assuntos étnicos, é conveniente e dificilmente é rejeitado. Os sujeitos que emitem seus posicionamentos preconceituosos, ou seja, os leitores brancos, em sua maioria, desse jornal dificilmente teriam a oportunidade de emitir seus posicionamentos se fosse feito um corte social, nas páginas do jornal. Com essa abertura, para o posicionamento do público do jornal, a imagem positiva da instituição se mantém, e as opiniões que seriam promulgadas em um âmbito local são disponibilizadas em nível nacional, conforme o teórico.

Com isso, mais uma vez as interpretações comumente manifestadas sobre o racismo na sociedade se mantém, pois a instituição jornalística, por meio das notícias define a situação étnica de determinada maneira e contagia também outros gêneros do jornal, como foi explicitado por Hernandez (2012). Para este teórico, a charge, o editorial, a carta dos leitores etc. persuasivamente são influenciadas pelas notícias e influenciam também os leitores a adotarem a posição das elites discursivas sobre o evento e, como decorrência, a mensagem naturalizada nem precisará ser enfaticamente mostrada, pois alcançará o consenso.

Outra tática ressaltada por van Dijk (1991) é a ambiguidade comum dos jornalistas na emissão de argumentos sobre as minorias. Essa estratégia consiste na elaboração de uma imagem positiva do jornal quando ele ressalta a consciência sobre normas éticas de tolerância e necessidade de conformidade com a lei e as resoluções que não admitem nenhum tipo de preconceito, mas ao

mesmo tempo focaliza cotidianamente em temas e histórias que ratificam ideologias, opiniões e atitudes negativas sobre e contra minorias.

Sobre isso, o teórico destaca que os jornalistas podem afirmar boas finalidades aparentemente quando apresentam contra-argumentos, dizendo que também escrevem coisas positivas sobre os outros, ou seja, as minorias. No entanto, quando já não possuem argumentos defensáveis, apelam muitas vezes para a descredibilização da pesquisa crítica, dizendo que ela não seria válida ou científica, por possuir “viés”. Sobre isso, van Dijk (2012a) declara que tais argumentos “necessitam de uma análise crítica”, já que o estudo crítico socialmente engajado “não implica menor rigor na pesquisa” (VAN DIJK, 2012a, p. 16).

Van Dijk (2008), a partir das investigações feitas por estudiosos brasileiros, do discurso produzido em diversos âmbitos no Brasil declara ainda que o negro nos jornais esteve normalmente circunscrito aos cadernos policiais, vinculados à criminalidade, nas páginas esportivas de futebol, retratando o aspecto corporal atlético ou nas páginas de cultura, ressaltando os cantores ou os ritmos baianos. Além disso, os negros nessas seções citadas foram configurados de forma ativa, enquanto nos outros cadernos o negro é retratado como paciente, ou seja, agente sobre o qual recai a ação dos outros; já os brancos foram concebidos como representantes naturais ativos de benfeitorias, não sendo, por isso, estigmatizado ou exotizados.

Portanto, van Dijk expõe que globalmente assuntos e vocabulários negativos sobre a minoria negra nas notícias são escolhidos pela imprensa para enriquecer o modo de interpretação dos assuntos étnicos por meio de estereótipos e representações sociais negativas convencionais que atribuem aos negros à responsabilidade de muitos dos problemas da nação, por um lado, em contraste com a influência positiva a nossa sociedade e as atitudes das elites como benévolas e compreensíveis, por outro. Desse modo, fatos positivos sobre a minoria negra são muitas vezes não alardeados, quando não, censurados.

Ao associar contexto sociocognitivo e texto, pode-se observar que, no estudo da dimensão discursiva destacada por Teun van Dijk (2012a), as elites, em uma posição de poder na sociedade controlam e (re) produzem o que é escrito ou falado pelo corpo social. Assim, quando dizemos que as estruturas dos discursos são controladas e influenciadas, explicita-se que tanto no nível lexical, gramatical, fonológico, morfológico, semântico e até em nível de tópico, temas, e mudança de temas, metáforas, há escolha de uma maneira adequada e estrategicamente formulada para favorecer a maneira de os sujeitos leitores interpretarem o contexto do texto etc, pois em todos esses aspectos se reproduzem ideologias.

Nilton Hernandez, a partir dos estudos da Semiótica Discursiva¹⁵, em *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público* (2012) pode contribuir com os estudos críticos, ao dizer que no âmbito da instituição jornalística e fora dela o acesso ao discurso torna-se um bem que não é distribuído de forma igualitária a todos. Logo, no contexto da imprensa, determinados jornalistas são os atores sociais imbuídos de relatar aos leitores ou ouvintes os acontecimentos que foram entendidos como importantes o bastante para se tornarem fatos (2012, p. 23).

Dessa maneira, no campo jornalístico, os autores necessitam fazer um recorte da realidade, ou seja, faz-se uma triagem das histórias que podem de certa forma repercutir na vida dos sujeitos. E, além disso, nas cercanias da hierarquia jornalística, estabelece-se também, por meio de reuniões, a seleção do que é relevante entre milhares de notícias que chegam para serem avaliadas. Com isso, vê-se que a isenção, a objetividade, a verdade, a imparcialidade e a neutralidade somente são como relata Hernandez, efeitos de sentido, já que, como se viu no tópico sobre a ideologia não é “possível o acesso ao real sem um recorte ideológico, sem atribuir valores aos acontecimentos”, excetuando a base comum, conforme van Dijk. Hernandez relata ainda que “quando um jornal constrói um discurso em que afirma mostrar a realidade, já está utilizando um recurso de persuasão” (2012, p. 23).

¹⁵ Conforme Nilton Hernandez (2012, p. 13) a semiótica discursiva também pode ser chamada de semiótica de origem francesa, tendo Greimas e seguidores como precursores.

Outra questão ressaltada por Hernandez (2012) que contribui para a análise do discurso do ambiente jornalístico refere-se à diferenciação que é feita entre gêneros opinativos, objetivos e interpretativos na organização do jornal. Essas diferentes categorizações seriam outra estratégia de formulação de crenças, sobretudo, “na pretensa possibilidade de controle do leitor, do ouvinte, do internauta ou do telespectador sobre a forma de abordagem de um acontecimento” (2012, p. 23).

Logo, existe uma crença de que somente nos editoriais ou nos comentários dos jornalistas ter-se-ia a opinião da instituição jornalística. No entanto, Hernandez explica que dificilmente alguém questiona que seja possível narrar uma história qualquer de modo objetivo. Sobre isso, Hernandez destaca que quanto mais complexo for o tópico abordado na matéria jornalística mais escolhas, recortes, encaixes, valorização ou desvalorização etc., deverão ser feitas pelo jornalista, devido ao ponto de vista ideológico que fundamenta tal instituição.

Hernandes salienta que o jornalismo impresso apresenta bastante similitude com a arquitetura disponibilizada nos sites de jornal *on line*. Assim, conforme o teórico pode-se “utilizar — com adaptações — os conceitos de espaço/ nível de atenção propostos para as publicações em papel”. Desse modo, o suporte jornalístico pode ser passível de diversas divisões, tanto no jornal impresso como no *on line*. Hernandez (2012, p. 239) descreve algumas das divisões que ocorrem tanto no jornalismo impresso como também no jornalismo da internet entre cadernos, módulos e blocos. O autor define os cadernos como “rígidos blocos de assuntos” que se destinam a falar, sobre, por exemplo, questões internacionais, culinária, política, cultura, educação etc. Segundo Hernandez (2012, p. 194), em uma entrevista feita a jornalistas do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a divisão do jornal em cadernos, um dos responsáveis pelo projeto gráfico do jornal disse: “segmentamos o jornal em cadernos e suplementos, de modo a organizar psicologicamente a leitura e atrair novas frações do eleitorado”. Ou seja, tal disposição estratégica das notícias e dos cadernos no jornal tem como objetivo a “organização da leitura”, induzindo a compreensão do leitor.

Outro ponto que é destacado por Hernandes (2012), em seus estudos sobre algumas das estratégias utilizadas pelo discurso do jornal, da revista, da TV do rádio e da internet para apreender e manter a atenção dos leitores e telespectadores refere-se à divisão que ocorre das páginas jornalísticas em módulos e blocos. Sobre isso Hernandes explica que:

Devemos lembrar também que as leis de diagramação [...] estão baseadas na maneira de um ocidental ler um texto verbal: uma sequência de começo, meio e fim, da esquerda para a direita, da parte de cima para a parte de baixo. E que não se trata de algo “natural”, como pode parecer. [...] Os módulos interessam ao trabalho por diversos motivos. Inicialmente, permitem visualizar as hierarquias e “leis” expostas, já que são meios de organização espacial dos elementos. Cada página é um módulo formado por outros módulos menores. [...] Módulos, portanto, expõem a existência de hierarquias internas e externas de unidades. [...] Quanto maior o bloco, maior a importância da notícia. [...] Cada módulo submete diferentes elementos (fotos, títulos, gráficos) a uma única forma, a gráfico-plástica, e força o olhar do leitor a relacioná-los visualmente. É o módulo que faz o papel de “unificador” mais importante de elementos ao determinar a inter-relação espacial entre as unidades (2012, p. 192-193).

Embora apenas alguns elementos visuais sejam explorados para ambientar as notícias do *corpus* desse trabalho, vale articular as contribuições dadas por Hernandes (2012) com as estratégias discursivas descritas por van Dijk (2012a). Desse modo, observa-se que os jornalistas dispõem de diversas estratégias para controlar e conduzir a compreensão e a interpretação dos sujeitos, por exemplo, por meios da retórica, da argumentação, do cenário, da definição, da localização da notícia, do tamanho da notícia etc.

Outro ponto relevante a ser descrito sobre o discurso jornalístico refere-se à sua estrutura relativamente padronizada. Santos et al., em *Análise e produção de textos* (2013), apresentam a seguinte estrutura prototípica da notícia:

Manchete – título principal, de maior destaque, no alto da primeira página de jornal ou revista, alusivo à mais importante dentre as notícias contidas na edição.
Título – frase que tem como objetivos básicos dar ao leitor uma orientação geral sobre a matéria que encabeça e despertar o interesse pela leitura.
Subtítulo – título secundário, que se segue ao principal e o complementa (“linha fina”).
Lide (do inglês <i>lead</i>) – parágrafo inicial que apresenta as informações essenciais da notícia.
Intertítulo – título no interior da notícia que chama a atenção para um aspecto específico que será tratado e que organiza as informações em blocos menores.
Corpo do texto – deve responder às seguintes perguntas principais: <ul style="list-style-type: none"> • O que aconteceu? (Fato) • Como aconteceu? (Descrição detalhada do fato) • Com quem aconteceu? (Pessoas envolvidas) • Por que aconteceu? (Causa, motivo, razão) • Onde aconteceu? (Local) • Quando aconteceu? (Tempo)

Fonte: Santos et al. , 2013, p. 137

As autoras relatam as seguintes características básicas do texto jornalístico (SANTOS ET AL. 2013, p. 138):

- linguagem; referencial, portanto, predomínio da 3ª pessoa do discurso;
- nível da linguagem: pode ser mais ou menos formal, dependendo do público alvo e da temática;
- manchete, título e subtítulo: verbos, geralmente, no presente do indicativo (para reforçar a atualidade dos fatos e causar maior impacto) e na voz ativa; a frase, preferencialmente, na ordem direta; poucos sinais de pontuação, artigos, termos avaliativos/opinativos e gírias;
- lide: conciso, direto, sintetizando as informações sobre o fato;
- frases: geralmente, na ordem direta (sujeito, predicado, complementos), para facilitar a leitura e atingir um universo maior de leitores;
- siglas: seguidas do significado, entre parênteses, pois nem sempre o leitor está familiarizado com elas;
- nomes completos de pessoas desconhecidas do grande público: a profissão e o cargo que ocupam deve vir entre vírgulas;
- comentários pessoais: devem ser evitados (o repórter deve procurar ser o mais isento possível e se limitar a relatar fatos);

- discurso direto ou indireto: usados para apresentar as opiniões ou versões dos envolvidos nos fatos, conferindo à notícia mais credibilidade.

Todavia, embora se adote, na maior parte das vezes, uma sequência ou um certo procedimento na consecução do discurso jornalístico, como foi descrito acima, por Santos et al. (2013, p. 138), na produção de uma notícia é impossível desvincular a subjetividade do produtor do texto no discurso. Conforme Nilson Lage, em *Estrutura da Notícia* (1985, p. 16), a partir do ponto de vista estrutural, o gênero notícia “se define [...] como o relato de [...] fatos a partir do fato mais importante ou interessante [...]. Essa definição [...] indica que não se trata de narrar os acontecimentos, mas de expô-los”. Assim, observa-se que a escolha do início da produção do discurso noticioso é arbitrária, pois, o que é ressaltado é o que foi visto como interessante ou relevante pelo jornalista. Logo, o que será descrito inicialmente no texto são os dados entendidos como principais e secundariamente outras descrições do evento. Nilson Lage (1985, p. 21) descreve ainda três momentos para a produção do discurso jornalísticos “a seleção dos eventos [...], a ordenação dos eventos [...], a nomeação” dos atores.

Ao falar sobre certas restrições prototípicas que são atribuídas ao redator de notícias, Nilson Lage (1985, p. 25-26) ressalta, que para a manifestação de uma aparente objetividade e impessoalidade no seu discurso, os jornalistas usam a terceira pessoa do discurso em suas produções, como também possuem preferência por fatos e ideias que não expressam subjetividade: “não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou, ou confessou*”. Além disso, o autor destaca que se repudiam referências imprecisas no texto do jornal, logo “não se escreve *alguns manifestantes*, mas sempre que possível, *10, 12 ou 15*”; o autor descreve ainda que se evita dizer “uma vila está *perto* de uma cidade, antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre [...]” (1985, p. 25-26). Outra questão apontada pelo estudioso versa sobre a apresentação de adjetivos na notícia, pois tal classe de palavra se enquadra em uma avaliação que varia de sujeito para sujeito.

Para a compreensão da estrutura do texto jornalístico, Lage (1985, p. 27) apresenta ainda a noção de *lead* (lide) e de documentação. Para ele, o *lead* se apresenta no primeiro parágrafo da notícia, embora possa haver outros *leads* no corpo do texto. O autor ressalta que o *lead* se caracteriza por ser a exposição do fato entendido como mais relevante, entre outros, para apresentação dos momentos de um evento. O *lead* informaria sinteticamente os seguintes dados: “quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê”. Já as documentações seriam as informações complementares aos fatos já explicados no *lead*. Assim, a documentação descreveria as minúcias do acontecimento como as circunstâncias, os posicionamentos. Todavia, vale acrescentar uma informação sobre o lide não muito divulgada, e que se apresenta no Manual da *Folha de S.Paulo*¹⁶. Segundo o texto, há duas maneiras de se apresentar o lide. Uma das maneiras é a estrutura tradicional, e o outro modo, é caracterizado como não-factual, ou seja, utiliza-se de outras estratégias para alcançar o interesse do leitor.

Nilson Lage (1985, p. 37) descreve em resumo a organização da produção da notícia no discurso escrito. O autor informa que o *lead* e as documentações podem ser distribuídas de diversas maneiras. Já ao falar sobre as fontes ou os textos de base para a produção do discurso, o autor descreve que é comum entrevistas com pessoas consideradas dotas no assunto ou importantes no evento e análises de relatórios. Em resumo, Nilson Lage (1985, p. 38-39) destaca as seguintes condutas procedimentais comuns para a escrita da notícia:

- a) ouve-se ou lê-se o depoimento ou texto, integralmente; b) assinalam-se as proposições principais; c) ordenam-se essas proposições principais da mais importante para a menos importante; d) constrói-se a matéria com a proposição mais importante, acompanhada das circunstâncias de produção do texto-base, ocupando o *lead*. Nos demais parágrafos, alternam-se construções em discurso direto e indireto. Varia-se, quando adequado, o verbo *dicendi* (*disse, afirmou, declarou, perguntou, manifestou-se etc.*). Os entretítulos são distribuídos como em qualquer outra notícia destinada à veiculação impressa; e) segmentos de interesse secundário podem ser suprimidos ou reduzidos a uma frase referencial (do tipo *historiou os antecedentes... ou especificou as despesas previstas...*). Distribuem-

¹⁶Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

se ao longo da matéria circunstâncias que não caibam no *lead* ou observações incidentais de uma entrevista noticiada.

Assim, o autor relata o modo como se destacam as informações consideradas relevantes para serem informadas aos leitores da notícia, como também mostra a necessidade de escolha dos sujeitos considerados doutos em suas áreas para emitirem os posicionamentos sob diversas perspectivas nas notícias, por meio do discurso direto e indireto. Além disso, ressalta-se a leitura e escolha atenta do jornalista na descrição, organização e produção do discurso.

Para complementar, van Dijk (2012a, p. 27) lembra que a pesquisa crítica deve ser contextualizada no âmbito de determinada cultura. Mas, hoje, com a tecnologia da internet e a globalização, muitos gêneros têm se uniformizado, como o gênero notícia. Segundo Van Dijk (2012a, p. 144), as notícias jornalísticas teriam como estrutura esquemática básica as seguintes categorias “sumário (título + lead), eventos principais, *background* (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação”. Desse modo, o discurso pode ser organizado de várias maneiras.

Além disso, van Dijk (2012a, p. 79) apresenta uma “hierarquia de relevância” para o estudo da organização textual de notícias, dizendo que “os títulos são sumários típicos das notícias” e que ocorre diferença, quando as instituições jornalísticas versam sobre as minorias e sujeitos da elite, já que tendem a enfatizar dados inferiorizantes sobre o exogrupo e apresentar um tópico de valor sobre o endogrupo, o que é extremamente importante para a análise, pois determina o que as pessoas lembram com mais rapidez. Além disso, o autor relata que a estratégia que predomina nas partes locais do texto é a “tendência polarizada combinada da autoapresentação positiva e outroapresentação negativa” (2012, p. 146).

Por fim, neste capítulo demos ênfase a alguns dos procedimentos jornalísticos para a constituição do gênero notícias, levando em conta aspectos multimodais e estruturas que podem reforçar a propagação de ideologias negativas sobre os outros. Para o estudo do próximo capítulo, vale destacar a seguinte passagem em van Dijk:

São relevantes para a nossa discussão: (a) as relações entre crenças partilhadas (representações [...]), por um lado, e as crenças pessoais (modelos), por outro; e (b) as relações dessas representações sociais e pessoais com as estruturas discursivas (VAN DIJK, 2012a, p. 206).

Com isso, van Dijk (2012a, p. 206) sintetiza a relevância da descrição das propriedades das crenças sociais e individuais e das estruturas ou estratégias discursivas para se examinar o discurso jornalístico, que será objeto de estudo.

No próximo capítulo, será feita a apreciação crítica das notícias selecionadas do Jornal *Folha de S. Paulo*. Em cada análise, será feito inicialmente um estudo do contexto sociocognitivo das notícias. Em seguida, será desenvolvido um exame das estratégias de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa global e local de cada notícia. Por fim, tem-se a discussão dos resultados e a conclusão.

5 ANÁLISE DO *CORPUS*: IMPRENSA, RACISMO E REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO ANTIRRACISTA

Após levantados vários aspectos sociais, cognitivos e discursivos envolvidos na produção do racismo, o que foi feito nos capítulos anteriores, chegamos ao momento de apresentar mais detalhadamente e analisar o *corpus* que, como foi informado na introdução, compõe-se de 15 notícias do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas entre 29 de outubro de 2010 e 26 de setembro de 2012, conforme listamos abaixo em ordem cronológica pela data, título e caderno. Essas notícias foram publicadas entre a emissão dos dois pareceres do MEC e a ida do pleito ao STF e são significativas para o estudo do modo como a *Folha de S. Paulo* noticiou a mobilização e as ações dos movimentos sociais envolvidos, assim como a resposta das instâncias educacionais e acadêmicas ao pleito.

- 1- 29/10/2010- Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 2- 30/10/2010- Ministro discorda do veto a livro de Monteiro Lobato (caderno Cotidiano)
- 3- 03/11/2010- MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 4- 04/11/2010- OAB diz que MEC insulta a cultura brasileira ao vetar livro de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 5- 04/11/2010-Academia Brasileira de Letras diz ser contra o veto a livro de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 6- 09/11/2010- Conselho aguarda informação do MEC sobre obra de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 7- 08/01/2011- Exclusão de termo de livro de Mark Twain evoca episódio com Monteiro Lobato (Caderno Cultura – Ilustrada)
- 8- 06/03/2011- Após polêmica sobre Lobato, bloco desfila com críticas à censura (Caderno Cotidiano – Cotidiano)
- 9- 03/06/2011- Conselho de Educação revê parecer sobre a obra de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Educação)
- 10-11/09/2012- Audiência no STF discute liberação de Livro de Monteiro Lobato acusado de racismo (Caderno Cultura – Ilustrada)

- 11- 11/09/2012- Questão não é literária, diz advogado da entidade (Caderno Cotidiano – Ilustrada)
- 12-12/09/2012- Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo (Caderno Cotidiano – Ilustrada em cima da hora)
- 13-13/09/2012- Acordo sobre a adoção do livro de Monteiro Lobato segue incerto (Caderno Cotidiano – Ilustrada)
- 14-25/09/2012- Instituto encaminha representação para CGU contra uso de conto de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Ilustrada)
- 15-26/09/2012- Sem acordo com o MEC, instituto vê racismo em outra obra de Monteiro Lobato (Caderno Cotidiano – Ilustrada). Notícia presente no jornal impresso, mas não aparece na lista de busca.

A partir de uma pré-análise desse material, elegemos cinco notícias para a análise detalhada, considerando os momentos mais relevantes dos atos legais junto às instâncias educativas e os atores ou jornalistas, de forma a constituir uma diversidade desse grupo institucional, e a recorrência de estruturas discursivas que nos pareceram mais relacionadas à classificação das minorias e de suas causas. Assim, serão analisadas as notícias 1, 3, 9, 10 e 12, das quais se apresentará inicialmente o contexto sociocognitivo, tal como ressaltado por van Dijk (2012a, p. 221) e, em seguida, uma análise das estratégias discursivas (globais e locais) (VAN DIJK, 2012a, p.122-123; 146; 225) de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa, valendo-se de algumas categorias estabelecidas por van Dijk (1987; 2012a; 2012c) que explicitam o conflito ideológico no discurso. (VAN DIJK, 2012a, p. 137; 252-253).

5.1 Notícia 1: “Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato”

Apresentamos a seguir a notícia intitulada “Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato” em seu ambiente de inserção no jornal *Folha de S. Paulo*. Em virtude da riqueza dos elementos de diagramação e composição da notícia na página, que serão também considerados, optou-se por colocar primeiramente a notícia digitalizada em tamanho que permita a visualização desses elementos da página, acompanhada do texto da notícia digitado em fonte mais adequada para a leitura.

FOLHA DE S. PAULO
 quinta-feira, 14 de novembro de 2013, p. C2

cotidiano¹

Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas

Parecer sugere que obra não seja distribuída sob a alegação de que é racista

Reclama em 'Caçadas de Pedrinho' estaria ausente da EJA. Notícias e a animalão como símbolo nacional

ANGLO
 SISTEMA DE ENSINO

Ir à escola é rotina. Aprender de verdade É ANGLO!

Anglo SISTEMA DE ENSINO

Meu Sistema de Ensino FAZ DIFERENÇA!

www.aquitemanglo.com.br

Em nosso sistema de ensino e trabalho sério, e praticado dia após dia, o domínio das aulas e a participação dos alunos maximizam resultados em aprendizagem, superando em resultados. Em cada aula, sempre mais inteligente, sempre atualizada para garantir o conhecimento. É por isso que aprender de verdade é Anglo!

Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas

Parecer sugere que obra não seja distribuída sob alegação de que é racista

Racismo em “Caçadas de Pedrinho” estaria nas referências à Tia Nastácia a animais como urubu e macaco

ANGELA PINHO E JOHANNA NUBLAT
DE BRASÍLIA

Monteiro Lobato (1882-1948), um dos maiores autores de literatura infantil, está na mira do CNE (Conselho Nacional de Educação).

Um parecer do colegiado publicado no "Diário Oficial da União" sugere que o livro "Caçadas de Pedrinho" não seja distribuído a escolas públicas, ou que isso seja feito com um alerta, sob a alegação de que é racista.

Para entrar em vigor, o parecer precisa ser homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. O texto será analisado pelo ministro e pela Secretaria de Educação Básica.

O livro já foi distribuído pelo próprio MEC a colégios de ensino fundamental pelo PNBE (Programa Nacional de Biblioteca na Escola).

Em nota técnica citada pelo CNE, a Secretaria de Alfabetização e Diversidade do MEC diz que a obra só deve ser usada "quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil".

Publicado em 1933, "Caçadas de Pedrinho" relata uma aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo na procura de uma onça-pintada.

Conforme o parecer do CNE, o racismo estaria na abordagem da personagem Tia Nastácia e de animais como o urubu e o macaco.

"Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano", diz a conselheira que redigiu o documento, Nilma Lino Gomes, professora da UFMG.

Entre os trechos que justificariam a conclusão, o texto cita alguns em que Tia Nastácia é chamada de "negra". Outra diz: "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão".

Em relação aos animais, um exemplo mencionado é: "Não é à toa que os macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens".

Por isso, Nilma sugere ao governo duas opções: 1) não selecionar para o PNBE obras que descumpram o preceito de "ausência de preconceitos e estereótipos"; 2) caso a obra seja adotada, tenha nota "sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura".

À **Folha** Nilma disse que a obra pode afetar a educação das crianças. "Se temos outras que podemos indicar, por que não indicá-las?"

Seu parecer, aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE, foi feito a partir de denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência, que a recebeu de Antonio Gomes da Costa Neto, mestrando da UnB.

5.1.1 Análise do contexto sociocognitivo

Ao analisar as condições contextuais da notícia publicada no dia 29 de outubro de 2010, no jornal *Folha de S. Paulo*, versão impressa, vê-se que tal texto é apresentado no Caderno Cotidiano-Educação e foi escrito pelas jornalistas correspondentes de Brasília Angela Pinho e Johanna Nublat, um mês após a aprovação do Parecer nº15/2010 no dia 01 de setembro de 2010. A notícia do jornal *Folha de S. Paulo* se expõe na modalidade escrita e apresenta uma linguagem formal. O uso da linguagem formal, conforme relatado por Santos et al. (2013, p. 138), nesta notícia, pode vincula-se à temática ou ao público-alvo.

O propósito do gênero notícia é expor aos leitores fatos e informações novas sobre acontecimentos que são entendidos como relevantes para a sociedade. Com relação a esse evento, o interesse foi reverberar aos leitores da *Folha* conhecimentos iniciais sobre o caso envolvendo a obra de Monteiro Lobato.

No jornal, o título da notícia se apresenta no topo da página ao lado esquerdo de uma foto de um protesto de estudantes da Unesp, já a notícia se insere em um bloco retangular também a esquerda da página, abaixo do título, ao lado de um anúncio publicitário de uma escola particular, que toma a quase totalidade da página. No final da notícia há a indicação à página “C3”, onde podem ser encontradas outras informações sobre o caso.

Ainda observando os aspectos multimodais, vale atentar para a foto legendada sobre o manifesto que é apresentado no topo da página. Tal protesto tem como agentes alunos da Unesp que se mostram contra uma ação que denominam “rodeio das gordas” e ao lado dessa imagem tem-se a apresentação da polêmica envolvendo o livro de Lobato. Vê-se que há o enquadramento de duas formas de manifestações: uma contra o racismo e seu tratamento degradante e humilhante e outra contra o preconceito com relação às pessoas obesas. Todavia, observam-se como diferentes tipos de preconceitos e manifestações foram tratados de maneira diversa, tendo em vista que o jornal na polêmica lobatiana assume o discurso do endogrupo no título: de fato, por Lobato ser um integrante do poder

simbólico de muitas instituições, a “manifestação” do exogrupo negro é tratada muitas vezes como algo absurdo.

Outro fato que pode ser descrito, valendo-se do aspecto visual da página da notícia: a propaganda do Colégio Anglo, que se vincula também à área educacional, por sua dimensão, cores e chamadas, afirmando inclusive que lá se aprenderia de verdade, relega ao fato envolvendo a obra *Caçadas de Pedrinho* um pequeno espaço no canto esquerdo, tendo somente o título da notícia maior destaque e proeminência, indiciando, desse modo, a pouca importância do fato do racismo para o jornal e para o ambiente escolar.

O Eu-mesmo é representado nesta notícia por duas jornalistas: Angela Pinho e Johanna Nublat, que são correspondentes do Jornal *Folha de S. Paulo* em Brasília. As jornalistas são guias das notícias, como também controlam a distribuição dos turnos do discurso e possuem modelos de evento, sobre o caso, similares, porquanto ambas se inserem no âmbito do jornalismo de elite, embora apresentem um poder limitado pelos editores da instituição, que fazem a seleção das notícias que são relevantes para o jornal. Logo, as jornalistas podem e devem escolher as estratégias relevantes para o discurso a partir do diálogo entre seus modelos de contexto na escrita da notícia, visando atingir os modelos mentais dos seus leitores.

Para a análise do contexto sociocognitivo, é relevante descrever uma parte do contexto que envolve a escolha dos participantes que podem emitir seu posicionamento sobre o evento. Segundo van Dijk, há padrões de acesso, ou seja, há atores sociais que recorrentemente podem apresentar sua voz no discurso da elite. Esses sujeitos que possuem maior liberdade de propagar suas verdades nos discursos são normalmente os integrantes da elite simbólica que de certa maneira dialogam com a ideologia do jornal.

Por razões evidentes, na análise dos padrões de acesso como parte do contexto observa-se uma maior mobilização do jornal em apresentar opiniões de sujeitos que ratificam apenas um lado da polêmica, do endogrupo. Ao exogrupo é possibilitada uma utópica liberdade, considerando que existe um controle do

poder, para apresentar seu discurso, já que o jornal expõe o assunto a partir da definição do grupo da elite, deparando-se o analista do discurso com a manutenção de um padrão de acesso de modelo de contexto preferido.

Foram selecionados para terem voz na emissão de argumentos sobre o evento, nesta notícia, Fernando Haddad, Ministro da Educação, Nilma Gomes, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e conselheira do CNE e Antônio Gomes da Costa Neto, mestrando da Universidade de Brasília.

O ministro da educação Fernando Haddad é descrito na notícia como o ator social responsável para fazer a análise e homologação do Parecer nº 15/2010. O ministro não emite seu posicionamento no texto, apenas é citado pelas jornalistas como o revisor da decisão do CNE.

A professora da UFMG e conselheira do CNE, Nilma Lino Gomes, tem seu posicionamento exposto no texto por meio de citações diretas e indiretas, após as informações dadas pelas jornalistas sobre o livro causador da polêmica e seu autor. A conselheira exhibe as justificativas da necessidade da nota explicativa a partir das leis antirracistas atuais. Na notícia, Nilma Gomes apresenta, como exposto pelas jornalistas, alternativas ao governo para resolver as questões suscitadas pela polêmica.

Outro ator social presente na notícia é Antônio Gomes da Costa Neto, mestrando da Universidade de Brasília — UNB e favorável à nota explicativa, que é citado como denunciante pelas jornalistas na penúltima linha do texto.

Portanto, observam-se na notícia as antinomias de dois pontos de vista, tanto no nível de discurso como também no nível de constituição textual, considerando que o posicionamento da conselheira do CNE e o posicionamento de Antonio Gomes da Costa Neto apenas tem lugar no segundo momento do texto. Enquanto as ações de revisão, análise e aprovação ou não do primeiro parecer são emitidas antecipadamente.

O conhecimento que se pressupõe de nós analistas e dos leitores do jornal para a compreensão desse texto refere-se aos conhecimentos da gramática da Língua Portuguesa, como também nosso conhecimento de mundo sobre racismo, legislação, veto, leis antirracistas, Monteiro Lobato, como também o conteúdo do parecer, mas esse conhecimento se caracteriza por ser apenas uma parte necessária à compreensão do evento, pois para o entendimento dessa notícia, em seu contexto sociocognitivo, deve-se entender que ela é relevante para o momento, ou seja, deve-se entender que a definição do evento, nesta situação comunicativa, conforme o ponto de vista do jornal foi pertinente e seus leitores sabem disso.

Observa-se que a intenção das jornalistas correspondentes de Brasília se vincula, nesse texto, ao consenso racial dominante, pois enquadra o fato como um suposto veto ao livro de Monteiro Lobato, enfatizando uma possível característica problemática do exogrupo; ao relatar um novo ponto de vista sobre Lobato como racista, mitiga-o, ao dizer que um grupo quer retirá-lo das escolas, sendo essa informação mais proeminente no texto.

É preciso salientar, valendo-se dos aspectos observados, que a partir do exame do contexto sociocognitivo a definição da situação comunicativa proposta nessa notícia representa negativamente o exogrupo, ressaltando a ameaça como também o problema trazido pelos seus integrantes para a sociedade. Logo, a partir de modelos mentais preferidos, o público da *Folha de S. Paulo* é conduzido, caso não tenha outros conhecimentos que se contraponham a tal definição, a também concordar com as típicas associações negativas propostas pelos grupos dominantes sobre questões raciais.

5.1.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

A análise do tema parte da escolha dos elementos linguísticos no título da notícia para apresentação do evento, haja vista que nada é aleatório, mas pode ser inconsciente na reverberação de um consenso grupal dominante. É importante destacar que o controle da instituição jornalística incide sobre as estruturas do próprio discurso, isto é, nessa dimensão, conforme é salientado por van Dijk, ocorre à formulação de estratégias linguísticas para enfatizar o lado positivo do endogrupo e o lado negativo do exogrupo. Assim, há razões para tal notícia ter a estruturação que apresenta e um título que destaca uma possível retirada dos livros de Lobato das escolas por causa do racismo: “Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas”. Portanto, observa-se que o jornal assume o discurso do grupo que é a favor da manutenção da obra sem a nota explicativa.

No título, os atores ou a instituição responsável por querer retirar a obra das bibliotecas das crianças e também responsável pela polêmica resultante é o CNE. Outro fator importante de ser descrito é a escolha sintática apresentada no título expõe o CNE como agente ativo que “quer vetar” livro escolar nas escolas. Logo, com a utilização da locução verbal “quer vetar” tem-se a apresentação de uma ação negativa para as crianças nas escolas, tendo em vista retirada do livro. Dessa forma, na iminência de acontecer à retirada do livro das escolas, ressalta-se uma atitude equivocada a ser tomada pelo CNE.

Além disso, as jornalistas no título buscaram especificar a obra por meio de adjunto adnominal ao dizer que o livro é de Lobato como também, por meio de um adjunto adverbial buscaram ressaltar que o livro seria suprimido das escolas. Todavia, diferentemente das informações dadas sobre o livro e sobre de onde ele seria retirado, o Conselho Nacional de Educação é descrito no título sem a sua especificação completa. Tal órgão é descrito somente como Conselho. Assim, por esse órgão estar envolvido com as ações do exogrupo, pode-se intuir a causa de tal informação ser descrita de modo impreciso.

Um item lexical apresentado no título que contribui para a apresentação negativa do exogrupo é verbo “vetar”. Tal termo reativa modelos mentais velhos sobre momentos de censura vividos pela população brasileira, ou seja, com a utilização do termo “veto” estrategicamente no título da notícia, alude-se a uma ideologia nacionalista que retoma um momento de censura da cultura brasileira, reforçando, desse modo, o enquadramento de conflito e não de uma possibilidade de atitudes que problematizem a questão racial a partir do confronto com discursos preconceituosos.

Logo, a proposta de polarização apresentada no título favorece um conflito ideológico entre grupos distintos. Assim, o racismo a partir do título é mitigado, já que querer retirar ou vetar a obra de Lobato na escola é o tópico mais importante, pois o racismo se existe, não cabe à sociedade e a seus grupos desfavorecidos reivindicar e resolver.

O Conselho, no texto, não se apresenta como um órgão emissor de um parecer que legalmente tenta agir contra a manutenção de estereótipos preconceituosos, mas no título torna-se o opressor, ou seja, há uma inversão da culpa, pois agora o problema não é mais o racismo, mas sim, como já foi dito, a vetação à obra lobatiana nas escolas. Esse se torna o grande dilema a ser resolvido: a censura. Embora o Parecer nº 15/2010 não aborde a retirada do livro de Lobato das escolas, mas sim que se inclua uma nota que contextualize o livro diante das novas legislações antirracistas.

Assim, o enquadramento negativo é passível de influenciar os leitores que não se apropriaram inteiramente dos fatos, que considerarão, a partir da apresentação dos atores, que quem atua negativamente, segundo o título, é o próprio CNE e, no desenvolvimento da notícia, Nilma Gomes. Deve-se salientar que o conhecimento negativo apresentado sobre Lobato, vinculado ao racismo, não era tão difundido na época, logo, a notícia jornalística passa a ser uma importante fonte de conhecimento do caso para os leitores da *Folha*, entre outros sujeitos. Desse modo, desde o título, pelas escolhas lexicais e sintáticas (o CNE como agente do possível “veto”) expressam representações polarizadas sobre o evento, evidenciando a ação do CNE contra Lobato.

Na análise do subtítulo, estrutura entendida como integrando o nível global, existem a associação e o reforço das estruturas linguísticas com o modelo mental preferido sobre este evento estabelecido pelo jornal. O subtítulo atua complementando ou especificando o tema apresentado no título. No subtítulo há a seguinte informação: “Parecer sugere que obra não seja distribuída sob alegação de que é racista”. Nesta oração, o documento aprovado pelo CNE, o Parecer nº 15/2010, é sintaticamente o agente da ação que é apresentada agora por meio de um elemento lexical modalizado, isto é, por meio do verbo “sugerir”, atenuando a força da ação apresentada no título com maior destaque. Outro fato relevante é que o substantivo “parecer,” agora no início da polêmica, é introduzido no texto sem um referente textual em que possa se ancorar, a não ser os poucos conhecimentos anteriores já propagados pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre esse evento por meio de outros gêneros, como também pela TV e outras mídias, sendo esse gênero apresentado de forma imprecisa. Por fim, com outro item lexical, “alegação”, há o reforço negativo no subtítulo sobre a causa que motivou a celeuma, fato já observado por van Dijk (2012a, p. 181), sobre esse item lexical, juntamente com o verbo “dizer” e as aspas que são recursos recorrentemente usados para se remeter à minoria.

Dessa forma, o jornal espera que seus leitores tenham conhecimentos que possam preencher as lacunas deixadas na superfície textual a partir de uma relação interativa entre seus modelos mentais, nesse caso, estereotipados sobre questões raciais, já que “as unidades não explícitas [...] devem ser inferidas do respectivo modelo [...]”, segundo Koch (2014, p. 27), em “As formas nominais anafóricas na progressão textual”.

5.1.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

Na análise do nível global, ressaltaram-se principalmente os efeitos de sentidos associados aos tópicos escolhidos sobre o evento a partir das partes negritadas ou em primeiro plano nesta notícia, sobretudo, o título e o subtítulo ou linha fina, conforme descrito por Santos et al (2013).

Já na análise das estruturas linguísticas locais dá-se ênfase, sobretudo, às marcas linguísticas que foram escolhidas para a produção de determinado efeito de sentido tendencioso sobre o caso, no corpo do texto, a partir do lide jornalístico. Nesta parte da análise, observam-se as estruturas discursivas que objetivam favorecer a manutenção da discriminação do exogrupo, gerando assim, no nível de significação local também polarizações entre *Nós* e *Eles*.

Na análise do corpo do texto, ressalta-se que o discurso é apresentado de forma direta e indireta, além disso, nota-se aqui ainda o aspecto intertextual do texto. Pelas leituras iniciais, cabe lembrar que tanto o discurso direto ou indireto são resultados de escolhas estratégicas que dialogam com as interpretações mentais das jornalistas, como também com os leitores do jornal, sobre o acontecimento. Nas citações diretas, por exemplo, as jornalistas apresentam a fala de determinado ator social após uma (apresentação) interpretação do caso, apesar do discurso reportado ser responsabilidade de quem fala, ele é relevante e utilizado, no momento que o jornalista considera pertinente. Tais estratégias poderão ser observadas com mais detalhes nas análises abaixo, valendo-se ainda das categorias escolhidas para o estudo desta dimensão do discurso.

No primeiro parágrafo da notícia há o seguinte excerto: “Monteiro Lobato (1882-1948), um dos maiores autores de literatura infantil, está na mira do CNE (Conselho Nacional de Educação)”. A notícia inicia-se contextualizando o leitor sobre o autor cujo livro motivou a polêmica, destacando e rememorando aos leitores da *Folha* a autoridade de Monteiro Lobato. O escritor é descrito no texto como um ícone da Literatura Brasileira, ressaltando-se, assim, um consenso nacional sobre a importância de sua obra na sociedade, por meio de um elemento lexical positivo ao dizer que ele está entre os maiores.

Esse trecho da notícia acarreta dubiedade às ações do exogrupo, já que ao se dizer que estamos diante de um dos grandes autores da literatura, o que for dito ou problematizado negativamente sobre ele é irrelevante ou contestável, pois o que é destacado é a imagem que a sociedade compartilha sobre tal sujeito.

Outra categoria observada nesse fragmento é a vitimização juntamente com a polarização e a dramatização, já que tal autor está na mira, ou seja, é vítima de “censura” e “veto” por parte de outro grupo que procura atingir Lobato, transformando-se em uma vítima das ações afirmativas.

No primeiro parágrafo da notícia, percebe-se que algumas das perguntas comuns a um lide (Quem? O quê? Onde? e quando?), não são respondidas no primeiro parágrafo da notícia, o que seria o mais comum ao gênero, mas aqui se focaliza a descrição positiva de Lobato e em dizer a sua posição no conflito.

No segundo parágrafo da exposição, mostram-se os motivos que desencadearam a polêmica, ao dizer que “um parecer do colegiado publicado no ‘Diário Oficial da União’ sugere que o livro ‘Caçadas de Pedrinho’ não seja distribuído a escolas públicas, ou que isso seja feito com um alerta, sob alegação de que é racista”. Esse parágrafo, no início da notícia, após classificação de Lobato como um grande escritor na mira do CNE, possibilita que as pessoas impliquem, por meio de inferências, com empatia em relação a Lobato, a situação ainda não ocorrida como negativa.

Nesse parágrafo da notícia a palavra “parecer” é o agente sintático da ação negativa que recai sobre o livro lobatiano, todavia tal ação é modalizada pela utilização do verbo “sugerir” no primeiro momento e pela conjunção coordenativa alternativa no segundo momento. A partir da utilização do verbo “sugerir” suaviza-se a ação do CNE, pois se modaliza uma ação que foi enfatizada no título da notícia como uma atitude certa de “veto”, preservando assim, por meio da escolha desse item lexical, a imagem positiva da instituição, mas prejudicando a ação do exogrupo.

Soma-se a isso, a aplicação da estratégia da ironia, ao utilizar o termo “alerta” para se referir à nota explicativa solicitada pelo CNE no livro lobatiano. Além disso, com a utilização da expressão “sob alegação de que é racista”, no final do parágrafo, há o reforço à falta de credibilidade as razões do CNE, por entendê-la como um exagero. Assim, com utilização da categoria hipérbole, após o termo

alerta, o jornal indicia uma carga pejorativa a causa do pleito e descredibiliza a solicitação da nota.

No terceiro parágrafo, há a seguinte passagem: “Para entrar em vigor, o parecer precisa ser homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. O texto será analisado pelo ministro e pela Secretaria de Educação Básica”. Nesse trecho, a categoria ressaltada é a de autoridade. Fernando Haddad, então Ministro da educação, na época, foi apresentado como o responsável pela homologação ou não do parecer que já havia sido aprovado pelo CNE. Nesse parágrafo, ao ser utilizado as locuções verbais, como “precisa ser homologado” e “será analisado”, sendo esta última uma estrutura de passiva, as jornalistas demonstram para a sociedade a passividade do Parecer nº 15/2010 e a possibilidade de anulação do documento, “pelo ministro e pela secretaria de Educação Básica”. Assim, o documento ainda deveria ser homologado por Haddad, que acatou a revisão solicitada pela mídia, sendo favorável a ela e a outras instituições, retirando as prescrições emitidas pelo Parecer nº 15/2010.

No quarto parágrafo, destaca-se que o livro lobatiano já era distribuído pelo PNBE. “O livro já foi distribuído pelo próprio MEC a colégios de ensino fundamental pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola).” Nesse parágrafo, além de trazer o fato de o livro já ser objeto de distribuição, também se ressalta o órgão governamental como responsável por isso, evocando assim a autoridade de tal instituição para fazer escolhas, implicando nesse trecho a alegação de que se deve respeitar o estado de coisas determinado por programa governamental sério, naturalizando ou não questionando o assunto, já que pior seria se o governo não estivesse fazendo o seu papel, fato já observado por van Dijk (2012a, p. 189). Outro aspecto a ser observado é o nível sintático, o livro é topicalizado em uma estrutura de passiva, tendo como agentes da passiva ativos o MEC e o PNBE, ressaltando, desse modo, as ações “positivas” do MEC e do programa governamental, pois são agentes que distribuem o livro para as escolas.

No quinto parágrafo, há o seguinte excerto: “Em nota técnica citada pelo CNE, a Secretaria de Alfabetização e Diversidade do MEC diz que a obra só deve ser

usada ‘quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil’”. Nesse parágrafo, o jornal apresenta um trecho do parecer do CNE, que não é a resposta do CNE, mas sim a resposta de uma das secretarias vinculadas ao MEC que o CNE fez questão de apresentar em seu documento, pois emitiu um posicionamento sobre o caso. Ao citar o trecho da secretaria vinculada ao MEC que está no Parecer nº 15/2010, as jornalistas, por não ratificarem tal conhecimento utilizam como unidade lexical o verbo “dizer”. Ou seja, foi escolhido um trecho do documento estratégico que está no parecer, sim, mas não é a resposta do parecer para ser publicada na notícia, tendo em vista que o trecho com a resposta do Conselho para o mestrando não foi exibida.

No sexto parágrafo, as jornalistas contextualizam o leitor agora sobre a obra cujo conteúdo motivou a polêmica. “Publicado em 1933, ‘Caçadas de Pedrinho’ relata uma aventura da turma do sítio do Picapau Amarelo na procura de uma onça-pintada.” No texto jornalístico ao descrever a obra como aventura, por meio de um item léxico positivo, para representar o assunto abordado no livro, as jornalistas possibilitam ao leitor uma (re) avaliação positiva do conteúdo da obra, implicando assim uma compreensão de que é desnecessário qualquer tipo de atualização no livro.

Nesse parágrafo ainda, o livro sintaticamente é sujeito ativo de uma ação positiva, pois ele relata uma aventura. Outra categoria evidenciada neste sexto parágrafo da notícia é o eufemismo, pois embora as jornalistas descrevam que o livro fale sobre a procura da onça, nesta obra a onça é caçada por alguns integrantes da narrativa, e não seria dispensável hoje, segundo o primeiro Parecer nº 15/2010, uma nota contextualizando essa questão.

A partir do oitavo parágrafo, observa-se, por meio de uma citação direta, a apresentação do ponto de vista da representante do CNE e professora da UFMG. Percebe-se que o tópico relacionado a questões que são importantes para o movimento da causa negra só foram objeto de exposição apenas na segunda parte da notícia. Desse modo, se fossemos analisar essa questão, diante da assimilação e avaliação de conteúdos a partir da memória de curto prazo MCP, dificilmente seria um assunto relevante e ressaltado para um leitor que, por

exemplo, não disponha de tempo para ler a notícia como um todo. Essa organização discursiva relacionada à distribuição e ordenação dos fatos não pode ser entendida como algo irrelevante, pois conforme ressalta van Dijk, o acionamento ou ativação dos modelos mentais de eventos e contexto sobre atores e situações são estratégicos.

No oitavo parágrafo apresenta-se a seguinte passagem:” ‘Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano’, diz a conselheira que redigiu o documento, Nilma Lino Gomes, professora da UFMG”. No oitavo parágrafo, a professora salienta que o livro lobatiano refere-se ao negro e o contexto africano de forma estereotipada. Todavia, a jornalista ao referir-se ao discurso de Nilma, utiliza o item lexical “dizer”, para marcar o seu distanciamento da fala da professora. Vale salientar ainda que Nilma é descrita como redatora do documento, como se o parecer não tivesse sido objeto de estudo de uma comissão, ressaltando, desse modo, uma imprecisão ao descrever a legitimidade do documento, neste parágrafo.

No nono parágrafo, as jornalistas informam: “Entre os trechos que justificariam a conclusão, o texto cita alguns em que Tia Nastácia é chamada de ‘negra’. Outra diz: ‘Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão’ ”. Logo, a partir do item lexical “justificar” no futuro do pretérito, no excerto citado, as jornalistas indicam a não adesão do jornal às partes que são consideradas racistas pela conselheira. Além disso, um dos trechos citados da obra aparece antecedido de verbo introdutor com sentido incerto, o verbo “dizer”, desvalorizando o posicionamento da conselheira do CNE. Assim, é importante observar que se mostram as causas, isto é, relatam-se as motivações do exogrupo. Todavia, mais pertinente ainda ao analista é observar como essa voz da minoria é apresentada no discurso da elite.

No décimo primeiro parágrafo apresenta-se a seguinte informação: “Por isso, Nilma sugere ao governo duas opções: 1) não selecionar para o PNBE obras que descumpram o preceito de ‘ausência de preconceitos e estereótipos’; 2) caso a obra seja adotada, tenha nota ‘sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura’”. Na análise do décimo primeiro

parágrafo, verifica-se que o objetivo do CNE é que a obra de Lobato apresente, assim como no caso da onça e das novas regras da língua portuguesa, uma nota que esclareça o conteúdo agressivo contra a personagem negra presente no texto de Lobato. A partir da leitura do Parecer nº 15/2010 não se observa a apresentação de outra possibilidade para o livro *Caçadas de Pedrinho*, pois no texto do Parecer nº 15/2010 há a descrição nominal para que o livro de Monteiro Lobato tenha uma nota explicativa.

Outro aspecto a ser ressaltado, é a utilização do item lexical “sugerir” para se referir à fala da conselheira, mostrando o posicionamento das elaboradoras e ao mesmo tempo protegendo a fala do jornal sobre o conteúdo do parecer. Em relação à questão da censura ou à retirada de livros escolares, a apresentação do discurso do jornal não expõe que a decisão de não aquisição de obras com cunho preconceituoso foi um critério do MEC reproduzido no Parecer nº 15/2010. O Parecer nº 15/2010, na verdade, trouxe a possibilidade de que a mesma atitude tomada em relação ao livro de Lobato, inserção de uma nota explicativa, tivesse sido estendida para outras obras com o mesmo problema presente no livro lobatiano. Há aqui a utilização da estratégia de implicação, pois, sem esse esclarecimento, o jornal favorece a inferências negativas de possibilidade de censura ao livro, justificando a utilização do termo “veto”. Vale destacar que a estratégia de “simulação de censura” foi estudada por van Dijk” (2012a, p. 180) e ocorre normalmente quando o exogrupo confronta-se a um consenso muito próximo ao senso comum.

No décimo segundo, parágrafo, as jornalistas informam a seguinte fala indireta de Nilma Gomes: “À **Folha** Nilma disse que a obra pode afetar a educação das crianças” [...]. Nesse excerto, com a utilização do item lexical “dizer”, as jornalista explicitam o seu afastamento ideológico em relação à fala da conselheira, não ratificando a possibilidade negativa atribuída pela professora ao livro. Além disso, a partir da locução “pode afetar”, as jornalistas utilizam a estratégia da imprecisão ao não dar muitos detalhes em relação ao tipo de consequência que o livro pode trazer para as crianças.

Por fim, no último parágrafo, há o seguinte excerto: “Seu parecer, aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE, foi feito a partir de denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência, que a recebeu de Antonio Gomes da Costa Neto, mestrando da UnB”. No último parágrafo, o parecer do CNE é descrito literalmente como parecer “de Nilma” ou “seu parecer”, que personaliza uma decisão que foi do CNE, aprovada por unanimidade como foi descrito. Acrescenta-se a isso o fato de ter sido somente, na penúltima linha do texto, citado o nome do mestrando da UNB, Antonio Gomes da Costa Neto, que verificou e questionou no CNE a posição governamental diante dessa realidade.

Observa-se, assim, que a sequência exposta no nível local da notícia partiu da apresentação do lado positivo de Monteiro Lobato como um grande autor brasileiro e criador de aventuras, ressaltando, então, que esse é o fato mais importante. No segundo momento da notícia, enfatizou-se a apresentação da história do caso e as justificativas da representante do exogrupo, a partir de escolhas lexicais estratégicas, como verbos distanciadores, imprecisões entre outras estruturas e estratégias linguísticas que favorecem a manutenção das polarizações ideológicas entre os dois grupos em tela.

5.2 Notícia 2: “MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato”

MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato - 03/11/2010 - Educação - Folha de S.Paulo

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail BOL Notícias Esporte Entretenimento Mulher Rádio TV UOL Shopping

Publicidade

OPINIÃO Política Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura FS Tec Classificados Blogs Seções 22.1°C SÃO PAULO

Últimas notícias Operação contra o crime organizado na Europa prende mais de mil pessoas

envie sua notícia Fotos Vídeos Relatos

ALABARDAS ALABARDAS José Sarney R\$ 23,90

siga a folha

MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato - 03/11/2010 - Educação - Folha de S.Paulo

ANGELA PINHO DE BRASÍLIA

03/11/2010 17h41

Recomendar 117 Tweetar 117 811 0

OUVRIR O TEXTO Mais opções

O ministro da Educação, Fernando Haddad, pedirá que o CNE (Conselho Nacional de Educação) reveja o parecer que recomendou restrições à distribuição do livro "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, em escolas públicas.

Conselho de Educação quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas

Como revelou a Folha, o conselho sugeriu que a obra não seja distribuída pelo governo ou, caso isso seja feito, que contenha uma "nota explicativa", devida a um suposto teor racista.

http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2010/11/824919-mec-quer-rever-veto-a-livro-de-monteiro-lobato.shtml

14

MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato - 03/11/2010 - Educação - Folha de S.Paulo

Haddad disse ter recebido diversas reclamações de educadores e especialistas contra a decisão do CNE. "Foram muitas manifestações para que o MEC afaste qualquer hipótese de censura a qualquer obra", afirmou.

Ele disse não ver racismo na obra, mas ainda assim não descartou a possibilidade de editoras redigirem as notas explicativas sobre o contexto em que determinada obra foi escrita quando isso for considerado necessário. Para o ministro, qualquer que seja a decisão do CNE, ela deverá valer para todos os livros e não para apenas um específico.

"CAÇADAS DE PEDRINHO"

Publicado em 1933, "Caçadas de Pedrinho" relata uma aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo na procura de uma onça-pintada. Conforme o parecer do CNE, o racismo estaria na abordagem da personagem Tia Nastácia e de animais como o urubu e o macaco.

"Estes fazem menção vestida de estereótipa ao negro e ao universo africano", diz a conselheira que redigiu o documento, Nilma Lino Gomes, professora da UFMG.

Entre os trechos que justificariam a conclusão, o texto cita alguns em que Tia Nastácia é chamada de "negra". Outra diz: "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão".

Em relação aos animais, um exemplo mencionado é: "Não é à toa que os macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens".

Por isso, Nilma sugere ao governo duas opções: 1) não selecionar para o PNBE obras que descumpram o preceito de "ausência de preconceitos e estereótipos"; 2) caso a obra seja adotada, tenha nota "sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura".

1 NOTÍCIAS EM SABER

Escola é principal destino de formado em educação física

Enem 2010 deve definir 83 mil vagas; provas acontecem no fim de semana

Cinça é avaliada por até 2 horas para ter vaga em escolas disputadas de SP e Rio

http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2010/11/824919-mec-quer-rever-veto-a-livro-de-monteiro-lobato.shtml

2

3 Criança deve estar atendida até 12 anos de idade, afirma educador

4 Escolas cases têm notas melhores no Enem, mas perfil do aluno contribui

5 MEC divulga lista com notas do Enade; confira

+ livraria

Depressão limita a capacidade de dar ou receber afeição

Com êxito, professor reencontra ex-alunos e conta resultado em livro Igreja Católica fortaleceu o antissemitismo, diz autor de 'Inimigo Judeu'

1808 (Edição Revista e Ampliada)

Luiz Roberto Gomes

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 32,90

Comprar

Sociedade da Insegurança e a Violência na Escola

Alana Schilling

De: R\$ 35,40

Por: R\$ 29,90

Comprar

1608 (Edição Revista e Ampliada)

Luiz Roberto Gomes

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 32,90

Comprar

Arquivos Exclusivos a partir de R\$ 14,90

Dem. Pl. Sem Juro. Última semana.

Hótel Fazenda Greto

Câmera Digital

Nota/Fone de Aberto em até 42

De: R\$ 102,49

Por: R\$ 21,90

Comprar

Netbooks

Ops

A partir de 12X R\$ 63, Contra:

A partir de apenas R\$ 100. Disponível!

Home Theater

CMS Series 4

A partir de R\$ 100 em até 12x

O melhor sistema para investir no Brasil!

Filhos

Po Bronson e Ashley Merryman

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 19,90

Comprar

Hollywood Contra Hitler (DVD)

Vários

De: R\$ 89,90

Por: R\$ 49,90

Comprar

Igloboet de Literatura propõe método de 'procrastinação estruturada'

Margens sociais tendem a votar pela emoção, diz marqueteiro

Professor de Oxford vê a história como a luta constante entre três grupos

Com 13 longas e 65 curtas, caixa traz a obra completa de Chaplin

'Enem Nota Máxima' traz conteúdo digital e gerador de simulados

comentários

Comentar esta reportagem

Termos e condições

Enem Nota Máxima (10 Vols.)

Vários

De: R\$ 379,90

Por: R\$ 299,90

Comprar

A Maldade Humana

Beatriz Brevi e Virginia Sampayo

De: R\$ 24,90

Por: R\$ 19,90

Comprar

Caixa Monteiro Lobato: Conta Outra Vez

Monteiro Lobato

De: R\$ 149,90

Por: R\$ 74,00

Comprar

24

Monteiro Lobato: Conta Outra Vez

Caixa com oito livros, cada um ilustrado por um artista diferente

De R\$ 149,90

Por R\$ 74,00

Comprar

Compare preços:

Colgatebras

Frost Free, Duplex, a partir de R\$ 882,20

TV

LED, 30" FULL HD e Smart a partir de R\$ 309,00

Home Theater | Tênis | Maquiagem

DODGE

Vale Sujeito

Prática e espaçosa, leve e ágil

O mais alto perfil das montadoras Argentinas

CVC

Os melhores preços com entrega rápida

I Love Alimentada

Chevrolet

MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato - 03/11/2010 - Educação - Folha de S.Paulo

Recomendar 117 Tweetar 117 811 0

OUVRIR O TEXTO Mais opções

Filhos

Po Bronson e Ashley Merryman

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 19,90

Comprar

Hollywood Contra Hitler (DVD)

Vários

De: R\$ 89,90

Por: R\$ 49,90

Comprar

Igloboet de Literatura propõe método de 'procrastinação estruturada'

Margens sociais tendem a votar pela emoção, diz marqueteiro

Professor de Oxford vê a história como a luta constante entre três grupos

Com 13 longas e 65 curtas, caixa traz a obra completa de Chaplin

'Enem Nota Máxima' traz conteúdo digital e gerador de simulados

comentários

Comentar esta reportagem

Termos e condições

Enem Nota Máxima (10 Vols.)

Vários

De: R\$ 379,90

Por: R\$ 299,90

Comprar

A Maldade Humana

Beatriz Brevi e Virginia Sampayo

De: R\$ 24,90

Por: R\$ 19,90

Comprar

Caixa Monteiro Lobato: Conta Outra Vez

Monteiro Lobato

De: R\$ 149,90

Por: R\$ 74,00

Comprar

MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato

ANGELA PINHO
DE BRASÍLIA
03/11/2010 17h41

O ministro da Educação, Fernando Haddad, pedirá que o CNE (Conselho Nacional de Educação) reveja o parecer que recomendou restrições à distribuição do livro “Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato, em escolas públicas.

O Conselho de Educação quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas. (*link*)

Como revelou a **Folha**, o conselho sugeriu que a obra não seja distribuída pelo governo ou, caso isso seja feito, que contenha uma “nota explicativa”, devido a um suposto teor racista.

Haddad disse ter recebido diversas reclamações de educadores e especialistas contra a decisão do CNE. “Foram muitas manifestações para que o MEC afaste qualquer hipótese de censura a qualquer obra”, afirmou.

Ele disse não ver racismo na obra, mas ainda assim não descartou a possibilidade de editoras redigirem as notas explicativas sobre o contexto em que determinada obra foi escrita quando isso for considerado necessário. Para o ministro, qualquer que seja a decisão do CNE, ela deverá valer para todos os livros e não para apenas um específico.

Caçadas de Pedrinho

Publicado em 1933, *Caçadas de Pedrinho* relata uma aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo na procura de uma onça-pintada.

Conforme o parecer do CNE, o racismo estaria na abordagem da personagem Tia Nastácia e de animais como o urubu e o macaco.

“Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano”, diz a conselheira que redigiu o documento, Nilma Lino Gomes, professora da UFMG.

Entre os trechos que justificariam a conclusão, o texto cita alguns em que Tia Nastácia é chamada de “negra”. Outra diz: “Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão” (leia trecho ao lado).

Em relação aos animais, um exemplo mencionado é: “Não é à toa que os macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens”.

Por isso, Nilma sugere ao governo duas opções: 1) não selecionar para o PNBE obras que descumpram o preceito de “ausência de preconceitos e estereótipos”; 2) caso a obra seja adotada, tenha nota “sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura”.

5.2.1 Análise do contexto sociocognitivo

Para análise do contexto sociocognitivo do discurso da notícia do dia 03 de novembro de 2010, vale observar que esse texto foi publicado (postado) no *Jornal Folha de S. Paulo online*, quarta-feira, às 17h41, no Caderno Educação, utilizando-se de uma linguagem formal.

A notícia apresenta-se à esquerda da página, juntamente com o nome do caderno, o título da notícia, o nome da jornalista, o nome da cidade, a data e a hora da publicação. Ao lado também, de diversos blocos menores de propagandas, entre elas, uma propaganda de cunho comercial de livros ilustrados de Lobato na parte superior e outra na parte inferior da página *on line*.

Na apresentação do texto na página *online*, observam-se ainda alguns *links* que remetem a outras notícias, a partir de palavras-chave, que se relacionam a outros “esclarecimentos” sobre o caso no texto da notícia. O *link* que aparece descrito na notícia em análise, refere-se ao texto primeiramente analisado neste trabalho no dia 29 de outubro.

As estruturas não verbais nesta notícia também indicam a importância de Lobato para sociedade, pois embora o autor esteja sendo acusado de ser racista, na leitura que é feita da página *online* do jornal, vê-se que a propaganda do livro lobatiano é reiterada duas vezes. O primeiro momento ocorre, quando se observa no alto do lado direito da página a primeira propaganda de uma caixa cheia de livros bem coloridos de Lobato sendo oferecida para o público com valor promocional. O segundo momento, em que a propaganda aparece, é no fim da página; o mesmo anúncio é a última propaganda feita na lista de livros indicados.

A notícia *on line* apresenta algumas possibilidades que são distintas do texto impresso. Conforme Mônica Magalhães Cavalcante, em *Os sentidos do texto* (2013), existem diversos modos de se enunciar por meio da tecnologia digital. Isto é, a página *online* possibilita ao leitor ter acesso a diferentes linguagens em uma única página. A autora ainda salienta que este universo pode ser ainda entendido como misto ou híbrido, pois “permite o acesso a vídeos, sons, textos verbais,

além de mesclar gêneros num mesmo ambiente, como manchetes e anúncios” (CAVALCANTE, 2013, p. 55).

O Eu-mesmo, categoria essencial descrita por van Dijk, é representado nominalmente, nesta notícia, pela jornalista Angela Pinho que é correspondente do jornal *Folha de S. Paulo* em Brasília. A jornalista possui um poder moderado no âmbito da instituição, pois se situa dentro de uma hierarquia jornalística, mas pode escolher o tópico que define como relevante, vale lembrar que esta jornalista escreveu a notícia do dia 29 de outubro com outra correspondente. A jornalista pode controlar a apresentação da avaliação global do tema dominante, como também as propriedades linguísticas, estilísticas e cognitivas do discurso da notícia como um todo. Ou seja, a jornalista conduz a notícia a determinado enquadramento que será interpretado pelo leitor do jornal, valendo-se da ideologia da empresa.

Assim, vê-se que a intenção da periodista no texto em tela é dar continuidade às notícias expondo ou informando aos leitores da *Folha de S. Paulo* sobre o andamento do evento envolvendo a obra *Caçadas de Pedrinho*. A notícia apresenta novos fatos descritos pela jornalista, sobre o posicionamento e o objetivo do MEC. A jornalista explicita no título as ações que deverão ser executadas pelo MEC, valendo-se do seguinte trecho: “rever o veto a livro de Lobato”. Assim, com esse excerto do título, percebe-se que há a intenção de sacramentar cada vez mais a definição da solicitação da nota como censura a Lobato, por meio da repetição do termo “veto”, e, com isso, “persuadir sua audiência da validade geral do ‘conhecimento’ do seu grupo” institucional (VAN DIJK, 2012a, p. 216) como certo e válido.

O ministro da educação Haddad, representante do MEC tem acesso à estrutura da notícia, por meio de citações diretas e indiretas no início do texto. Ele é apresentado como mediador da questão polemizada, pois inicialmente não demonstra um posicionamento, tão explícito em relação à nota explicativa, no texto, embora no título a ação de revisão seja descrita como uma atitude certa. Todavia, depois emite explicitamente seu posicionamento ao dizer, de forma modalizada, quando não recorre a outras vozes, conforme a jornalista: “Ele não

vê racismo na obra, mas não descartou a possibilidade de editoras redigirem as notas explicativas sobre o contexto [...] quando isso for considerado necessário”.

Nilma Gomes, apresentada como professora da UFMG e também conselheira do CNE, possui acesso às citações diretas e indiretas na notícia, mas novamente na segunda parte do texto. A professora Nilma Gomes apresenta-se como favorável aos movimentos da causa negra, isto é, é apresentada como partidária à inclusão da nota explicativa na obra *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, pois acredita que a obra tenha um teor racista. Na notícia *online*, a fala de Nilma foi repetida, visto que descreveram a notícia do dia 29 de outubro, apresentando as mesmas sugestões, explicitadas pelas jornalistas, no jornal impresso. Ademais, há também no texto a apresentação do posicionamento de educadores e especialistas que são apresentados de forma indireta como contrários à decisão do CNE, ou seja, contrários ao primeiro Parecer nº 15/2010.

O conhecimento geral, base comum, pressuposto neste discurso, versa sobre questões relacionadas ao racismo, veto, legislações atuais contra o preconceito, como também sobre a falta de legislação antirracista na época de Lobato, mas tende-se a ignorar o racismo apontado nos termos depreciativos que Lobato dispensa à personagem negra e aos animais em sua obra. Ou seja, os conhecimentos dos Movimentos Negros e de Antônio Gomes que questionaram o CNE sobre os termos abordados no livro lobatiano não são corroborados, sendo a questão racial entendida como uma crença dos grupos antirracistas não ratificada por grupos da elite.

O grupo da elite, que é representado pelo ministro Haddad, não vê racismo na obra lobatiana e insiste na manutenção da ideia de Lobato como um grande escritor, um escritor além do seu tempo. Busca-se, então, ratificar a ideologia da elite, que se opõe à posição do CNE, a partir da utilização de estratégias linguísticas e discursivas que atendem aos critérios da memória de curto prazo MCP, que é avaliativa, fornecendo aos leitores da *Folha* mais apoiadores e mais dados positivos de Lobato, impossibilitando, desse modo, que informações negativas sobre o autor ultrapassem a seleção feita na memória de curto prazo MCP e se estabilizem e generalizem na memória de longo prazo. Logo, o

conhecimento específico da minoria é entendido como uma simples crença preconceituosa ou exagero, e não como conhecimento ou opinião válida.

Verifica-se, assim, que há a continuidade, nesta notícia, do embate de poder entre representante do Ministério da Educação, juntamente com os especialistas, por um lado, e a professora Nilma Lino Gomes, conselheira do CNE, por outro. Com essa questão, novamente a definição ou enquadramento defendido neste tópico ressalta o dilema, a divergência, a ameaça ou o problema quando se alega a existência de racismo no discurso da elite, ou quando se exige a aplicabilidade da norma de não aceitabilidade do desrespeito aos negros.

5.2.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

O tema abordado na notícia do dia 03 de novembro de 2010 é construído a partir do título “MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato”, referindo-se à revisão que deverá ser feita no documento que, segundo o jornal, quer vetar a obra lobatiana. A agência responsável por essa atitude apresentada no excerto é o MEC que, conforme o título deverá exercer uma ação positiva contra o movimento que quer censurar a obra lobatiana nas escolas. No nível sintático a jornalista topicalizou a sigla já amplamente conhecida do Ministério da Educação como agente de uma ação positiva para o endogrupo. A locução verbal “quer rever” tem como complemento do verbo principal o substantivo “veto” e, ao utilizar esse item lexical para compor representar a ação do exogrupo, a jornalista ocasiona prejuízos para a minoria. Assim, pode ser observado que há harmonia entre o que a elite literária, jurídica, jornalística, entre outras, pensa sobre o parecer e o MEC, como integrante do intragrupo ou endogrupo, pois não se fala da nota explicativa, somente ratifica-se a ideia de veto por causa de um “suposto” racismo, sendo imprecisos ao não divulgarem em destaque a nota estabelecida pelo CNE.

Com isso, ocorre novamente a diferença de posicionamento ideológico ressaltada por van Dijk, pela qual o grupo representado no texto pelo MEC fará justiça ao revisar um documento que somente quer retirar ou censurar os livros. O MEC é apresentado como favorável à revisão do Parecer nº15/2010, mas não revela que,

entre as normas apresentadas pelo CNE, a que se relaciona com a não aquisição de obras com termos racistas foi estabelecida por ele mesmo e o CNE somente a reproduziu e esclareceu. Portanto, a partir dessa polarização, vê-se a manutenção da estratégia de autoapresentação positiva do endogrupo e a representação negativa do grupo de fora ou exogrupo.

5.2.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

No início da análise desta notícia as perguntas relacionadas ao lide jornalístico (Quem? O quê? Onde? Quando?) são respondidas no primeiro parágrafo do texto, como pode ser visto na seguinte passagem “O ministro da Educação, Fernando Haddad, pedirá que o CNE (Conselho Nacional de Educação) [...] reveja o parecer que recomendou restrições à distribuição do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, em escolas públicas”. Nesse trecho, ressalta-se o cargo de Haddad, uma autoridade que é parte da elite dirigente que é apresentado sintaticamente como o agente, que pedirá para o CNE rever o Parecer nº 15/2010. Nesse parágrafo, além da utilização de um item lexical “pedirá”, indiciando a complacência do ministro com os integrantes do exogrupo, o jornalista apresenta de modo impreciso as ações intentadas pelo CNE, ao utilizar como complemento do verbo recomendar o substantivo restrições.

No segundo parágrafo, tem-se a seguinte passagem: “Como revelou a **Folha**, o conselho sugeriu que a obra não seja distribuída pelo governo ou, caso isso seja feito, que contenha uma ‘nota explicativa’, devido a um suposto teor racista”. Acerca da estrutura sintática utilizada, por meio de uma oração subordinada objetiva direta, a jornalista representa de forma modalizada a ação negativa do CNE, ao utilizar o item lexical sugerir na oração, protegendo assim a face do jornal. Além disso, nota-se que a opção da nota explicativa, além de ter sido citada em segundo plano, aparece entre aspas reverberando uma ironia quanto à legitimidade do seu emprego. Neste trecho ainda, a jornalista explica que a ação do CNE, teria como causa “um suposto teor racista”. Com esse excerto, a elaboradora da notícia demonstra o seu posicionamento, pois utiliza um item lexical tendencioso ao dizer “suposto”, colocando em cheque os motivos da

celeuma, como também ao dizer ao final do trecho, após o uso do vocábulo suposto, que era por causa do teor racista na obra, denuncia assim o uso da estratégia da hipérbole novamente. Logo, com a utilização dessas estratégias e estruturas, os atos do CNE e seus posicionamentos são implicados como ações sem uma razão concreta.

No terceiro parágrafo há a seguinte passagem: “Haddad disse ter recebido diversas reclamações de educadores e especialistas contra a decisão do CNE. ‘Foram muitas manifestações para que o MEC afaste qualquer hipótese de censura a qualquer obra’, afirmou”. Nesse parágrafo, por meio de uma citação indireta, utilizando a estratégia da autoridade, a jornalista apresenta a fala de Haddad sendo balizada como pertinente a partir de muitas outras vozes, como especialistas e educadores. Essas outras vozes que foram trazidas para o discurso do jornal e que reforçam o posicionamento do endogrupo no pleito, caracteriza-se como a estratégia da evidencialidade, como pode ser visto mais claramente nessa passagem do parágrafo em análise: “Haddad disse ter recebido diversas reclamações de educadores e especialistas contra a decisão do CNE [...] ‘afirmou’.” O interessante a ser observado ainda, nesse excerto é que quando a fala de Haddad é descrita, a jornalista utiliza o item lexical positivo o verbo “afirmar”, no final do trecho, indicando uma certeza naquilo que foi expresso pelo ministro da educação, embora inicialmente o discurso do ministro tenha sido explicitado com o verbo dizer.

No terceiro parágrafo, além das questões suscitadas acima, a fala de Haddad foi expressa com a seguinte frase “‘Foram muitas’ manifestações [...] para que o MEC afaste ‘qualquer hipótese’ de censura ‘a qualquer obra’”. Com essas expressões vagas, como “muitas” e “qualquer”, Haddad apresenta a utilização de termos generalizantes sem uma concretude na descrição dos sujeitos, das instituições e das obras com conteúdo racista similar a de Lobato, ampliando-se, assim, o problema, como se o documento, a partir de uma acusação infundada, quisesse estabelecer novamente a censura a qualquer livro. Vale assinalar ainda que o item lexical “censura” acarreta prejuízos para o exogrupo, já que confirma o

consenso estabelecido para o episódio envolvendo o livro de Lobato, ratificando o posicionamento da elite *versus* minoria.

No quarto parágrafo, em citação indireta, expressa-se a fala de Haddad, “Ele disse não vê racismo na obra”, mas ainda assim não descartou a possibilidade de editoras redigirem as notas explicativas sobre o contexto em que determinada obra foi escrita quando isso for considerado necessário. Para o ministro, qualquer que seja a decisão do CNE, ela deverá valer para todos os livros e não para apenas um específico”. Nesse parágrafo, o jornal apresenta inicialmente de maneira estratégica que o ministro da educação não vê racismo na obra lobatiana, mas em seguida o jornal expõe o argumento que contrapõe a ideia inicial e que também contrapõe-se ao endogrupo, ao dizer que “ainda assim não descartou a possibilidade de editoras redigirem as notas explicativas”. Nesse trecho, quando Haddad é representado em discurso indireto sendo, de certo modo favorável à inserção da nota, tendo em vista que o argumento que se defende vem depois do conectivo adversativo, o jornal utiliza o verbo dizer para anteceder seu discurso.

Todavia, depois de uma parte inicial da fala de Haddad aparentemente favorável ao discurso do exogrupo, o jornal apresenta a estratégia da ressalva em favor do endogrupo, ao destacar que a medida de inserção da nota só ocorreria “quando isso for considerado necessário”. Logo, a estratégia comprovada nesse trecho é a ressalva ou isenção, pois embora não utilize uma expressão adversativa, comum a essa estratégia, nesta situação comunicativa tenta-se abrandar a fala do ministro anteriormente, dizendo que isso só será feito no momento em que o grupo da elite considerar pertinente a existência da nota nos livros, e não os próprios negros ou o grupo da minoria que seja favorável a isso. Ou seja, o “quando” nessa situação tem valor adversativo, apresentando após sua explicitação o argumento defendido pelo ministro. Com o uso dessa estrutura, percebe-se que o jornal apresenta o discurso de Haddad em uma possível tentativa de alcançar uma empatia do exogrupo, mas ao mesmo tempo não frustrar o grupo que ele representa.

Nessa notícia, mostra-se, em resumo, novamente as mesmas opções que, segundo o jornal, foram dadas pela conselheira do CNE na notícia do dia 29 de outubro de 2010: o veto, seguido da opção da nota. Assim, ao mesmo tempo em que se emite o posicionamento do exogrupo, mantém-se uma imagem positiva do MEC, do jornal e de sua interpretação preferida sobre a ação do exogrupo, sem acrescentar muitas novidades sobre as reais intenções dos outros.

Dessa forma, na notícia de 29 de outubro de 2010 descreveu-se com mais proeminência a história do caso, já nesta notícia apresentou-se com maior ênfase a fala de Haddad para ratificar as ideias do endogrupo. Com efeito, a fala do ministro é uma novidade, sendo apresentada com dados mais confiáveis e corroborada com a voz de outros sujeitos que ratificam a não censura à obra lobatiana.

5.3 Notícia 3: “Conselho de Educação revê parecer sobre a obra de Monteiro Lobato”

FOLHA DE SP/SP

SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2010 • cotidião C3

PARE VIRA 'PIRE' EM PLACA

As placas de placas de "Pire" viram "Pire" em placas de trânsito. O Conselho de Educação do Estado de São Paulo decidiu que as placas de trânsito com o nome "Pire" devem ser substituídas por placas com o nome "Pompéia Perdizes Lapa".

MEC corta 10.912 vagas em 136 cursos de direito

Eles tiveram desempenho ruim em avaliação do Ministério da Educação

Corta de 15% a 65% das vagas e não atingiu metas mínimas, segundo o MEC para a próxima geração de estudantes

Em decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE), o MEC decidiu cortar de 15% a 65% das vagas em 136 cursos de direito em todo o Brasil. A medida foi tomada após uma avaliação feita pelo MEC em 2009, que mostrou que muitos desses cursos não estavam atendendo às metas mínimas estabelecidas pelo MEC para a próxima geração de estudantes.

Segundo o MEC, a maioria dos cursos de direito não atingiu as metas mínimas estabelecidas pelo MEC para a próxima geração de estudantes. A medida foi tomada após uma avaliação feita pelo MEC em 2009, que mostrou que muitos desses cursos não estavam atendendo às metas mínimas estabelecidas pelo MEC para a próxima geração de estudantes.

Associação de faculdades não se pronuncia

A Associação Brasileira de Faculdades de Direito (ABFD) não se pronunciou sobre a decisão do MEC de cortar as vagas em 136 cursos de direito. A associação afirmou que a decisão do MEC é uma medida necessária para garantir a qualidade dos cursos de direito no Brasil.

ANÁLISE

Limitar novas vagas persegue meta de melhorar qualidade

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que vai limitar o número de novas vagas em 136 cursos de direito em todo o Brasil. A medida foi tomada após uma avaliação feita pelo MEC em 2009, que mostrou que muitos desses cursos não estavam atendendo às metas mínimas estabelecidas pelo MEC para a próxima geração de estudantes.

Conselho de educação revê parecer sobre obra de Monteiro Lobato

Anteriormente, CNE recomendava que texto não fosse distribuído nas escolas

O Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu revisar o parecer sobre a obra "Caramuru, o primeiro brasileiro" de Monteiro Lobato. O parecer anterior recomendava que o livro não fosse distribuído nas escolas devido ao conteúdo considerado inadequado para a faixa etária dos alunos.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu revisar o parecer sobre a obra "Caramuru, o primeiro brasileiro" de Monteiro Lobato. O parecer anterior recomendava que o livro não fosse distribuído nas escolas devido ao conteúdo considerado inadequado para a faixa etária dos alunos.

Ilustrada em cima da hora

A atriz Deborah Secco, que integrou a novela "Insensato Coração", vestiu para a TV o que ficou conhecido como "leopardo por moda".

ProUni dará isenção fiscal de acordo com bolsas concedidas

Hoje, benefício é igual para universidades que possuem ou não todas as vagas

O ProUni dará isenção fiscal de acordo com o número de bolsas concedidas. Atualmente, o benefício é igual para todas as universidades que possuem vagas em cursos de graduação.

O ProUni dará isenção fiscal de acordo com o número de bolsas concedidas. Atualmente, o benefício é igual para todas as universidades que possuem vagas em cursos de graduação.

Segundo o Censo, nenhuma cidade do país erradicou o analfabetismo

Segundo o Censo de 2009, nenhuma cidade do Brasil conseguiu erradicar o analfabetismo. O índice de analfabetismo no Brasil continua a diminuir, mas ainda há muito trabalho a ser feito.

Segundo o Censo, nenhuma cidade do país erradicou o analfabetismo

Segundo o Censo de 2009, nenhuma cidade do Brasil conseguiu erradicar o analfabetismo. O índice de analfabetismo no Brasil continua a diminuir, mas ainda há muito trabalho a ser feito.

Conselho de educação revê parecer sobre obra de Monteiro Lobato

Anteriormente, CNE recomendava que texto não fosse distribuído nas escolas

DE BRASÍLIA

O CNE (Conselho Nacional de Educação) decidiu rever seu parecer sobre o livro "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, e passou a recomendar a contextualização histórica das obras literárias abordadas na escola.

O texto aprovado pelo conselho em outubro de 2010 recomendava ou que o MEC não distribuisse a obra a escolas públicas ou que as editoras inserissem no livro uma "nota explicativa" sobre suposto teor racista, que estaria presente principalmente em passagens relativas à personagem Tia Nastácia, como no trecho "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão".

A medida sugerida pelo conselho teve repercussão negativa entre educadores e o ministro Fernando Haddad (Educação) acabou pedindo ao CNE que revisse o texto.

Agora, a nova versão aprovada pelo CNE afirma que é importante que a escola faça uma "contextualização" dos autores e dos livros, especialmente aqueles produzidas em período em que pouco se falava em preconceito racial.

O texto também ressalta que não se deve vetar o acesso dos estudantes a nenhuma obra literária. Para entrar em vigor, o parecer ainda tem que ser homologado por Haddad. Ontem, ele afirmou que leu versões preliminares do documento que o agradaram.

A abordagem já estava prevista em livro que será distribuído pelo MEC a escolas públicas no segundo semestre para orientar professores.

Sem negar possíveis elementos de preconceito racial na obra de Lobato, o livro defende que ela seja analisada em conjunto com as condições históricas da época.

“Ficou mais clara a intenção do conselho [Nacional de Educação], que despertou um debate interessante. No caso de obras clássicas, é importante o professor saber contextualizar. Fernando Haddad (Destaque)

Fonte: Folha de S. Paulo, sexta-feira, 03 de junho de 2011.

5.3.1 Análise do contexto sociocognitivo

A notícia do dia 03 de junho de 2011, do jornal *Folha de S. Paulo* impresso, foi publicada no caderno Cotidiano, nove meses aproximadamente após a aprovação do Parecer nº 15/2010 e dois dias após a aprovação do Parecer 06/2011 pelo CNE. O texto noticioso traz novas informações e conhecimentos sobre a polêmica em torno do livro de Monteiro Lobato. A linguagem apresentada nesta notícia se encontra na modalidade formal. A notícia apresenta o seguinte título: “Conselho de educação revê parecer sobre a obra de Monteiro Lobato”.

A notícia se apresenta rodeada de outras notícias vinculadas ao ambiente educacional, como uma ação do MEC em outra questão, notícias sobre o proUni, sobre o Censo do analfabetismo, e tem ao lado a foto de uma atriz desfilando, ou seja, a notícia se encontra em um local de baixo impacto. Além de se encontrar na parte inferior da página, segundo Hernandez (2012, p. 191), “tudo que estiver na parte de cima tem mais valor do que na parte de baixo”.

Sobre o Eu-mesmo, o nome do jornalista não foi explicitado, embora saibamos que possa ser um ou mais atores sociais que produzem a notícia, em uma instituição jornalística. A notícia advém de correspondentes do jornal em Brasília, cabe lembrar que ambas as notícias anteriores foram assinadas por jornalistas advindas também de Brasília. Vale salientar, ainda sobre os jornalistas, que eles são atores sociais que procuram produzir o discurso a partir da ideologia do jornal do qual fazem parte.

Assim, para a análise do contexto sociocognitivo desse texto, a não explicitação do produtor não desvalida a pesquisa, já que para um estudo dos modelos mentais, nem todas as categorias necessitam ser explicitadas, mas somente os conhecimentos estrategicamente mais relevantes para o leitor do texto definir o contexto sociocognitivo global do discurso intentado pelo Eu-mesmo. Logo, entendemos que a categoria Eu-mesmo não é somente compreendida a partir da explicitação do nome do redator do texto, mas, sobretudo, pela existência de uma função social que é exercida a partir de uma instituição determinada que produz seus textos para informar seus leitores sobre fatos com determinada intenção.

O intento do(a) jornalista da notícia foi trazer novas ações dos envolvidos na polêmica relacionada à obra *Caçadas de Pedrinho* no ano de 2011. Nessa notícia, informa-se ao público sobre o evento envolvendo o livro *Caçadas de Pedrinho* como uma tentativa de cercear a literatura nas escolas sem uma razão considerável, mitigando, o racismo. Assim, ocorre a reativação de modelos mentais tendenciosos e negativos sobre a proposta de inserção de nota ao livro. Desse modo, o jornal informa e atualiza seu público sobre acontecimentos relacionados à polêmica, rememorando negativamente o que foi afirmado sobre o

Parecer nº 15/2010 e trazendo novas informações positivas sobre o novo Parecer nº 06/2011.

Para (re) ativar na memória do leitor fatos sobre o parecer do CNE publicado em 2010, o escritor da notícia expôs os seus saberes individuais, institucionais e sociais sobre o evento, sendo estes relevantes para que a mensagem seja recuperada pelo leitor, a partir de apenas alguns dados, pistas ou gatilhos que, contextualizados, produzirão o sentido pretendido. Com isso, vê-se a atuação do mecanismo K estrategicamente pelo (a) jornalista que, por meio do controle do conhecimento relevante e útil a ser desenvolvido em determinada situação comunicativa, controla as inferências pretendidas sobre a polêmica em comento.

Na estrutura da notícia, como um todo, observa-se o diálogo entre diferentes vozes de representantes de diversas instituições governamentais e sociais que tiveram acesso ao jornal para emitir seu ponto de vista. Vê-se a apresentação da intertextualidade, por meio de citações diretas e indiretas em que diferentes atores sociais de notoriedade assumem posicionamentos no texto.

Os participantes do evento que tiveram acesso ao discurso noticiado foram Fernando Haddad, que emite seu posicionamento no texto através do discurso direto e indireto e o CNE, como o causador do processo de tentativa de retirada do livro de Lobato das escolas, no ano de 2010, sendo que este órgão agora somente é comentado por meio de citação indireta. Soma-se a essa instituição e ator social, a alusão feita à voz de especialistas em Lobato ou em literatura que foram categorizados na notícia como contrários à decisão de veto contra Monteiro Lobato.

A partir dessa polarização que antagoniza os dois posicionamentos observam-se, de um lado, as minorias contra o consenso nacional; e de outro, o CNE, já que agora ele exerce uma ação positiva para o endogrupo, sendo favorável a Lobato. Dessa forma, novamente a definição negativa apresentada sobre eventos envolvendo tópicos relacionados a questões de racismo, nessa notícia, é relembrada, mas agora é definida como problema “resolvido”.

5.3.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

A partir do título “Conselho de Educação revê parecer sobre obra de Monteiro Lobato” e subtítulo “Anteriormente, CNE recomendava que o texto não fosse distribuído nas escolas” escolhidos para encabeçar o tema global da notícia, pode-se inferir que a ação do endogrupo que foi desencadeada por causa da polêmica envolvendo a obra lobatiana em 2010, como já previsto, surtiu efeitos concretos, pois em menos de um ano após as propostas do CNE serem expostas e definidas negativamente pelo discurso jornalístico o Parecer nº 15/2010 foi modificado.

O conhecimento divulgado sobre a celeuma, em 2010, gerou a manifestação de muitos órgãos e instituições governamentais, logo, o caso, diante da repercussão atingida, não foi esquecido rapidamente entre os leitores da *Folha*, que se valendo da base referencial possibilitada pela utilização da expressão “rever parecer”, no título como uma atitude do CNE, compreendem a situação comunicativa evocada pelo discurso, (re) definindo a coerência global da notícia, ou seja, situando o texto em seu contexto. Ademais, outro aspecto relevante e comum ao gênero notícia foi à utilização de verbos no presente que trouxeram uma ideia de novidade ao evento descrito no discurso.

Sintaticamente, o Conselho de Educação é o agente topicalizado no título. No título, no ano de 2011, o Conselho de Educação, diferentemente da forma que foi explicitado na notícia do dia 29 de outubro de 2010, revisa o Parecer nº 15/2010. O item lexical “revê” da expressão “reve parecer” favorece na imagem positiva dos integrantes do endogrupo e também o conhecimento de que Lobato é um escritor que não carece de notas de alerta. Isto é, o título acentua a polarização do endogrupo *versus* exogrupo, destacando o erro e o problema causado pelos equívocos dos movimentos da causa negra.

No subtítulo da notícia, explicita-se o posicionamento do CNE anteriormente e ratifica-se também que o objetivo do Parecer nº 15/2010 era retirar o livro lobatiano das escolas de modo categórico. Assim, reativa-se novamente a

definição de que o Parecer nº 15/2010 foi um erro, haja vista a necessidade de retificação. Desse modo, vê-se que o subtítulo complementa o assunto já reativado com os termos utilizados no título. Logo, tais expressões favorecem a definição negativa do exogrupo, dificultando uma leitura alternativa ou uma compreensão justa por parte de leitores que não tiveram acesso a outros textos e interpretações sobre o caso.

Na parte final da notícia, um trecho da fala de Haddad é destacado inicialmente com aspas, em fonte maior que o texto da notícia e em negrito. Acrescenta-se esse trecho à análise global, devido à proeminência que ele apresenta. Nessa frase, que é dita por uma autoridade representante do MEC, pode-se observar de forma resumida a possível conclusão de uma polêmica estabelecida pelo jornalista. Na oração, que não se apresenta em ordem direta, topicaliza-se o verbo de ligação seguido do advérbio de intensidade “mais” juntamente com o predicativo do sujeito “clara”, para se referir ao intento da minoria, agora elucidado a partir do novo parecer do CNE. Portanto, com isso, o ministro “justificaria” o porquê, entre outros motivos apresentados, do texto do Parecer nº 15/2010 não ter sido inicialmente homologado, explicitando, por meio de uma unidade lexical positiva, que o documento agora constituído a partir do conhecimento do endogrupo é o apropriado.

Outro aspecto relevante, no trecho em destaque, é o esclarecimento dado por Haddad sobre o motivo do caso, por meio de uma oração adjetiva explicativa, ele declara que o conflito “[...] despertou um debate interessante”. Observa-se, na fala de Haddad, que esse item lexical “interessante” se desvincula dos reais objetivos do Parecer nº 15/2010, tendo em vista que o debate sobre a questão racial é necessário, e não interessante. Há leis que proíbem sujeitos e instituições de inferiorizarem o outro.

Também, no último período da fala destacada de Haddad, ele formula a oração: “é importante” que tem o valor argumentativo de certeza, para falar da necessidade de o professor contextualizar o livro, favorecendo, desse modo, a não necessidade da nota explicativa como obrigatória. Assim, no fim de sua fala destacada, Haddad passa para os professores a obrigação de saber

contextualizar o livro; todavia um dos motivos da solicitação da nota foi à falta de preparação de grande parte dos professores para lidar com essa temática na sala de aula, sendo essa uma das solicitações do primeiro Parecer nº 15/2010. Nesse ponto, Haddad foi estrategicamente impreciso, indiciando um desconhecimento da leitura do primeiro parecer, ou não apresentando que o Parecer nº 15/2010 já explicara sobre a necessidade da contextualização da obra pelo professor, mas preparado para isso.

5.3.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

A notícia inicia-se a partir do fato mais atual em ordem de importância e considerado mais relevante pelo escritor (a) da matéria. O lide desta notícia apresenta o seguinte excerto: “O CNE [...] decidiu rever seu parecer sobre o livro ‘Caçadas de Pedrinho’ de Monteiro Lobato, e passou a recomendar a contextualização histórica das obras abordadas na escola”. Ao se analisar o lide, percebe-se que ele é o clássico, e que responde as perguntas comuns, como (Quem? O que? Quando? Onde?) com destaque à ação empreendida pelo CNE.

Contudo, a ação realizada no ano de 2011 pelo CNE é diferente da ação que esse Conselho procurava executar no ano anterior. A partir da leitura da nova ação exercida pelo CNE, pode-se se intuir a categoria de ironia. Para justificar tal ponto de vista, vale lembrar o que van Dijk (1987), ao falar sobre imigração, observou sobre a forma como a elite ironizava a presença dos requerentes de asilo político, por exemplo, dizendo que de uma hora para outra eles se tornavam “refugiados”, ou seja, como se eles descobrissem, de repente, que eram refugiados no país, como se não tivessem ido para uma nova nação, com o objetivo de viverem lá.

Assim, ao relacionar o primeiro parágrafo com essa situação descrita, vê-se que o jornal apresenta a mudança do Parecer nº 15/2010 como uma decisão tomada pelo próprio CNE, como se de uma hora para outra o órgão tivesse decidido mudar de posicionamento e não tivesse sofrido diversas pressões para isso. A

ironia é caracterizada como uma forma mais sutil e velada de argumentar posicionamento de intolerância ao discurso que incomoda, pois mantêm a empatia, mas ao mesmo tempo exclui, critica, sem infringir as restrições contextuais.

No nível sintático, o CNE aparece como sujeito de duas ações positivas para o endogrupo no ano de 2011 no primeiro parágrafo. A primeira ação foi de rever o seu parecer e a segunda foi de recomendar a contextualização da obra. É preciso considerar que, na verdade, foi feita no ano de 2011 a modificação do Parecer nº 15/2010, pois ações que eram tidas como obrigação se tornaram sugestões. Somada a essa questão, ainda no primeiro parágrafo, tem-se a exposição de que agora, no segundo documento, o Parecer nº 06/2011, é que se “passou a recomendar a contextualização histórica das obras literárias abordadas na escola”, mas no primeiro Parecer nº 15/2010 já se falava em contextualização dos livros que tinham o mesmo problema que o livro lobatiano. Com essas estratégias discursivas, tem-se nesse trecho a utilização da implicação, pois se informam dados na notícia que não condizem com o teor apresentado no documento que foi objeto de mudança.

No segundo parágrafo, há a seguinte passagem: “O texto aprovado pelo conselho em outubro de 2010 recomendava ou que o MEC não distribuísse a obra a escolas públicas ou que as editoras inserissem no livro uma ‘nota explicativa’ sobre suposto teor racista, que estaria presente principalmente em passagens relativas à personagem Tia Nastácia, como no trecho ‘Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão’ “. No segundo parágrafo, começa-se a recontextualizar o início da polêmica relacionada ao livro, como também a responder algumas questões (O que provocou? Por quê? Como aconteceu?), apresentando uma ordem estabelecida pela jornalista sobre o caso.

No segundo parágrafo, as solicitações do CNE foram descritas, em uma estrutura sintática que ressalta uma ação negativa com a utilização do item lexical “recomendação” seguido de duas alternativas, diferentemente do verbo sugerir que foi utilizado em 2010. Além disso, vale lembrar, que o verbo recomendar é

apresentado somente com um complemento, que seria a opção da retirada do livro, no subtítulo desta notícia. Na primeira alternativa topicalizada, no parágrafo, expõe que o CNE solicitava a retirada do livro e, como segunda opção, tem-se a nota explicativa, mas de forma irônica, pois a alternativa da nota ficou entre aspas. Além disso, posteriormente a alternativa da nota, há a utilização do item lexical “suposto” para mitigar a causa de racismo explicitada novamente de modo hiperbólico. E para manter essa ideia dúbia sobre as motivações do exogrupo, o jornal utiliza o verbo “estar” no futuro do pretérito que expõe um distanciamento do discurso do jornal do discurso da minoria e, ao mesmo tempo, descredibilizando o argumento do exogrupo.

Segue, abaixo, um trecho do primeiro Parecer nº 15/2010, como o discurso apresentado pelo CNE, em contraste com o ponto de vista definido pelo jornal ao relembrar seus leitores sobre o conteúdo desse parecer:

Diante do exposto, e concordando com a Nota Técnica da SECAD, a denúncia do Sr. Antônio Gomes Costa Neto deve ser considerada coerente. A partir dela, algumas ações deverão ser desencadeadas: a) a necessária indução de política pública pelo Governo do Distrito Federal junto às instituições do ensino superior – e aqui acrescenta-se, também, de Educação Básica – com vistas a formar professores que sejam capazes de lidar pedagogicamente e criticamente com o tipo de situação narrada pelo requerente, a saber, obras consideradas clássicas presentes na biblioteca das escolas que apresentem estereótipos raciais. b) cabe à Coordenação-Geral de Material Didático do MEC cumprir com os critérios por ela mesma estabelecidos na avaliação dos livros indicados para o PNBE, de que os mesmos primem pela *ausência de preconceitos, estereótipos*, não selecionando obras clássicas ou contemporâneas com tal teor; c) caso algumas das obras selecionadas pelos especialistas, e que compõem o acervo do PNBE, ainda apresentem preconceitos e estereótipos, tais como aqueles que foram denunciados pelo Sr. Antônio Gomes Costa Neto e pela Ouvidoria da SEPIR, a Coordenação-Geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC deverão exigir da editora responsável pela publicação a inserção no texto de apresentação de uma nota explicativa e de esclarecimentos ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura. Esta providência deverá ser solicitada em relação ao livro *Caçadas de Pedrinho* e deverá ser extensiva a todas as obras literárias que se encontrem em situação semelhante (BRASIL, 2010, p. 5).

Comparando o que diz a notícia em pauta e as anteriores, com a citação do primeiro Parecer nº 15/2010 acima, ressalta-se que o discurso inicial do CNE já

era complacente com a obra lobatiana, pois ao dizer que “caso algumas das obras selecionadas pelos especialistas, e que componham o acervo do PNBE, ainda apresentem preconceitos e estereótipos, [...]” contrapõe-se à prescrição explicitada anteriormente no item b do mesmo documento, que exige a ausência de obras clássicas com teor racista na seleção de obras para o PNBE.

No terceiro parágrafo o (a) jornalista expõe o seguinte excerto: “A medida sugerida pelo conselho teve repercussão negativa entre educadores e o ministro Fernando Haddad (Educação) acabou pedindo ao CNE que revisse o texto”. No terceiro parágrafo, ocorre uma estratégia lexical envolvendo o verbo “sugerir” que, favorece modalizadamente na ideia de veto e censura a obra de Lobato. Ademais, tem-se, ainda, nesse parágrafo o seguinte trecho: “teve repercussão negativa entre educadores, e o ministro Fernando Haddad (Educação) acabou pedindo ao CNE que revisse o texto.” Novamente a estratégia da evidencialidade é manifestada, pois se reitera a reclamação de especialistas sobre o Parecer nº 15/2010 na notícia atual. Além disso, o item lexical “negativa”, na expressão, “repercussão negativa” demonstra um pretenso ponto de vista ruim do primeiro documento, utilizando-se novamente um léxico fortemente tendencioso.

No quarto parágrafo há a seguinte informação: “Agora, a nova versão aprovada pelo CNE afirma que é importante que a escola faça uma ‘contextualização’ dos autores e dos livros, especialmente aqueles produzidas em período em que pouco se falava em preconceito racial”. No quarto parágrafo, ao se referir ao CNE, o (a) jornalista faz a escolha lexical pelo verbo “afirmar” para introduzir um discurso do CNE, que explicita uma maior confiança do enunciador em relação ao novo texto do conselho, todavia apenas agora, após a mudança da primeira versão do parecer. Há neste parágrafo a utilização de uma oração subordinada substantiva invertida, na qual se topicaliza a expressão “é importante” para se dizer sobre a contextualização dos autores e livros . Ou seja, novamente usa-se um discurso modalizado indicador de certeza sobre o que é dito, como se no primeiro parecer isso não tivesse sido debatido. Essa foi uma estratégia utilizada para implicar que o texto anterior tivesse lacunas, como também para corroborar negativamente com a apreciação do exogrupo que é a favor da nota explicativa.

Da mesma maneira, usa-se o advérbio “especialmente” para circunscrever que os livros de épocas remotas devam ser contextualizados. Mas, afirma-se de modo eufemizante que “pouco se falava em preconceito racial”, como se isso justificasse as expressões de Monteiro Lobato no livro *Caçadas de Pedrinho*, independente de hoje existirem medidas que deveriam ser cumpridas para impedir a manutenção desse discurso que tinha livre acesso nas instituições e na literatura.

Já no quinto parágrafo o (a) jornalista expõe quê: “O texto também ressalta que não se deve vetar o acesso dos estudantes a nenhuma obra literária. Para entrar em vigor, o parecer ainda tem que ser homologado por Haddad. Ontem, ele afirmou que leu versões preliminares do documento que o agradaram”. No quinto parágrafo, o termo “veto” é utilizado no discurso do jornal, rememorando esse item lexical tendencioso e favorecendo a polarização dos dois grupos, já que esse termo não é aceito pelo exogrupo para representar sua solicitação. Nesse parágrafo da notícia ainda é relatado que o ministro já havia feito à leitura das versões preliminares do segundo Parecer e que o escrito já o agradara. Novamente, com o uso de uma unidade lexical como “agradar”, o jornal polariza o evento, ressaltando o quanto o ministro e, conseqüentemente, a elite simbólica que representa estaria satisfeita com a decisão de mudança do Parecer nº 15/2010; soma-se a isso, o fato de o jornal utilizar o verbo “afirmar” para relatar a fala do ministro.

No sexto e sétimo parágrafo, há as seguintes passagens, respectivamente: “A abordagem já estava prevista em livro que será distribuído pelo MEC a escolas públicas no segundo semestre para orientar professores. Sem negar possíveis elementos de preconceito racial na obra de Lobato, o livro defende que ela seja analisada em conjunto com as condições históricas da época”. No sexto e no sétimo parágrafo, o (a) jornalista apresenta um livro que seria entregue pelo MEC as escolas para contextualizar os professores sobre as questões raciais. Em especial, sobre a obra de Lobato, o (a) jornalista diz que o livro que seria distribuído pelo MEC não nega possíveis elementos de racismo na obra lobatiana. Todavia, observa-se que logo após a declaração desse indício de racismo na obra de Lobato no último parágrafo, pelo endogrupo, o jornal apresenta, por meio de

uma ressalva, no sétimo parágrafo, que esse livro defende a necessidade da contextualização da obra. Além disso, percebe-se que essa afirmação do racismo é modalizada pelo item lexical “possíveis”.

Dessa forma, ao confrontar o discurso do CNE no Parecer nº 15/2010 com a análise de uma das primeiras notícias apresentadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, após a aprovação do segundo Parecer nº 06/2011, percebe-se como alguns termos sutis no discurso jornalístico abafam e procuram silenciar o ponto de vista do outro, que neste caso é o movimento da causa negra, manipulando o discurso da minoria, inibindo a aceitação de sua voz e possibilitando a reprodução do ponto de vista ideológico da elite dominante que está no topo da estrutura social.

5.4 Notícia 4: “Audiência no STF discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de racismo e reacende debate sobre a adoção de obras literárias nas escolas”

FOLHA DE SÃO PAULO
Terça-feira, 22 de setembro de 2010 R\$

ilustrada

ARTES VISUAIS
 Diretor da Tate de Londres diz que SP se tornou um centro global
 Pág. 54 »

TEATRO
 Peças do Festival Mirada, em Santos, destacam temas históricos
 Pág. 55 »

Monteiro Lobato, quem ele foi, atravessou o século inteiro. Hoje, no século XXI, o legado de Lobato é Federalismo, uma ideia de constituição, ensinada pelo ministro Luiz Fux, para discutir a distribuição, em escolas públicas, de "Caceta de Pedrinho".

Em 2009, um governo do CM (Comitê Nacional de Educação), depois ligado ao Ministério da Educação) recomendou a retirada de livros publicados em 1937 por Lobato (1897-1948) do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD). O motivo: racismo.

O governo do CM quer saber o que é isso. Foi enviado um livro para a distribuição, em São Paulo, de personagens. Foi Lobato, devido a textos como "Caceta de Pedrinho" e "Caceta de Pedrinho" (racismo contra o negro).

Desde então a questão da distribuição de livros em escolas, justificando a retirada de Lobato.

Em 2010, o ministro Fux diz que ele se faz responsável por isso. "Se Lobato tivesse escrito esse texto de racismo e xenofobia, eu não, a distribuição de livros não é a responsabilidade de quem escreve e a responsabilidade de quem lê."

O STF, no entanto, diz que não se faz responsável por isso. "Se Lobato tivesse escrito esse texto de racismo e xenofobia, eu não, a distribuição de livros não é a responsabilidade de quem escreve e a responsabilidade de quem lê."



Intervista pública sobre o caso do racismo Monteiro Lobato/STF/STF

LOBATO NO SUPREMO

Audiência no STF discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de racismo e reacende debate sobre a adoção de obras literárias nas escolas

uma "nota explicativa".

A tal nota deveria discutir "a presença de estereótipos raciais na literatura" de Monteiro Lobato e o objetivo de "deixar contextualizada a obra".

Em 2009, o livro "Caceta de Pedrinho" foi retirado do PNLD por conter "racismo contra o negro".

Em 2010, o livro "Caceta de Pedrinho" foi retirado do PNLD por conter "racismo contra o negro".

O ministro da Justiça diz: "Não há como se falar em liberdade de expressão" quando "a obra for utilizada em escolas" com estudantes brasileiros. "A obra não é utilizada em escolas com estudantes brasileiros".

"Não se trata de uma obra de arte", diz o ministro. "Seja qual for o caso, não se trata de uma obra de arte".

A publicação do livro é feita em parceria com a obra de arte de Lobato.

Lobato, porém, não está sozinho. Outros autores também foram acusados de racismo e xenofobia. Em 2010, o ministro "BlackBerry" Fux" do ministro Mark Tereza (STF) foi responsável por retirar o livro de Lobato do PNLD, por conter racismo contra o negro.

© L&L 2010. Todos os direitos reservados.

Life

VIVARA

BRILHANTES A PARTIR DE R\$ 29



BRUNO MAGLI
 São Paulo, 2012
 Tel: 011 3033 1000

Quando você está escolhendo a melhor opção para o seu estilo, o resultado é uma verdadeira obra de arte.

Audiência no STF discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de **racismo** e reacende **debate** sobre a adoção de obras literárias nas escolas

DE SÃO PAULO
LOBATO NO SUPREMO

Monteiro Lobato, quem diria, atravessou o mensalão: nesta terça (11) à noite ocorre no Supremo Tribunal Federal uma audiência de conciliação, convocada pelo ministro Luiz Fux, para discutir a distribuição, em escolas públicas, de "Caçadas de Pedrinho".

Em 2010, um parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação, órgão ligado ao Ministério da Educação) recomendava a retirada do livro publicado em 1933 por Lobato (1882-1948) do Programa Nacional Biblioteca na Escola. O motivo: racismo.

O parecer do CNE que iniciou o caso foi suscitado sobretudo pela abordagem, no livro, da personagem Tia Nastácia, devido a trechos como o que comparava a cozinheira a uma "macaca de carvão".

Desde então a questão da distribuição do livro se arrasta, justificando a mediação do Supremo.

Em nota, o ministro Fux diz que ela se faz necessária por tratar de "relevante conflito em torno de preceitos constitucionais, no caso, a liberdade de expressão e a vedação ao racismo".

O MEC, no entanto, liberou, em ato homologatório no mesmo ano, a presença da obra no programa, desde que os exemplares distribuídos fossem acompanhados de uma "nota explicativa".

A tal nota deveria discutir "a presença de estereótipos raciais na literatura" de Monteiro Lobato e oferecer a devida contextualização histórica; mas isso não parece suficiente para o Iara (Instituto de Advocacia Racial), do Rio, e para o técnico em gestão educacional Antonio Gomes da Costa Neto.

Em 2011, o Iara impetrou mandado de segurança pedindo a reforma do ato homologatório do MEC.

O texto da ação diz: "Não há como se alegar liberdade de expressão" quando "a obra faz referências ao 'negro' com estereótipos fortemente carregados de elementos racistas".

"Não somos contra a circulação do livro. Mas entendemos que uma nota explicativa não basta", disse à **Folha** o advogado Humberto Adami, que representa o Iara.

A preocupação do lara é criar um parâmetro a fim de evitar casos futuros.

Lobato, porém, não está sozinho entre autores consagrados levadas à berlinda no país. Ou no mundo. Em 2011, o romance "Huckleberry Finn", do americano Mark Twain (1835-1910) foi republicado em edição modificada nos EUA, por chamar negros pelo pejorativo "nigger".

Fonte: Folha de S. Paulo, terça feira, 11 de setembro de 2012.

5.4.1 Análise do contexto sociocognitivo

O gênero em análise é uma notícia publicada na versão impressa em uma terça-feira, dia 11 de setembro de 2012. A notícia apresenta uma linguagem que pode ser considerada menos formal. O texto foi publicado no caderno Ilustrada do jornal *Folha de S. Paulo*. Conforme Hernandez (2012, p. 201), “na *Folha*, o caderno de variedades foi chamado de Ilustrada por apresentar, inicialmente mais fotos”. Logo, este caderno foi chamado dessa forma, conforme o autor, por apresentar muitas imagens e não se pautar no caráter típico de seriedade, se considerarmos que a concepção de tema “sério” não careceria de muitos recursos multimodais.

A notícia é apresentada no topo da página jornalística denotando a importância do fato para os leitores, tendo embaixo, em segundo plano da página, a publicidade de um produto. O texto apresentado no jornal impresso no caderno Ilustrada não apresenta o título no lugar que normalmente esse elemento aparece na estrutura prototípica da notícia. O título, somente com algumas palavras em negrito e com uma extensão maior do que o habitual é colocado ao lado direito de uma imagem de Monteiro Lobato.

Nesta notícia sobre a polêmica, reativa-se o conhecimento sobre a temática do fato que teve início em 2010, trazendo à tona o conhecimento sobre a questão do veto, do racismo, dos pareceres e principalmente do prestígio de Lobato, como pode ser observado na foto do literato com o nome dele descrito em cor branca em contraste com o fundo vermelho e o termo “supremo”, em fonte maior e em vermelho, abaixo de sua imagem.

Assim, os elementos visuais da notícia, em análise, proporcionam visualmente um contraste de cores sobre a foto de Monteiro Lobato. Conforme Faria e Zanchetta Jr., em *Para ler e fazer o jornal na sala de aula* (2007, p. 101), “há um contraste interessante entre os significados das cores vermelha (quente) e azul (fria)”. Nesse sentido, pode-se inferir que esse contraste de cores remeta a um aspecto agressivo e, ao mesmo tempo, sereno do autor Monteiro Lobato como também o contraste de cores remeta aos dois posicionamentos distintos na audiência¹⁷ no STF. Observa-se ainda, na foto, que a parte em vermelho não vai até o centro da imagem de Monteiro Lobato, estrategicamente escolhida pelo (a) jornalista, não manchando a sua face por inteiro. Na imagem, Monteiro Lobato aparece posando no centro da foto, no meio da notícia, e está sorrindo, indicando confiança e insinuando uma possível ironia com a continuidade do debate no STF. Ademais, a partir de Vieira e Silvestre, no livro *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social* (2015, p. 64), podemos perceber que o olhar de Monteiro Lobato, na foto, revela uma interação com outro sujeito que não aparece na imagem, pois o olhar de Lobato “foca diretamente um ator participante do cenário do discurso” e não o leitor do jornal.

Segundo Emediato, em *a Fórmula do texto* (2008, p. 156), “uma fotografia retratando um acontecimento é capaz de nos fazer reconstruir mentalmente a estrutura desse acontecimento”. O autor ainda complementa essa perspectiva, dizendo que a imagem de um sujeito douto é uma estratégia argumentativa no discurso do jornal. Nesse caso, por Lobato ser um literato reconhecido e admirado por muitos no Brasil, ele teria um *ethos* de dignidade, apresentando uma face positiva, que corrobora com as outras vozes doudas que se somam para manter seu prestígio.

O intento do (a) periodista nesta notícia, no ano de 2012, foi informar aos leitores sobre a audiência de conciliação que ocorreu na noite daquele dia no STF, em função do Mandado de Segurança nº 30952 ter chegado ao STF, por causa da

¹⁷ Conforme o Novo código do processo civil anotado (2015), o termo audiência refere ao procedimento no qual o conciliador interroga e ouve as alegações das partes de um processo para se chegar a um acordo. BRASIL. Novo código de processo civil anotado. Porto Alegre: OAB, 2015.

homologação do Parecer nº 06/2011 pelo MEC. As informações sobre essa etapa da polêmica foram apresentadas também em uma segunda página (“pág. E3”) no jornal.

Sobre o Eu-mesmo, que não é apresentado nominalmente nesse texto, sabe-se que é um ator social que se integra à instância discursiva jornalística e, partindo de influências sociais e individuais que constrói o discurso, valendo-se de seus modelos mentais sobre eventos e atores que participam do caso. O Eu-mesmo se integra a uma instituição privada e, como jornalista, assume uma posição de poder, haja vista que pode fazer a escolha dos assuntos que considera importantes para a sociedade e para o público leitor da instituição. Cabe aqui a fala de Ingedore Koch (2014, p. 30) para quem “As ações verbais [...] que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. [...] não são em nada neutros quanto a este contexto”.

Van Dijk (2012a) reitera também a importância do Eu-mesmo ao dizer que uma parte do controle sociocognitivo do contexto pode ser observada a partir das escolhas de atores sociais feitas pelo elaborador da notícia. Desse modo, na notícia em tela, vê-se que o (s) (as) jornalista (s) escolheu (ram) os seguintes atores sociais para emitirem seu posicionamento: Ministro Luiz Fux, representando o STF; o MEC; o advogado Humberto Adami, representando o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA e Antonio Gomes da Costa Neto que protocolaram a ação no Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal é o órgão “[...] de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição [...]”¹⁸. O ministro Luiz Fux exerce o papel, como um dos ministros do STF, de intermediário do conflito, tendo sua voz, em referência direta, citada na notícia. O ministro Luiz Fux é um ator social que aparece na polêmica para mediar o pleito. O exogrupo, nesta notícia, é representado por Humberto Adami e Antonio Gomes da Costa Neto. Desse modo,

¹⁸Disponível

em:<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>
Acesso em: 09/11/2015.

porquanto a polêmica não ter chegado a uma resolução, tal órgão teve que ser acionado na tentativa de uma decisão final e satisfatória para ambos os lados.

O Ministério da Educação agora assume o lugar do CNE. Na verdade, o CNE, que era apresentado em 2010 como um órgão desvinculado do MEC, nas notícias, em 2012, é integrado ao Ministério da Educação, não se unindo a partir de tal momento ao exogrupo, como era descrito anteriormente. Nota-se no texto que as ações do MEC são representadas a partir das citações indiretas do Eu-mesmo.

O advogado Humberto Adami, no caso, exerce o papel social de representante do IARA. O representante do IARA tem sua fala citada no discurso a partir de uma citação direta nos parágrafos finais da notícia.

Antonio Gomes da Costa Neto é o mestrando que observou que o livro *Caçadas de Pedrinho*, embora contendo muitos termos racistas contra Tia Anastácia, era incorporado sem uma nota explicativa e sem a preparação efetiva dos profissionais da educação às bibliotecas escolares com dinheiro público.

O Eu-mesmo, como também os outros sujeitos escolhidos para compor essa notícia; e os leitores, já possuem conhecimento e emoções isto é, uma relação individual única sobre esse evento, tendo em vista que a mídia já havia divulgado muitas informações sobre o caso que teve início no ano de 2010.

A definição proposta para esse evento pode ser entendida como problema. Para van Dijk (2012 a, p. 24), a definição do evento é entendida como o modelo mental estabelecido pelo Eu-mesmo. Do mesmo modo, ao falar sobre as influências da definição dessa notícia na mente do leitor, van Dijk (2012a, p.20) relata:

‘O controle da mente’ envolve muito mais de que apenas compreensão da escrita e da fala; envolve também conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança de mentalidade das pessoas.

Logo, ao se analisar algumas das categorias principais do modelo de contexto do jornalista sobre esse evento têm-se a compreensão da definição proposta pelo redator na escrita da notícia.

5.4.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

O título da notícia do dia 11 de setembro de 2011 apresenta o seguinte título: “Audiência no STF discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de racismo e reacende debate sobre a adoção de obras literárias nas escolas”. No que diz respeito à análise do tema global da notícia em análise, observa-se que o assunto apresentado relata agora a continuidade do caso sobre a polêmica de Monteiro Lobato no STF. O título, nessa notícia impressa, não se encontra na localização tradicional. O título está disposto ao lado da imagem de Lobato, apresenta uma extensão maior que a normal e exibe algumas palavras em tom mais escuro, como o item lexical “audiência”, “racismo” e “debate”. O vocábulo “audiência” em negrito envolve problema no âmbito judicial embora essa audiência seja de conciliação, além disso, tal termo ativa um campo semântico que conduz a imagem de Lobato ao campo da justiça, diferentemente da situação que normalmente se observa o autor; já o segundo termo em negrito no título remonta o motivo primeiro da polêmica, isto é, a questão racial; e, por fim, há o uso do termo “debate” que é instaurado pela discussão da temática racial na obra lobatiana no STF. Desse modo, pode-se observar que a questão do racismo aparece, mas é situada entre os termos audiência e debate, favorecendo, assim, na manutenção da imagem negativa do exogrupo por querer discutir essa questão.

No título, sintaticamente o termo audiência assume o papel de agente da ação de discutir a liberação do livro lobatiano, como também o é o agente que exerce o ato de reacender o debate sobre a obra lobatiana que é objeto da ação. Logo, diante dos termos utilizados no título, somando-se ao motivo e a seriedade da questão racial para a sociedade brasileira é inusitado encontrar tal temática no caderno Ilustrada.

Além disso, ao utilizar a unidade lexical “liberação” no título o jornalista contribui estrategicamente para os objetivos do endogrupo e pode ser implicar um aspecto negativo para o grupo da minoria, considerando que o livro não foi impedido de estar presente nas bibliotecas escolares em nenhum momento. Na verdade, o que se discutiu em todo o caso foram as condições ou adaptações para que o livro estivesse presente no acervo das escolas, conforme é estabelecido nos preceitos jurídicos atuais sobre as questões raciais.

Do mesmo modo, integrando a análise global, tem-se a frase “Lobato no supremo” em caixa alta. Tal frase abaixo da imagem de Lobato apresenta o nome do literato, seguido da preposição “no” e pelo termo que evoca o consenso sobre Lobato, mas ao mesmo tempo, essa frase, revela uma ambiguidade positivamente estratégica, ao entender que Lobato seria “supremo”, ou de ele estar no “supremo”. Essa apresentação possibilita implicar o posicionamento já aceito por muitos da comunidade científica de “Lobato ser supremo”.

Acerca das polarizações ideológicas possibilitadas pela análise global deste texto, nota-se no ano de 2012 que a proposta de polarização entre o *Nós x Eles* continua a ser mantida. E o jornal demonstra o seu posicionamento nesta notícia no nível global em consonância com o posicionamento estabelecido pelas elites simbólicas apresentadas neste pleito.

5.4.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

O primeiro parágrafo da notícia inicia-se com o seguinte excerto: “Monteiro Lobato, quem diria, atravessou o mensalão: nesta terça (11) à noite ocorre no Supremo Tribunal Federal uma audiência de conciliação, convocada pelo ministro Luiz Fux, para discutir a distribuição, em escolas públicas, de ‘Caçadas de Pedrinho’”. No primeiro parágrafo da notícia, onde normalmente se estabelece o lide, Monteiro Lobato sobressai-se sintaticamente como agente topicalizado do verbo “atravessar”, com isso ressalta-se que Lobato sobrepujou o mensalão¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_Mensal%C3%A3o>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

Além disso, o redator para enfatizar a supremacia de Lobato utiliza a expressão “quem diria” para emitir nitidamente sua admiração pelo autor, diante da precedência do caso envolvendo a obra lobatiana de outra polêmica. Com isso, o (a) jornalista favorece na manutenção da ênfase ao lado positivo do autor ao utilizar a estratégia da comparação.

No segundo parágrafo, há o seguinte excerto: “Em 2010, um parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação, órgão ligado ao Ministério da Educação) recomendava a retirada do livro publicado em 1933 por Lobato (1882-1948) do Programa Nacional Biblioteca na Escola. O motivo: racismo”. No segundo parágrafo, o (a) jornalista, por meio de uma expressão temporal, informa o que aconteceu no ano de 2010 aos leitores da *Folha* ao remontar o caso, desde o Parecer nº 15/2010. O CNE é descrito como um órgão vinculado ao MEC²⁰, diferentemente da forma que era apresentado na primeira e na segunda notícia analisada. Nesse excerto, utiliza-se na oração, que evidencia uma ação negativa do grupo minoritário, o item lexical, o verbo, “recomendar”, tendo este como objeto direto a unidade lexical “retirada”, sem as alternativas que foram apresentadas nas notícias anteriores. Dessa forma, nota-se que com o tempo foi ocorrendo à ênfase de que o primeiro Parecer 15/2010 somente recomendava a retirada do livro das salas de aula, suprimindo assim, até as alternativas que eram apresentadas pelo jornal como argumento do CNE.

No quarto parágrafo, o (a) jornalista expõe a seguinte informação: “Desde então a questão da distribuição do livro se arrasta, justificando a mediação do Supremo”. No quarto parágrafo, o jornalista ao utilizar o item lexical “arrastar” contribui para a manutenção da definição global negativa sobre o exogrupo e ressalta, desse modo, também à tolerância do grupo da elite com o grupo da minoria ao tentar resolver o caso no STF.

²⁰Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

Já no quinto parágrafo, há a seguinte passagem: “Em nota, o ministro Fux diz que ela se faz necessária por tratar de ‘relevante conflito em torno de preceitos constitucionais, no caso, a liberdade de expressão e a vedação ao racismo’”. No quinto parágrafo, quando ocorre a fala do ministro Fux, ressaltando a relevância da mediação do caso no Supremo, o jornal utiliza, modalizando o discurso, o verbo “dizer”, reproduzindo em citação direta, a fala do ministro. Nesse caso, novamente se utiliza um elemento lexical que demonstra o distanciamento da instituição jornalística do posicionamento que seja favorável ao grupo minoritário, considerando que foram os atores sociais da minoria afro-brasileira que impetraram a ação no STF, juntamente com o mestrando. Mas é importante notar na citação direta da fala do ministro primeiramente é topicalizada a ideia proteção da “liberdade de expressão” e, em segundo lugar, a questão racial.

Já no sexto parágrafo, o jornal expõe o seguinte trecho: “O MEC, no entanto, liberou, em ato homologatório no mesmo ano, a presença da obra no programa, desde que os exemplares distribuídos fossem acompanhados de uma ‘nota explicativa’”. No sexto parágrafo, o jornal apresenta a estratégia de ressalva ou isenção com o uso do conectivo deslocado “no entanto” para manifestar as ações positivas do MEC, explicando o parágrafo anterior. Além disso, o MEC é o agente sintático que exerce ação positiva no caso, pois ele liberou a obra “desde que os exemplares distribuídos fossem acompanhados de uma nota ‘explicativa’”, conforme apresentado pelo jornal nessa etapa da celeuma. No trecho citado, vê-se que depois da expressão “desde que”, que foi usado no parágrafo pelo (a) jornalista como uma estratégia de ressalva, aparece o requisito da nota explicativa, entre aspas, sinalizando a indiferença irônica do (a) jornalística a esse item. Fato que, conforme pode ser compreendido a partir da leitura das notícias anteriores, foi à solicitação do exogrupo, enquanto tinha o apoio do CNE, todavia nesta parte da notícia se torna um argumento do endogrupo.

No sétimo parágrafo, o jornal apresenta a seguinte frase: “A tal nota deveria discutir ‘a presença de estereótipos raciais na literatura’ de Monteiro Lobato e oferecer a devida contextualização histórica; mas isso não parece suficiente para o Iara (Instituto de Advocacia Racial), do Rio, e para o técnico em gestão

educacional Antonio Gomes da Costa Neto”. No sétimo parágrafo, o termo “nota” é antecedido por um o pronome demonstrativo “tal”. Esse pronome, antecedendo o vocábulo “nota” e valendo-se da definição sociocognitiva proposta para este evento, apresenta um aspecto irônico e pejorativo, ressaltando o distanciamento do (a) jornalista em relação à necessidade do acréscimo da nota à obra lobatiana. Além disso, o (a) jornalista expõe claramente seu posicionamento, após o conectivo “mas”, sobre os integrantes dos grupos minoritários ao fim do parágrafo, ao indicar, através da estratégia de ressalva, a tolerância do endogrupo em oferecer a possibilidade da nota aos requerentes do Mandado de Segurança e isso ainda não ser suficiente para eles.

No décimo parágrafo, há a seguinte informação; “‘Não somos contra a circulação do livro. Mas entendemos que uma nota explicativa não basta’, disse à **Folha** o advogado Humberto Adami, que representa o Iara”. No décimo parágrafo, o representante Humberto Adami do IARA tem sua fala explicitada por intermédio de um discurso direto que é seguido pela unidade lexical, verbo dizer. Observa-se que no trecho da fala do advogado não se esclarece que além da nota explicativa o exogrupo na verdade solicitava também outra medida, como cursos de formação para professores se integrarem aos conhecimentos atuais e críticos sobre questões raciais. Basta observar essa questão em alguns trechos, descritos no texto do Mandado de Segurança nº 30952 protocolado pelo Instituto de Advocacia Racial e Antonio Gomes da Costa Neto:

e) Seja o presente conhecido e provido, reformando o ato de homologação do Ministro de Estado da Educação e do Conselho Nacional de Educação, que por força do Parecer n. 06/2011 permitiu a aquisição de obras literárias com recursos públicos sem qualquer ressalva obrigatória, [...] f) Caso ainda permitida a autorização de aquisição para uso na Educação Básica, determine a imediata formação e capacitação dos Educadores para que possam utilizá-las de forma adequada na Educação Básica em razão da expressa vedação de seu uso sem o devido preparo dos(as) profissionais no exercício do magistério;[...] (BRASIL, 2012, p. 3-4).

No entanto, essa informação não aparece no parágrafo, possibilitando, dessa maneira, inferências que favorecem ainda na manutenção da ideia de veto e censura e justificam as respostas negativas apresentadas pela sociedade diante desse caso.

No décimo primeiro parágrafo, o (a) jornalista descreve de modo generalizante o objetivo do IARA, ao apresentar a seguinte citação: “A preocupação do IARA é criar um parâmetro a fim de evitar casos futuros”. Nota-se, nesse trecho, que, por meio de um artigo indefinido antes da palavra parâmetro, ocorre uma indefinição dos objetivos específicos do IARA no pleito. Soma-se a essa informação que o objetivo do parâmetro, que seria a não reverberação do racismo, não é exibida, mas sim um vocábulo impreciso, como “casos”, utilizado sem uma especificação.

Já no décimo segundo parágrafo da notícia, o jornalista apresenta a seguinte informação: “Lobato, porém, não está sozinho entre autores consagrados levados à berlinda no país. Ou no mundo. Em 2011, o romance ‘Huckleberry Finn’, do americano Mark Twain (1835-1910) foi republicado em edição modificada nos EUA, por chamar negros pelo pejorativo ‘nigger’ “.No último parágrafo, o jornal utiliza a estratégia da vitimização, juntamente com a dramatização e a polarização para dizer que não só Lobato, mas também outros literatos foram “levados à berlinda”. Ademais, a partir dessa questão ocorre ainda a escolha do item lexical “consagrado”, para ratificar o consenso do grupo em que Lobato se integra como também o grupo que tem sido atualmente perseguido. Por fim, no último parágrafo, o jornalista compara a polêmica sobre a obra *Caçadas de Pedrinho* a outro caso ocorrido em outro país, também envolvendo questões raciais para exemplificar o acontecimento que estava ocorrendo no Brasil com de autores que tiveram seus textos reanalisados.

Portanto, observa-se nessa notícia, o investimento na imagem positiva de Lobato. Os elementos multimodais possibilitaram, juntamente com os elementos linguísticos no nível global, observar a situação polarizada do caso. No nível local, houve também a ênfase na imprecisão de detalhes de dados e informações sobre o intento do exogrupo, como também comparações entre o que está acontecendo com o livro de Lobato aqui no Brasil e outros casos fora.

5.5 Notícia 5: “Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo”

Teste encontra pelo de rato em castanhas

Também havia problema em uvas-passas escuras; amostras foram coletadas no Fão de Açúcar e na Creadista Helena

Outras locais foram visitadas na capital paulista pela ProTeste, mas resultados de testes ainda não saíram

CIÊNCIAS
CIÊNCIAS ANIMAIS DE CASTANHA

A Associação de Consumidores (ProTeste) deu uma paladinha para de novo em setembro de 2010, quando a entidade de defesa do consumidor do país, após 14 anos de existência, mudou sua sede para o prédio da antiga loja de departamentos Carrefour, em Vila Mariana, onde se encontra a sede da entidade. A entidade também mudou seu nome para Associação de Consumidores (ProTeste). A entidade também mudou seu endereço para o endereço atual, na Rua da Consolação, 100, no bairro da Consolação, em São Paulo. A entidade também mudou seu endereço para o endereço atual, na Rua da Consolação, 100, no bairro da Consolação, em São Paulo.

partidos e entidades da oposição em setembro. O departamento de polícia que investiga a denúncia contra o crime de tráfico de drogas em São Paulo, em setembro, não conseguiu encontrar o produto em nenhuma das lojas. Por outro lado, foram os testes feitos em setembro de 2010 que revelaram a presença de aflatoxina em castanhas. A ProTeste, em setembro de 2010, coletou amostras de castanhas em lojas de varejo em São Paulo, em setembro de 2010, e enviou-as para análise em um laboratório de análise de alimentos em São Paulo, em setembro de 2010.

SEQUELISMO
A falta de, e consequentemente o consumo de produtos de origem animal, como carne, leite e ovos, que são essenciais para a alimentação humana, é um problema que precisa ser resolvido. Segundo o Ministério da Saúde, a falta de produtos de origem animal pode causar sérios problemas de saúde. A falta de produtos de origem animal pode causar sérios problemas de saúde. A falta de produtos de origem animal pode causar sérios problemas de saúde.

mentos resultantes. “Primeiramente, temos a obrigação de atender a pedido dos consumidores, mas também temos a obrigação de garantir a qualidade dos produtos que oferecemos”, afirma o diretor-geral Paulo César, professor da Fapesp.

3 OUTUBRO 1

Unidades dizem que controle de qualidade é rígido

O Fão de Açúcar informou que aplica rigoroso controle de qualidade em todos os produtos que oferece aos consumidores. Segundo o gerente de operações do Fão de Açúcar, o controle de qualidade é muito rígido. Segundo o gerente de operações do Fão de Açúcar, o controle de qualidade é muito rígido. Segundo o gerente de operações do Fão de Açúcar, o controle de qualidade é muito rígido.

mento da Consolida Helena, que foi a primeira controladora de qualidade da Consolida Helena. Segundo o gerente de operações da Consolida Helena, o controle de qualidade é muito rígido. Segundo o gerente de operações da Consolida Helena, o controle de qualidade é muito rígido. Segundo o gerente de operações da Consolida Helena, o controle de qualidade é muito rígido.

66 Não sabemos em que momento da cadeia produtiva ocorreu o problema, mas os estabelecimentos são responsáveis pela seleção dos fornecedores e precisam fazer análises laboratoriais de maneira rotineira

Associação de Consumidores (ProTeste)

Ilustrada

Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo

MEC e Instituto do Rio de Janeiro ajustam

REDAÇÃO

A audiência de conciliação realizada nesta terça-feira (20) pelo Tribunal Federal do Rio de Janeiro (TRF-1) sobre o livro “Castanhas de Profeta”, de Henrique Lobato, em processo de revisão judicial em favor da Editora do governo federal, não chegou a um acordo definitivo.

Em 2010, o TRF-1 decidiu a favor da Editora, anulando parte do acórdão proferido pelo TRF-1 em favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

Com a decisão, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Instituto de Administração do Rio de Janeiro, e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) do governo federal, apresentaram recurso ao TRF-1.

No dia 19 de setembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu a favor da Editora do governo federal, anulando parte do acórdão proferido pelo TRF-1 em favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

Para o Ministério da Educação, a obra não contém conteúdo ofensivo e não é considerada obra de difamação. O MEC e o Conselho Nacional de Educação decidiram a favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

No entanto, o Ministério da Educação decidiu a favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada. No entanto, o Ministério da Educação decidiu a favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

Com a decisão, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Instituto de Administração do Rio de Janeiro, e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) do governo federal, apresentaram recurso ao TRF-1.

No dia 19 de setembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu a favor da Editora do governo federal, anulando parte do acórdão proferido pelo TRF-1 em favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

Com a decisão, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Instituto de Administração do Rio de Janeiro, e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) do governo federal, apresentaram recurso ao TRF-1.

No dia 19 de setembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu a favor da Editora do governo federal, anulando parte do acórdão proferido pelo TRF-1 em favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

Com a decisão, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Instituto de Administração do Rio de Janeiro, e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) do governo federal, apresentaram recurso ao TRF-1.

No dia 19 de setembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu a favor da Editora do governo federal, anulando parte do acórdão proferido pelo TRF-1 em favor da Editora do governo federal, e permitindo que a obra fosse publicada.

TV 50" COM CONVERSOR DIGITAL
R\$ 219,90 sem juros no cartão

430 litros
R\$ 239,90 sem juros no cartão

5 bocas
R\$ 129,90 sem juros no cartão

CASAS BAHIA

JURO Z

As informações são de fontes confiáveis. Não se responsabilizamos por danos materiais ou morais decorrentes do uso das informações aqui divulgadas. © 2011 Casas Bahia. Todos os direitos reservados.

Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo

MEC e instituto do Rio vão debater ajustes

MATHEUS MAGENTA

ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

A audiência de conciliação realizada ontem à noite no Supremo Tribunal Federal para discutir a adoção do livro "Caçadas de Pedrinho", de Monteiro Lobato, no Programa Nacional Biblioteca na Escola, do governo federal, trouxe avanços sem chegar a um acordo definitivo.

Em 2010, o livro foi acusado de racismo, sobretudo pelo modo pejorativo como se refere à personagem negra Tia Nastácia.

Convocada pelo ministro Luiz Fux, a negociação envolveu o Ministério da Educação o Instituto de Advocacia Racial, do Rio, e o técnico em gestão educacional Antonio Gomes da Costa Neto.

Há dois anos, um parecer do Conselho Nacional de Educação recomendou a não distribuição da obra por meio do PNBE, alegando que o livro era racista. Por meio de um ato homologatório, o MEC desconsiderou o parecer.

Para o ministério, uma nota explicativa recomendando a contextualização da obra bastaria para a distribuição.

O Iara e Costa Neto entraram com um mandado de segurança para sustar o ato.

Na audiência, o instituto sinalizou que pode desistir de pedir a tal anulação, caso o MEC implemente medidas concretas, como a capacitação de professores sobre o tema, além da veiculação da tal nota explicativa.

O ministério se dispôs a negociar os parâmetros do acordo com o próprio Iara, deixando em aberto uma definição sobre o caso. Haverá um novo encontro entre as partes no próximo dia 25, em Brasília, para discutir o processo de ajustamento.

Caso cheguem a um acordo, seus termos deverão ser apresentados ao ministro Fux, que decidirá se procede.

Caso contrário, o processo será submetido à decisão do plenário do STF.

Em entrevista à **Folha**, na última segunda-feira, o advogado Humberto Adami, que representa o Iara, declarou que o instituto estava aberto ao diálogo e que a ação tem por objetivo "conter o risco de ver o racismo reintroduzido em sala de aula".

Fonte: Folha de S. Paulo, quarta-feira, 12 de setembro de 2012.

5.5.1 Análise do contexto sociocognitivo

A notícia foi publicada na versão impressa, apresentando a linguagem formal, no dia 12 de setembro de 2012 no jornal *Folha de S. Paulo* no Caderno Cotidiano na parte – Ilustrada em cima da hora. O jornal *Folha*, para Hernandez (2012, p. 62) ao indicar a atualidade do fato corrobora para dar um aspecto de atualidade ao

acontecimento. Como também acrescentam, por meio desta estratégia, um tom mais “especulativo e evidencia o ponto de vista do jornal”. A notícia em análise apresenta nominalmente o jornalista que escreveu o texto, que foi enviado especialmente pelo jornal a Brasília para apurar um possível fim dos fatos relacionados ao acordo agora no Supremo Tribunal Federal.

Esta notícia, no plano da expressão, conforme Hernandez (2012) foi desvalorizada, pois ocupa um pequeno espaço ao lado de uma imagem publicitária que apresenta uma profusão de recursos imagéticos que arrebatam o leitor de modo muito mais atraente. Soma-se a isso que a notícia foi publicada, na parte inferior da página, tendo desse modo menor possibilidade de atrair atenção.

A unidade noticiosa, segundo Hernandez (2012, p. 51) possibilita ao leitor “bases para que [...] se mantenha curioso para o ‘próximo capítulo’”. Assim, ao utilizar neste texto os itens lexicais “Audiência”, “Monteiro Lobato”, “Não”, “MEC” no título e subtítulo, o jornal incita o leitor a continuar a buscar mais conhecimentos e informações sobre a polêmica agora no STF. Dessa forma, a notícia esclarece e enfatiza para seus leitores uma das tentativas de resolução da polêmica envolvendo a obra de *Caçadas de Pedrinho*. Para Hernandez, o jornal busca tornar seu leitor fiel a sua notícia e faz com que ele queira ter mais envolvimento com o caso e conhecimento sobre ele, ao gerar a empatia no leitor. Hernandez (2012, p. 64) ainda destaca que “quando um jornal tenta mobilizar afetos do público ao noticiar, tenta obter uma identificação entre leitor, internauta, ouvinte, telespectador [...] e os personagens das notícias”.

O Eu-mesmo da notícia é o jornalista Matheus Magenta que, como funcionário do jornal, constitui o texto de acordo com a ideologia da empresa para a qual trabalha. Já os outros sujeitos ou instituições escolhidos para participarem do discurso foram selecionados devido aos papéis sociais relevantes que assumem no âmbito judicial e educacional.

O MEC não é representado nominalmente por um sujeito. O ministério na notícia assume o papel do CNE, não aparecendo mais esse Conselho como defensor de um posicionamento diferente daquele do MEC. Nos momentos finais, na tentativa

da resolução da polêmica, vê-se algumas imprecisões na apresentação do jornal sobre o caso, tendo em vista que o MEC não via a nota explicativa como uma medida interessante de ser executada. Mas agora que o caso alcançou o STF o jornal apresenta esse ministério como o órgão que engendrou essa ação de inserção de uma nota explicativa. Sobre essa imprecisão na apresentação dos objetivos apresentados pelo MEC, van Dijk destaca que “os discursos públicos podem informar incorretamente, manipular ou, por outro lado, os danificar” as informações (VAN DIJK, 2012a p. 35). Assim, vê-se o porquê de ser recorrente a confusão de papéis e informações explicitadas no decorrer das notícias desse caso.

O IARA é representado pelo advogado Humberto Adami e Antonio Gomes da Costa Neto que foi o mestrando que suscitou a polêmica a partir do seu questionamento ao CNE. O IARA é o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, do Rio de Janeiro que juntamente com Antonio Gomes da Costa Neto impetrou uma ação de revisão do Parecer nº 06/2011, homologado no ano de 2011, pelo Ministério da Educação.

Luiz Fux no pleito exerce o papel social de ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo um ator social que assume o papel e poder simbólico de mediar esse pleito e teve acesso ao discurso, a partir do momento que o caso alcançou o Supremo. Sobre o que ocorre nas altas cúpulas judiciais, por se um âmbito de difícil acesso para o analista, só é conhecido por meio do que os atores sociais participantes da reunião dizem aos repórteres, conforme salienta van Dijk (2012a).

O IARA, por intermédio do seu representante o advogado Humberto Adami, tem acesso a notícia, no último parágrafo do texto, por meio de uma citação direta, já Antonio Gomes da Costa Neto, o mestrando que exerce o papel social de técnico em gestão educacional em Brasília, foi citado, juntamente com Humberto Adami, como um dos atores sociais que intentam cessar o ato homologatório do MEC.

No que se refere à definição global deste evento proposta para essa notícia, observa-se a manutenção da ideia de problema. De fato, ao destacar a situação conflituosa para a resolução da questão, somando-se ao tempo e ao âmbito

judicial que o caso atingiu ocorre a manutenção de preconceito e de ideologias negativas sobre as minorias.

A intenção do jornalista, dessa notícia, foi apresentar informações sobre a audiência de conciliação sobre o livro de Lobato. A notícia explicita a negociação que ocorreu no STF e informa, no título, que na reunião não houve uma resolução, embora no subtítulo dissesse que somente ajustes seriam feitos. Na notícia, o MEC é apresentado como a parte que ofereceu propostas conciliativas, e o outro exogrupo foi apresentado como o grupo que não aceitou as alternativas disponibilizadas pelo MEC.

O conhecimento que se pressupõe dos participantes envolvidos no discurso noticioso, como também dos leitores é retomado por alguns indícios linguísticos que possibilitam o leitor atualizar seus modelos mentais sobre o caso. Além desses conhecimentos, os participantes e leitores dessa notícia têm também conhecimentos de suas experiências com a questão racial, as leis que envolvem o racismo, a posição e a ideologia do jornal sobre esse caso, além dos modelos mentais sobre censura e do MEC como órgão que deve zelar pela educação. Enfim, os leitores e participantes que acompanham o caso, desde o início, já tem modelos mentais atualizados sobre o evento e seus participantes.

É preciso dizer da importância da análise do contexto para uma perspectiva crítica do discurso público, pois o “círculo vicioso do racismo” (VAN DIJK, 2012a, p. 138) é engendrado por representações que são planejadas e usadas no discurso preconceituoso recorrentemente. De fato, as estruturas discursivas podem influenciar os modelos mentais que se têm sobre eventos e sujeitos envolvidos em situações étnicas. Por isso, nos estudos críticos atuais é imprescindível enfatizar a relevância da análise sociocognitiva para a compreensão linguística, histórica, ideológica do discurso estereotipado e preconceituosos produzido pelas instituições de poder.

5.5.2 Análise global das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

O tema global evidenciado nesse texto foi o conflito judicial que ocorreu e não surtiu o efeito esperado pelos representantes do endogrupo e exogrupo sobre a obra de Monteiro Lobato, como pode ser observado no título: “Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo”. Com a não resolução da questão, conforme apresentado no título, ocorre o realce argumentativo negativo, trazendo a ideia de dificuldade proeminente na tentativa de resolução de assuntos a serem deliberados com o exogrupo.

No título, há o elemento lexical “audiência” que é topicalizado, sendo sintaticamente o agente do verbo “chegar”, que no texto é modificado pelo advérbio “não”. A topicalização do item lexical “audiência” favorece na manutenção da ideia de conflito judicial e juntamente com o item lexical negativo, o advérbio “não” favorece na implicação de ideias negativa sobre o exogrupo. O verbo chegar é transitivo indireto e tem como objeto o termo “acordo”. Além disso, há imprecisão devido à limitação na abordagem do assunto tratado no STF, pois o resultado da audiência não foi exposto claramente no título.

No subtítulo, expõem-se o posicionamento de instituições representantes do caso que não foram exibidas no título, como pode ser visto no seguinte trecho: “MEC e instituto do Rio vão debater ajustes”. As agências responsáveis envolvidas na resolução do debate no STF são o MEC e o IARA. O subtítulo, juntamente com o título, são catafóricos no sentido de possibilitar ao leitor prever o conteúdo de que se falará no corpo do texto. Mas muitas vezes, tais previsões podem ser equivocadas, em muitos casos o título e subtítulo podem anunciar o conteúdo global do texto de forma estrategicamente negativa, associando os integrantes da minoria em ações duvidosas ou conflituosas que na realidade são modalizadas ou “esclarecidas” no corpo do texto, como foi apresentado por van Dijk, em *Cognição, discurso e interação* (2002, p. 116).

No subtítulo em análise, o MEC é topicalizado, e o IARA é somente descrito de forma imprecisa como Instituto do Rio, sem uma informação mais clara de que se

trata de um Instituto de Advocacia Racial e Ambiental. Na estrutura sintática escolhida, na análise do subtítulo, vê-se que a locução verbal “vão debater” tem como verbo principal a palavra “debater” que se apresenta de forma bastante sugestiva para evidenciar o ponto em que a polêmica se encontra. Tal verbo principal tem como objeto o substantivo “ajustes”, favorecendo o efeito de sentido que demonstra a tolerância do endogrupo em relação ao exogrupo.

A polarização ideológica apresentada, na notícia em análise, pode ser observada na ênfase dada à dificuldade de resolução da questão para as autoridades das elites simbólicas e a mitigação da causa de racismo na polêmica; reverbera-se a ideia de que eles são ingratos e nós tolerantes, como já observado por van Dijk (1987).

5.5.3 Análise local das estratégias discursivas de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa

No primeiro parágrafo, apresenta-se a seguinte passagem: “A audiência de conciliação realizada ontem à noite no Supremo Tribunal Federal para discutir a adoção do livro ‘Caçadas de Pedrinho’, de Monteiro Lobato, no Programa Nacional Biblioteca na Escola, do governo federal, trouxe avanços sem chegar a um acordo definitivo”. No lide explicitado na notícia apresentam-se respostas aos questionamentos comuns a essa parte da notícia, como (quem, quando, onde...). Nesse trecho, vê-se que há novamente a topicalização do termo “audiência”, todavia agora tal item lexical é especificado, por uma locução adjetiva, ao se dizer que era uma audiência de conciliação. No final do parágrafo, informa-se que a audiência “trouxe avanços sem chegar a um acordo definitivo”. Nessa passagem do primeiro parágrafo, houve o detalhamento das consequências positivas do encontro inicialmente, mas seguido de ressalvas, embora o conectivo adversativo não apareça, ao se dizer que o conflito ainda perduraria, já que não se chegou a um acordo.

No segundo parágrafo, expõe-se a seguinte informação: “Em 2010, o livro foi acusado de racismo, sobretudo pelo modo pejorativo como se refere à personagem negra Tia Nastácia”. No segundo parágrafo, ocorre o relato da

história desde 2010. Na estrutura inicialmente há expressão de circunstância situando o leitor no tempo. A estrutura sintática de passiva no parágrafo “o livro foi acusado” expõe o livro como sujeito paciente de uma locução verbal. Com efeito, “o livro” é enfatizado como o elemento que sofre a ação de ser acusado de racismo pelo “modo pejorativo como se refere à personagem negra Tia Nastácia”.

Já no quarto parágrafo, apresenta-se a seguinte passagem: “Há dois anos, um parecer do Conselho Nacional de Educação recomendou a não distribuição da obra por meio do PNBE, alegando que o livro era racista. Por meio de um ato homologatório, o MEC desconsiderou o parecer”. No quarto parágrafo, o primeiro parecer do CNE é situado, após um a localização temporal, como uma prática discursiva que “recomendou a não distribuição da obra” de forma determinante. Essa estrutura sintática com a utilização do item lexical, o verbo “recomendar” e seu complemento ressalta e rememora o CNE, como responsável por uma ação negativa para a “sociedade”, quando ainda era favorável ao exogrupo, fazendo com que os leitores impliquem mais dados ruins sobre o exogrupo. Além disso, ao final da exposição da ação negativa do CNE, o MEC é apresentado como a agência responsável pela desconsideração desse ato ruim para o grupo da elite, favorecendo, desse modo, autoapresentação positiva do jornal e da elite favorável a Lobato e explicitando o conhecimento diferenciado dos grupos opostos nessa polêmica.

No quinto parágrafo, há o seguinte excerto: “Para o ministério, uma nota explicativa recomendando a contextualização da obra bastaria para a distribuição”. No quinto parágrafo, o Ministério da Educação é retratado como a entidade favorável a nota explicativa, não sendo essa possibilidade escrita sob aspas e nem entendida como um alerta, nesse momento. No que se refere à lexicalização, há utilização da unidade lexical “bastaria” que comprova certa dificuldade na resolução de assuntos com o exogrupo, repercutindo a inflexibilidade do movimento negro. Desse modo, neste parágrafo, ocorre a estratégia de autoapresentação positiva do endogrupo, ao se informar dados imprecisos sobre os reais objetivos do MEC no pleito.

No sexto parágrafo, mostrar-se a seguinte informação: “O Iara e Costa Neto entraram com um mandado de segurança para sustar o ato”. No sexto parágrafo, ocorre a utilização da estratégia da estrutura sintática, sendo utilizada com uma função negativa para o exogrupo, pois o IARA e Antônio Gomes da Costa Neto são apresentados incoerentemente como se tivessem entrado com uma ação no STF para cessar o ato positivo e benévolo do MEC, como mostrado no parágrafo anterior, mas que na verdade foi a resposta do CNE para ser executada pelas editoras no primeiro parecer.

No sétimo parágrafo, há a seguinte exposição: “Na audiência, o instituto sinalizou que pode desistir de pedir a tal anulação, caso o MEC implemente medidas concretas, como a capacitação de professores sobre o tema, além da veiculação da tal nota explicativa”. Quanto ao sétimo parágrafo, o jornalista apresenta a resposta do IARA na audiência. O jornalista, ao dizer que o instituto tinha sinalizado que iria desistir de solicitar a revisão do Parecer nº 06/2011, demonstra novamente uma perspectiva irônica sobre a atuação desse instituto, considerando a palavra sinalizar. Ademais, na exposição da perspectiva do IARA, o jornalista modaliza a sua fala ao dizer que tal instituto “pode desistir”, implicando dessa forma na manutenção da ideia do conflito, como também demonstrando o posicionamento do jornal sobre a ação do IARA. Além disso, com uso de expressões como “a tal anulação”, a “tal nota explicativa” reverbera ainda uma acepção irônica sobre as reivindicações reparatórias solicitadas pelo instituto juntamente com Antonio Gomes. Para confirmar esse entendimento, van Dijk (2012 a, p.147) apresenta que “o que as pessoas dizem e significam no discurso não é somente uma função direta de suas crenças étnicas, mas também uma função do contexto”. Isto é, neste acontecimento, ao dizer “tal”, o jornal possibilita aos seus leitores a recorrerem ao não dito pretendido estereotipado negativamente sobre o objetivo da minoria desde o início do caso nesta notícia.

Já no oitavo parágrafo, há o seguinte excerto: “O ministério se dispôs a negociar os parâmetros do acordo com o próprio Iara, deixando em aberto uma definição sobre o caso. Haverá um novo encontro entre as partes no próximo dia 25, em Brasília, para discutir o processo de ajustamento”. No que se refere ao oitavo parágrafo, observa-se que o ministério, é topicalizado, sendo a instituição da elite

sintaticamente complacente para os integrantes dos movimentos da causa negra, pois ao utilizar o item lexical “dispôs” o jornalista apresenta positivamente a imagem e ação do ministério e negativamente os outros. Assim, conforme van Dijk (2012a, p. 175), para o endogrupo, os verdadeiros inimigos são os antirracistas “[...] eles são a verdadeira causa dos problemas atribuídos a uma sociedade multicultural”. Como apresentado nesse parágrafo, a resolução do caso é deixada para um momento posterior, isto é, a tentativa de conciliação sobre a polêmica não se findou até o momento da publicação dessa notícia no ano de 2012.

Por fim, no último parágrafo, há a seguinte frase: “Em entrevista à **Folha**, na última segunda-feira, o advogado Humberto Adami, que representa o Iara, declarou que o instituto estava aberto ao diálogo e que a ação tem por objetivo ‘conter o risco de ver o racismo reintroduzido em sala de aula’”. No último parágrafo da notícia, observa-se a fala do representante do IARA, o advogado Humberto Adami. Neste parágrafo nota-se a manutenção de uma perspectiva negativa da imprensa em relação aos antirracistas, tendo em vista que o representante da instituição racial teve oportunidade de emitir seu posicionamento no “pé de página” literalmente. Para concluir, destaca-se aqui novamente o ponto de vista de Teun van Dijk (2012a, p. 175) sobre o que os jornalistas pensam sobre os antirracistas: “eles são intolerantes, [...] intrometidos e veem racismo em todo lugar, até em inocentes livros infantis e na imprensa”.

Assim, observa-se nessa notícia no nível global que o jornal investiu na manutenção da ideia de problema até no STF. No nível local ratificou-se a ênfase na autoapresentação positiva do grupo da elite, ao ressaltar a tolerância do endogrupo em ainda querer debater com os grupos minoritários, tendo em vista que o caso tenha ficado com a resolução “em aberto”.

5.6 Discussão dos resultados

As notícias do jornal *Folha de S. Paulo*, como práticas sociais que divulgam o conhecimento que é validado por determinada instituição, possibilitaram reconhecer como o discurso polarizado entre grupos de poder desigual é

estrategicamente produzido e quais são os sujeitos que tem voz, como essa voz é reportada, qual foi à definição estabelecida sobre o caso pelo jorna etc.

Na análise dos títulos das 15 notícias da lista, o jornal *Folha de S. Paulo* mostrou de forma mais ampla o ponto de vista das elites simbólicas e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma polarização entre o conhecimento dessas elites e o conhecimento do exogrupo, favorecendo a apenas um lado da polêmica. Desse modo, as estruturas definidas como relevantes apontam para a conservação do endogrupo no topo social do acesso ao discurso público, mantendo sua imagem positiva e categorizando os outros a partir de crenças negativas.

Para análise das cinco notícias selecionadas que foram objetos de estudo considerou-se as categorias relacionadas ao contexto sociocognitivo, tais como ambiente, participantes, Eu-mesmo e definição (VAN DIJK, 2012a p. 24) e categorias associadas a estruturas do discurso ideológico, tais como lexicalização, imprecisão, entre outras, tanto no nível global quanto local.

Nas notícias do ano de 2010, o contexto sociocognitivo foi definido como problema ou conflito; em 2011, na notícia que apresentou a informação sobre a mudança do primeiro Parecer nº 15/2010, observa-se a definição de um conflito ou problema resolvido, sendo a ação do exogrupo categorizada como equivocada; todavia nas notícias que informaram a continuidade das ações do exogrupo no STF, no ano de 2012, vê-se a manutenção da ideia de fardo e problema, pois houve a resistência da minoria a ações do endogrupo.

Nos títulos das notícias apresentadas no ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011, ocorre à utilização enfática do termo “veto”, como pode ser visto na lista de matérias do *corpus* selecionado para esse trabalho. A partir da utilização recorrente do item lexical “veto” nas notícias iniciais desse caso, os jornalistas possibilitam aos leitores a compreensão do evento como um episódio de censura a obras literárias no ambiente escolar, e não como caso de racismo. Ademais, os títulos, por serem elementos catafóricos que antecipam o conteúdo da notícia, podem manipular os modelos mentais dos leitores negativamente ao serem

imprecisos quanto ao caso de racismo abordado na obra, a partir do título, subtítulo e destaques.

Ao analisar as duas notícias selecionadas para o estudo, no ano de 2010, ainda observa-se que o jornal, por meio de títulos mais explicativos sobre o caso, apresentou claramente seu posicionamento sobre o evento. Além disso, nas notícias que antecedem a mudança do Parecer nº 15/2010, observa-se a polarização entre a ação negativa do CNE, em contraste com a ação positiva do MEC. Sobre isso, van Dijk (2010a, p. 75) destaca que pode haver sim contradições entre os grupos de poder, mas elas ainda “continuam [...] dentro de um consenso flexível”.

Na notícia publicada em 2011, as estruturas linguísticas no nível global, como título, subtítulo e destaque não são tão evidenciados, pois a notícia aparece no canto inferior da página, havendo maior proeminência da ação de modificação que o Conselho de Educação teria feito no Parecer nº 15/2010 sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*. Enfatiza-se, assim, o equívoco do parecer defendido pelos sujeitos integrantes das minorias e o conflito novamente pela estratégia de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa.

Por fim, nas notícias analisadas no ano de 2012, os títulos topicalizam o termo “audiência” e, assim, enfatizam nesta nova etapa do caso no STF a ideia de conflito e tolerância. Todavia, ocorre ainda a manutenção da imagem positiva de Lobato, tendo em vista, por exemplo, que o título da notícia do dia 11 de setembro de 2012 traz em destaque a expressão “Lobato no Supremo”, tendo as palavras Lobato e Supremo um tamanho bem maior que o próprio título.

Assim, como ressalta van Dijk (2012a, p. 225), as questões negativas que são apontadas no grupo da elite, como a manutenção do racismo e a falta de coerência com uma legislação que preza pela não aceitabilidade de nenhuma forma de preconceito nas escolas, são minoradas. Logo, o racismo e a descrição do que realmente está descrito na lei não são passíveis de representação no espaço do jornal, ainda mais no título de um jornal voltado para um público

selecionado, tendo em vista que no nível global das notícias analisadas não se vê congratulações da instituição jornalística às práticas das minorias.

Como a análise das estruturas discursivas no nível local são as que apresentam um resultado mais extenso, destacamos no quadro abaixo as categorias no nível local que foram encontradas nas cinco notícias conforme a paragrafação do texto:

Estratégias ideológicas – nível local		
Primeira notícia		
Primeiro parágrafo	Autoridade Lexicalização Vitimização juntamente com dramatização e polarização	“Monteiro Lobato” “Majores” “Está na mira”
Segundo parágrafo	Implicação Estrutura Sintática Lexicalização Ironia Hipérbole	Negativa para o exogrupo “Parecer” (agente) “Sugere” “Alerta” “Sob alegação de que é racista”
Terceiro parágrafo	Autoridade Estrutura Sintática	“Fernando Haddad” “Será analisado”
Quarto parágrafo	Autoridade Implicação Estrutura Sintática	“MEC/PNBE” Negativa para o exogrupo “O livro já foi distribuído pelo próprio MEC [...]”
Quinto parágrafo	Lexicalização	“diz”
Sexto parágrafo	Lexicalização Implicação Estrutura sintática Eufemismo	“Aventura” Negativa para o exogrupo “Caçadas de Pedrinho” (agente) “Procura”
Oitavo parágrafo	Lexicalização Imprecisão	“Diz” “Conselheira que redigiu”
Nono parágrafo	Lexicalização Lexicalização	“Justificariam” “diz”
Décimo primeiro parágrafo	Lexicalização Implicação	“Sugere” Negativa para o exogrupo
Décimo segundo parágrafo	Lexicalização	“Disse”

	Imprecisão	“Pode afetar”
--	------------	---------------

Segunda notícia		
Primeiro parágrafo	Autoridade Estrutura Sintática Lexicalização Imprecisão	“Fernando Haddad” “Fernando Haddad” (agente) “Pedirá” “Restrições”
Segundo parágrafo	Estrutura sintática Lexicalização Ironia Lexicalização Hipérbole Implicação	“CNE” (agente) “Sugeri” “nota explicativa” “Suposto” “devido a um suposto teor racista.” Negativa para o exogrupo
Terceiro parágrafo	Autoridade Evidencialidade Lexicalização Generalização Lexicalização	“Fernando Haddad” “Educadores e especialistas” “Afirmou” “Muitas, qualquer” “Censura”
Quarto parágrafo	Lexicalização Ressalva ou isenção	“Disse” “Quando isso for considerado necessário [...]”

Terceira notícia		
Primeiro parágrafo	Ironia Estrutura Sintática Implicação	“CNE decidiu rever seu parecer [...]” “Rever seu parecer /passou a recomendar[...]” Negativa para o exogrupo
Segundo parágrafo	Estrutura sintática Lexicalização Ironia Lexicalização Hipérbole	“O texto [...] recomendava” “Recomendava” “ 'nota explicativa' ” “Suposto” “Teor racista”

	Lexicalização	“Estaria”
Terceiro parágrafo	Lexicalização Evidencialidade Lexicalização	“Sugerida” “Educadores e o ministro” “Negativa”
Quarto parágrafo	Lexicalização Estrutura sintática Implicação Eufemismo Lexicalização	“Afirma” “é importante” Negativa para o exogrupo “Pouco se falava em preconceito racial” “especialmente”
Quinto parágrafo	Lexicalização (três ocorrências)	“Veto” “Agradaram” “Afirmou”
Sexto e sétimo parágrafos	Isenção ou ressalva Lexicalização	“sem negar possíveis elementos de preconceito [...]” “Possíveis”

Quarta notícia		
Primeiro parágrafo	Estrutura Sintática Comparação	“Monteiro Lobato [...] atravessou o mensalão [...]” “Monteiro Lobato, quem diria, atravessou o mensalão [...]”
Segundo parágrafo	Estrutura Sintática lexicalização Lexicalização	“Um parecer do CNE recomendava [...]” “Recomendava” “Retirada”
Quarto parágrafo	Lexicalização	“Arrasta”
Quinto parágrafo	Lexicalização	“diz”
Sexto parágrafo	Ressalva ou isenção Estrutura Sintática Ressalva ou isenção Ironia	“No entanto” “O MEC liberou [...]” “Desde que os exemplares [...]” “Nota explicativa”
Sétimo parágrafo	Ironia Ressalva ou isenção	“Tal” “Mas isso não parece

		suficiente para o lara e para o técnico [...]"
Décimo parágrafo	Lexicalização Implicação	"Disse" Negativa para o exogrupo
Décimo primeiro parágrafo	Generalização Imprecisão	"Um parâmetro" "Casos"
Décimo segundo parágrafo	Vitimização juntamente com dramatização e polarização Lexicalização Comparação	"Levados à berlinda" "Consagrados" "Lobato [...] não está sozinho entre autores [...] no país. Ou no mundo".

Quinta notícia		
Primeiro parágrafo	Ressalva ou isenção	"trouxe avanços sem chegar a um acordo definitivo".
Segundo parágrafo	Estrutura Sintática	"o livro foi acusado de racismo, sobretudo, pelo modo pejorativo"
Quarto parágrafo	Estrutura sintática Lexicalização Implicação	"Um parecer do [...] recomendou [...]" "recomendou" Negativa para o exogrupo
Quinto parágrafo	Lexicalização	"Bastaria"
Sexto parágrafo	Estrutura sintática	"O lara e Costa Neto entraram com um mandado de segurança para sustar o ato".
Sétimo parágrafo	Ironia Implicação Ironia	"Sinalizou" "Pode desistir" "Tal nota explicativa"
Oitavo parágrafo	Estrutura sintática Lexicalização	"O MEC se dispôs a negociar [...]" "Dispôs"

No detalhamento local da primeira notícia analisada no ano de 2010, isto é, no início da polêmica, observa-se, a partir do primeiro parágrafo, que os parágrafos evidenciam mais características positivas de Lobato. Na segunda notícia de 2010, para ratificar essa concepção de Lobato como um criador de aventuras e um dos grandes autores da literatura brasileira, o jornal investiu na apresentação de uma autoridade para defender esse ponto de vista, trazendo outros atores sociais para confirmar a verdade de suas palavras e justificar suas ações.

Contudo, quando foram apresentados os argumentos do exogrupo, no segundo momento do texto, na primeira e na segunda notícia de 2010, vê-se a utilização de muitos verbos de fala reportada, mas com um sentido de distanciamento ou dúvida com relação ao posicionamento dos atores sociais favoráveis ao parecer aprovado inicialmente. Dessa forma, Lobato foi apresentado como um grande autor e como uma grande vítima para o jornal *Folha de S. Paulo* nesse debate.

Somando-se a isso, na análise das notícias de 2010, ainda destacam-se as ressalvas, que foram utilizadas quando se explicitava algo favorável ao exogrupo, e também as aspas, utilizadas na expressão “nota explicativa”, diferentemente de quando chamaram a solicitação do exogrupo de “alerta”. Vale ainda destacar que o termo “nota explicativa” foi o termo utilizado pelo Parecer nº 15/2010, diferentemente de “alerta”, que foi um termo pejorativo utilizado pelos que se posicionavam contra os objetivos do grupo minoritário. Outra questão interessante na análise das notícias no ano de 2010 foi à utilização do verbo sugerir pelo jornal, no início do pleito. Nas notícias de 2010 o verbo sugerir teve como complemento duas alternativas como as possíveis intenções do CNE, em relação à obra lobatiana no corpo do texto. Com isso, nas notícias de 2010 no nível local, ocorrem as formulações que contribuem para a moldura geral definida para o caso neste ano.

Na análise no nível local da notícia de 2011, que expôs a ocorrência da mudança do Parecer nº 15/2010 pelo CNE e a constituição de um novo documento, o Parecer nº 06/2011. Há inicialmente, no texto, a apresentação da mudança do Parecer nº 15/2010. Além disso, nesse ano, diferentemente do ano de 2010, o jornal escolhe o verbo “recomendar” para expor as possíveis intenções do grupo

da minoria, diferentemente do verbo sugerir utilizado no ano anterior o qual apresenta uma maior polidez. Com isso, a ação do exogrupo no ano de 2011 foi evidenciada como uma ação negativa, sob a justificativa de um racismo com o qual o próprio jornal não corrobora, embora nessa mesma notícia um livro que seria distribuído pelo MEC revelasse a existência do racismo na obra lobatiana, mas de forma modalizada.

Nas notícias publicadas no ano de 2012, houve a continuidade da apresentação positiva de Lobato juntamente com a imagem do endogrupo. Os elementos linguísticos na notícia de 11 de setembro de 2012, por exemplo, possibilitam observar marcas de posicionamento dos integrantes do jornal, quando se topicaliza Lobato, comparando-o com um grande evento da justiça e da política brasileira no lide da notícia, dizendo que ele teria superado tal acontecimento. Além disso, alega-se sem ressalvas que o Parecer nº 15/2010 que é defendido pelo exogrupo recomendava agora a não distribuição do livro. Além disso, ao final da notícia, novamente é utilizada a estratégia de comparação entre Lobato e outro autor que teve sua obra modificada nos EUA, embora aqui no Brasil só se solicitasse uma nota explicativa na obra lobatiana.

Por fim, na última notícia analisada, no ano de 2012, ocorre a ênfase no conflito e na rebelião que o exogrupo mantinha. Com efeito, essa questão que pode ser observada por meio da estratégia de ressalva, utilizada no primeiro parágrafo, quando se diz que a reunião com os integrantes dos grupos minoritários não havia chegado a um acordo. Assim, por meio de lexicalizações estratégicas o jornal apresenta o endogrupo como tolerante e exogrupo como o insatisfeito, e não como um grupo que busca a aplicabilidade das leis.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objeto de análise os discursos veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o embate que ocorreu entre os anos de 2010 e 2012 entre grupos antirracistas, órgãos vinculados à Educação Nacional, instâncias jurídicas e jornalísticas sobre a obra *Caçadas de Pedrinho*.

A importância desse estudo pode ser justificada pela recorrência de ações racistas na contemporaneidade em diversos veículos da mídia. Todavia, muitas das atitudes racistas são apresentadas por pessoas que individualmente demonstram o quanto são ignorantes, retrógradas e limitadas, por serem, muitas vezes, manipuladas por discursos de elites que historicamente não encontram embasamento teórico e científico que os comprove. As conversas racistas que se limitavam a amigos próximos hoje encontram maior abertura com o advento do *Facebook*, *Instagram*, entre outras mídias sociais.

Mas o interesse maior desse estudo foi observar como os grupos de poder na sociedade apresentam o negro em suas páginas. Mais importante ainda é observar como esses apresentam o negro requerendo direitos que lhes são assegurados pela própria Constituição, entre outras legislações, sobretudo quando há denúncia de uma prática racista que advém de um integrante da elite simbólica literária.

A instituição *Folha de S. Paulo* teve neste trabalho cinco notícias sobre o caso envolvendo a obra de Monteiro Lobato analisadas entre um *corpus* de 15 notícias. A instituição *Folha* foi escolhida devido a sua importância na sociedade brasileira, como difusora de acontecimentos que são importantes para o Brasil, por ter um alcance informacional amplo e por ter um público leitor já consolidado. Assim, tal instituição, por ter veiculado informações sobre o caso do livro de Lobato, foi e é uma fonte de conhecimento para os leitores e um objeto de pesquisa relevante para estudiosos do discurso crítico.

O caso sobre a polêmica do livro de Lobato teve maior repercussão entre os anos de 2010 e 2012, todavia somente em dezembro de 2014 teve uma resposta final

do STF. Logo, no que diz respeito ao desfecho do processo em torno da obra lobatiana, o caso não teve uma solução favorável às solicitações do exogrupo. A mídia deu ênfase à história até certo ponto, não tendo a história tanta repercussão como antes. Por fim, a continuidade da ação no Supremo simplesmente foi recusada, segundo pode ser visto no *site* do Supremo²¹.

Mas conforme um dos integrantes do grupo da minoria, o senhor Antonio Gomes da Costa Neto, em seu trabalho “A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “*Caçadas de Pedrinho*” (2015), o episódio sobre a obra lobatiana ainda poderá “ser remetido a Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), ter sua continuidade no STF ou sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)” (2015, p.19).

Essa polêmica foi analisada a partir da concepção de poder, racismo e ideologia, entre outras noções, apresentadas por van Dijk, sobretudo. E deste modo, pudemos contextualizar historicamente a polêmica no rol de outros eventos envolvendo grupos minoritários e elites e observar quais são as ações e práticas discursivas recorrentes desses grupos diante da minoria para a manutenção do seu poder.

A teoria de Teun van Dijk foi utilizada neste trabalho devido à relevância que dispensa ao exame crítico do abuso de poder que é engendrado por grandes grupos sociais para a manutenção do seu poder. Tendo esses grupos de elite, como embasamento, somente suas ideologias, crenças, opiniões e conhecimentos estabilizados em suas mentes como alicerces que justificariam os seus discursos estrategicamente abusivos, preconceituosos, subalterizantes que promovem a desigualdade e mantêm o poder.

Neste trabalho, observaram-se as estruturas e estratégias discursivas e ideológicas utilizadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* ao noticiar o caso. A análise crítica interpretativa focalizou principalmente as estruturas linguísticas utilizadas

²¹ Disponível

em:<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=282504>>Acesso em: 16 de dezembro de 2015.

no nível global e local dos textos e valeu-se também da perspectiva sociocognitiva de estudo, tendo em vista que as ideologias, crenças, opiniões são base de conhecimento de grupos na nossa sociedade.

Os resultados mostram que houve uma maior tendência em enfatizar o lado positivo de Lobato e dos atores ou instituições favoráveis à manutenção do livro lobatiano sem o acréscimo da nota explicativa, e apresentação menos expressiva do texto do Parecer 15/2010. Outro fato relevante, é que não houve explicitação significativa de legislações educacionais que versam sobre a prática do racismo e suas consequências, o que justificaria a necessidade do acréscimo da nota explicativa, diferentemente do que ocorre com os argumentos do grupo da elite, que são apresentados em destaque para ratificar o próprio posicionamento deles.

Desse modo, na análise observa-se que houve pouca ênfase ao racismo como uma questão real a ser combatida e que ainda é reverberada em nossa sociedade. Essa polêmica seria um bom momento para se refletir sobre as práticas racistas que são vistas como normais, mas que desencadeiam cotidianamente atitudes negativas e prejuízos para os atores sociais afro-brasileiros. Muitas vezes diz-se que o teor racista da obra lobatiana deve ser contextualizado no passado racista, todavia observamos que o racismo é bastante vivo na atualidade.

Logo, o discurso apresentado pelo jornal *Folha de S. Paulo* nesta polêmica tem uma função muito importante na sociedade brasileira na definição e manutenção de crenças sobre o debate em torno da obra *Caçadas de Pedrinho*, influenciando negativamente os leitores sobre o conhecimento do caso e dificultando o acesso ao discurso minoritário e crítico sobre alguns dogmas cristalizados.

Todavia, como afirma van Dijk, os Estudos Críticos do Discurso pode possibilitar, (2012a, p. 75) a partir de seus trabalhos, novas estratégias linguísticas alternativas para orientar o jornalista em sua prática. Assim, se tal processo ideológico negativo sobre as minorias é aprendido, pode-se ensinar ou formular “recomendações concretas, que podem tomar forma de códigos profissionais voluntários, como existem em várias áreas” (2012a, p. 35). Com isso, o jornal tem

a possibilidade de formular atos linguísticos que sejam mais equânimes e que atendam às diversidades sociais, na coleta, escrita e distribuição de informações para os seus leitores.

Pode se considerar, assim, que as hipóteses iniciais desse trabalho foram confirmadas. Os resultados tendem a reforçar que, como em alguns dos estudos empreendidos por van Dijk na Europa e na América Latina, no Brasil os jornais ainda apresentam um discurso que tende a expor atitudes, conhecimentos das minorias como crenças não confiáveis, apesar de os argumentos das minorias serem objetos também de diversos estudos acadêmicos atuais.

No entanto, os resultados não podem ser generalizantes em relação ao preconceito no discurso jornalístico no Brasil. Há ainda a necessidade de se observar o posicionamento de outros jornais de grande circulação no Brasil sobre esse caso e assim contrastar posicionamentos. Vale destacar também a importância do estudo de outros gêneros jornalísticos que, assim como a notícia, podem ser instrumentos de controle mental dos leitores na reprodução de crenças negativas sobre grupos minoritários.

REFERÊNCIAS

APT, M.K. *Discurso e poder: o modelo mental como instrumento ideológico de manipulação*. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-08022011-124024/>>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2016.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA NETO, A. G. da. A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “Caçadas de Pedrinho”. *Caderno de Letras - Universidade Federal de Pelotas*, nº. 25, p.15-36, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/issue/view/457/showToc>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2016.

D' ADESKY, J. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2009.

DEBUS, E. S. D. *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato e o Parecer do CNE: reflexões. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/download/anaiseventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0143-1.pdf>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

EMEDIATO, W. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. 6. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J.J. *Para ler e fazer o jornal na sala de aula*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FERES, J.J.; NASCIMENTO, L. F.; EISEMBERG, Z. W. Monteiro Lobato e o Politicamente Correto. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 1, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000100004&lng=pt&tlng=en>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

FOLHA ON LINE. (29/outubro/2010). Conselho quer vetar livro de Monteiro Lobato em escolas. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada/?utf8=%E2%9C%93&fsp=on&all_words=Monteiro+Lobato+&phrase=&words=racismo&without_words=&initial_date=&final_date=&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=...> Acesso em: 20 de setembro 2014.

_____. (03/novembro/2010). MEC quer rever veto a livro de Monteiro Lobato. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2010/11/824919-mec-quer-rever-veto-a-livro-de-monteiro-lobato.shtml>>. Acesso em: 24 de setembro 2014.

_____. (03/junho/2011). Conselho de Educação revê parecer sobre obra de Monteiro Lobato. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0306201110.htm>>. Acesso em: 03 de setembro de 2015.

_____. (11/setembro/2012). Audiência no STF Discute hoje liberação de livro de Monteiro Lobato acusado de racismo e reacende debate sobre a adoção de obras literárias nas escolas. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/09/11/21/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

_____. (12/setembro/2012). Audiência no STF sobre livro de Lobato não chega a acordo. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/09/12/15/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

GOMES, H. T. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009.

GOMES, N. L. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: *Educação Anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1555> >. Acesso em: 28 de julho de 2015.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: O que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V. *As tramas do texto*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

KOCH, I. G. V; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk. Disponível em: <<http://projetonoisnafita.vl1.net2.com.br/site/pdf/rev07.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

MELO, I. F. de. Por uma análise crítica do discurso. In: MELO, I. F. de. (Org.). *Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e prática*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2012.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

REIS, M. C. G. Origens e significados do termo raça. 2011. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-12-05-2011>>. Acesso em: 28 de julho de 2015.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, L. W. ; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2013.

VAN DIJK, T. A. Semantics of a Press Panic: The Tamil `Invasion'. *European Journal of Communication* (London), v. 3, p. 167-187, 1987.

_____. *Racism and the Press*. Londres: Routledge, v. 1, p. 276, 1991.

_____. Power and the news media. In: D. Paletz. (Org.). *Political Communication and Action*. Cresskill: Hampton Press, p. 9-36, 1995.

_____. Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues. In: Jessika ter Wal; Maykel Verkuyten. (Org.). *Comparative perspectives on racism*. Aldershot: Ashgate, p. 91-116, 2000.

_____. *Cognição, discurso e interação*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Introdução. (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Critical Discourse Studies: a sociocognitive approach. In: Ruth Wodak & Michael Meyer. (Org.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, p. 62-85, 2009.

_____. *Discurso e poder*. Tradução Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. *Discurso e Contexto*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Ed. Contexto, 2012b.

_____. Política, Ideologia e Discurso. In: MELO, I. F. de. (Org.). *Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e prática*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2012c.

_____. Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (Des) igualdade Social*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

VIEIRA, J. A. et al. *Olhares em Análise do Discurso Crítica*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.cepadic.com/pdf/Livro%20Olhares%20em%20ADC.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2015.

VIEIRA, J. A.; SILVESTRE, C. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.cepadic.com/pdf/livro_multimodalidade.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos, 2004. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/File/297/313>. Acesso em: 16 de julho de 2015.